UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

NÉLIDA DO ROSÁRIO DA LUZ

TURISMO E AMBIENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSUMO DA ÁGUA NA ILHA DA BOAVISTA, CABO VERDE

Linha de pesquisa: Gestão Ambiental

Cidade da Praia

2020

TURISMO E AMBIENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSUMO DA ÁGUA NA ILHA DA BOAVISTA, CABO VERDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade de Cabo Verde como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Gestão e Políticas Ambientais, sob a orientação da Profª Drª Vanice Selva

Cidade da Praia

2020

NÉLIDA DO ROSÁRIO DA LUZ

TURISMO E AMBIENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSUMO DA ÁGUA NA ILHA DA BOAVISTA, CABO VERDE

Doutoramento em Gestão e Políticas Ambientais

Membros do Júri

_____

_____

_____

_____

_____

Praia, 31 de julho de 2020

Dedico este trabalho à população do Bairro da Boa Esperança e a todos os cidadãos, caboverdianos e imigrantes, que diariamente laboram nas cozinhas, nos andares, na limpeza, na lavandaria e nos restaurantes dos hotéis deste país.

A esperança que pouco alcança!
Que desejo vale o ensejo?
E uma bola de criança
Sobre mais que minha esperança,
Rola mais que o meu desejo.
Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a minha orientadora, Profª Drª Vanice Selva, por ter aceite o desafio de orientar este trabalho. Fizemos juntas um percurso que nem sempre foi fácil mas com as orientações e aconselhamentos tudo se foi tornando gradualmente possível.

Agradeço profundamente a Profª Drª Sónia Silva que, na qualidade de coordenadora do Programa de Pós-graduação em Gestão e Politicas Ambientais, sempre se mostrou disponível para o esclarecimento de todas as dúvidas e inquietações que foram surgindo ao longo do curso. Este agradecimento é também estensivo a todos os docentes com os quais tive a oportunidade de aquirir novos conhecimentos ao longo de toda a componente curricular do curso.

Agradeço ao FICASE (Fundação Cabo-verdiana de Acção Social Escolar) e ao Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo por terem apoiado financeiramente a materialização deste projeto de pesquisa.

A todos os dirigentes das unidades hoteleiras, a BIOS CV, a Associação Onze Estrelas, Associação Varandinha, a CV Natura 2000, a Câmara Municipal da Boavista, a SDTIBM (Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio) e à AEB (Água e Energia da Boavista) os meus sinceros agradecimentos pelos dados e documentos facultados, pois sem esta importante colaboração institucional não teria sido possivel concluir este trabalho.

Aos meus colegas, do primeiro Curso de Doutoramento em Gestão e Políticas Ambientas da UNICV, deixo aqui palavras de apreço pelos momentos que partilhamos, pela amizade e espirito de solidariedade que criamos.

Por fim uma palavra de carinho e de reconhecimento à minha família, meus pais, à minha filha e esposo. Sem o vosso apoio e compreenção tudo seria mais difícil.

RESUMO

Esta tese teve como principal objetivo analisar, através do consumo da água, os desafios e problemas que a sustentabilidade da atividade turística enfrenta para poder se manter e os impactos que a sua expansão tem provocado sobre o consumo de água na ilha da Boavista. Apesar de ser a terceira ilha do país em dimensão, Boavista apresenta das piores condições hidrológicas quando comparadas com as outras ilhas do arquipélago. Cerca de 58% da população residente não tem acesso à rede pública de abastecimento de água e abastece com recursos a autotanques, chafarizes ou outras formas menos seguras de acesso á água. Entretanto a ilha se encontra na linha da frente em termos de procura turística, com uma média anual de entradas superior a 200 mil visitantes por ano, apenas ultrapassada pela ilha do Sal. Para o levantamento de dados necessários para a pesquisa implementamos uma sequência de ações que incluiu o levantamento bibliográfico e documental, a recolha de dados segregados sobre a produção e o consumo de água junto da Empresa de Água e Energia da Boavista (AEB) e a realização uma sequência de entrevistas semi-estruturadas com os moradores, lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil, gestores de empreendimentos turísticos, dirigentes e técnicos da Câmara Municipal, Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio, e AEB. Concluimos que tem havido um aumento crescente em termos de consumo de água na ilha da Boavista a uma média de 5% por ano. Paralelamente o número de entradas de visitantes cresceu a uma média de 4% no mesmo intervalo temporal (2014-2018). Portanto a evolução da entrada de visitantes apresenta um comportamento semelhante ao consumo da água. A forte correlação existente entre a atividade turística e o aumento do consumo de água é ainda reforçada ao analisarmos os dados de consumo por setores de atividade. Cerca de 70% do total da água consumida na Boavista tem sido destinada aos empreendimentos turísticos. Há problemas quer na qualidade quer na equidade no acesso à água pelas comunidades mais pobres. A falta de qualidade é referênciada (pelos moradores e organizações da convivência civil) em casos em que a água disponibilizada apresenta níveis de salinidade acima dos paramêtros recomendados, mas também o sistema de transporte, armazenagem e distribuição foram considerados como sendo deficientes sobretudo nas zonas rurais e nos bairros de assentamentos informais. Portanto, o aumento do turismo não tem trazido melhorias no abastecimento e qualidade da água disponibilizada à população. Todos reconhecem que a ilha teve melhorias em vários domínios, mas estas melhorias não têm tido o devido impacto sobre as pessoas. Apesar de ter ficado evidente que há outros elementos a se ter em conta em futuros estudos, podemos considerar que existe uma relação direta entre o tamanho dos empreendimentos e o nível de eficiência no consumo de água, ou seja, quando maior é o empreendimento mais probabilidade tem de consumir mais água por cama e por hóspede.

Palavras-chave: Turismo, Ambiente, Água, Ilha da Boavista, Cabo Verde

ABSTRACT

The main objective of this thesis was to analyze, through water consumption, the challenges and problems that the sustainability of tourism activity faces in order to be sustained and the impacts that its expansion has had on water consumption in Boavista Island. Despite being the third island of the country in size, Boavista presents the worst hydrological conditions compared to other islands of the archipelago. About 58% of the resident population does not have access to the public water supply and so they consume water from less secure sources. However, the island of Boavista is in the forefront in terms of tourist demand, with an annual average of entries exceeding 200,000 tourists per year, only surpassed by the island of Sal. To collect the necessary data for the research we implemented a sequence of actions that included the bibliographic and documentary survey, the collection of segregated data on water production and consumption from the Boavista Water and Energy Agency (AEB) and we conducted a sequence of semi-structured interviews with residents, community leaders and civil society organizations, tourist resort managers, managers and technicians of the local public administration. We conclude that there has been a growing increase in water consumption on Boavista Island at an average of 5% per year. At the same time, the number of entries grew by an average of 4% in the same time interval (2014-2018). Therefore, the evolution of tourist inflows shows a similar behavior to water consumption. The strong correlation between tourist activity and water consumption is further reinforced by analyzing consumption data by setor of island has had improvements in many areas, but these improvements have not had the proper impact on people. Although it is evident that there are other elements to be taken into account in future studies, we can consider that there is a direct relationship between the size of the projects and the level of water consumption efficiency, that is, the larger the project, the more likely it is. must consume more water per bed and per guest.

Keywords: Tourism, Environment, Water, Boavista Island, Cape Verde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etiquetas de Sensibilização para a Poupança de Água nos Hotéis 11
Figura 2 - Turistas nas Ilhas Galápagos 32
Figura 3 - Hilton Seychelles Northolme Resort & Spa 36
Figura 4 - Mapa de Cabo Verde 38
Figura 5 - Ruinas do Forte Duque da Bragança 44
Figura 6 – Mapa da Ilha da Boavista 46
Figura 7 - Ruinas da Antiga Fabrica de Cerâmica na Praia de Chaves 49
Figura 8 - Vista aérea do aeroporto internacional Aristes Pereira - Boavista 50
Figura 9 - Bairro da Boa Esperança 52
Figura 10 - Centro de Saúde de Sal-Rei 55
Figura 11 - Deserto de Viana 58
Figura 12 - Mapa das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado - ZDTI - Boavista 63
Figura 13 - Hotel Riu Karamboa (Boavista) 66
Figura 14 - Estrutura Institucional de Gestão dos Recursos Hidricos 68
Figura 15 - Barragem de Poilão 71
Figura 16 - Queda da Ponte de Ribeira d'Água 73
Figura 17 -Vista parcial da central dessalinizadora da Electra na Cidade da Praia 79
Figura 18 - Agência da empresa de águas e energia da Boavista – Sal Rei 84
Figura 19 - Chafariz - abastacimento publico de água na Boavista 86
Figura 20 - Vista parcial Hotel Morabeza – Ilha do Sal 89
Figura 21 - Guia de Promoção Turística (finais da década de 1990) 92
Figura 22 - Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde 99
Figura 23 - Slogan de Promoção Turística lançado em 2010 101
Figura 24 - Estrutura Institucional do Turismo 105
Figura 25 - Logótipo e slogan da Cabo Verde Tradeinvest 106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais regiões e territórios insulares de destino 35
Tabela 2 - Evolução da população residente em Cabo Verde (1970-2010).....40
Tabela 3 - Evolução do número de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço - ilha da Boavista (2007 a 2017)……...59
Tabela 4 - Hóspedes por país de residência (2017) 61
Tabela 5 - Taxa de ocupação-cama (2017).....62
Tabela 6 - Disponibilidade de Águas Subterrâneas (milhões de m3) 74
Tabela 7 - Disponibilidade de águas superficiais (milhoes de m3) 76
Tabela 8 - Produção Nacional de Água Dessalinizada 78
Tabela 9 - Principal Fonte de Abastecimento de Água (Meio Rural e Urbano).....81
Tabela 10 - Principal Fonte de Abastecimento de Água - Boavista 87
Tabela 11 - Evolução dos principais indicadores do turismo (1995-2003).....95
Tabela 12 - Investimento direto estrangeiro por setores de atividade (%).....96
Tabela 13 - Dormidas por país de residência (2017) 109
Tabela 14 - Hóspedes por ilha e país de residência (2017) 110
Tabela 15 - Taxa de ocupação (%) por ilha e tipo de estabelecimento (2017).....112
Tabela 16 - Hóspedes por tipo de estabelecimento (2017).....112
Tabela 17 - Preço Médio(euros) por tipo estabelecimento e tipo de quartos 2017 113
Tabela 18 - Preço Médio(euros) por Ilha, segundo tipologia de quartos 2017 114
Tabela 19 - Evolução da Capacidade de Alojamento (%).....114
Tabela 20 - Pessoal ao Serviço, por Gênero e Ilha (2017) 115
Tabela 21 - Evolução número de passageiros em Cabo Verde 117
Tabela 22 - Principais companhias áreas internacionais 119
Tabela 23 - Agências de viagens por Ilhas (2017).....120
Tabela 24 - Evolução do Consumo de água da Ilha da Boavista (2014-2018) 121
Tabela 25 - Evolução da Entrada de Turistas na Ilha da Boavista (2014-2018) 121
Tabela 26 - Consumo de água e entrada de turistas (2017).....122
Tabela 27 - Consumo de água por setores de atividade (2017).....123
Tabela 28 - Consumo de água dos estabelecimentos hoteleiros e entrada de turistas (2017).....123
Tabela 29 - Precipitação média trimestral e entrada de turistas (2017) 124

Tabela 30 - Consumo de água e número de camas (2017).....125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo das entrevistas realizadas 19
Quadro 2 - Planos de Ordenamento Turístico ZDTI - Boavista..... 62
Quadro 3 - Áreas Protegidas – Ilha da Boavista..... 64
Quadro 4 - Novos empreendimentos hoteleiros em carteira (Boavista) 65
Quadro 5 - Estações Tratamento de Águas Residuais 80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população residente na Ilha da Boavista (1940– 1990) 47
Gráfico 2 - Evolução da população residente na Ilha da Boavista (2000– 2017) 48
Gráfico 3 - Evolução da taxa de desemprego na Boavista (2007-2014)..... 54
Gráfico 4 - Evolução da Procura Turística – Boavista (2000-2017) 60
Gráfico 5 - Total de número de passageiros de navios-cruzeiro (2008-2013) 102
Gráfico 6 - Evolução da procura turística em Cabo Verde (2000-2017)..... 108
Gráfico 7 - Hóspedes por país de residência (2017)..... 109
Gráfico 8 - Evolução da Taxa de Ocupaçâo dos Estabelecimentos Hoteleiros (2010-2017) 111
Gráfico 9 - Pessoal ao Serviço segundo a Categoria (2017)..... 115
Gráfico 10 - Índice de sazonalidade dos hóspedes (2012 a 2014)..... 116
Gráfico 11 - Percentagem de passageiros por aeroporto 2016..... 118

LISTA DE ABREVIATURAS

AEB - Agência de Água e Energia da Boavista

ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento

AP - Áreas Protegidas

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimendo

APN - Águas do Porto Novo

APP - Águas de Ponta Preta

ARME - Agência Reguladora Multissetorial da Economia

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CI - Cabo Verde Investimentos

CIT - Convergência Intertropical

CMB – Câmara Municipal da Boavista

CMSV - Camara Municipal de São Vicente

CNAG - Conselho Nacional de Águas

CNT - Conselho Nacional do Turismo

DGDT - Direção Geral do Desenvolvimento Turístico

DGTT - Direção Geral do Turismo e Transportes

DST – Direção do Serviço de Turismo

ECV – Escudos Cabo-verdianos

EHTCV - Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde

ELECTRA - Empresa de Eletricidade e Água, SA

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais

FESBEM - Fundo Económico e Social da Boavista e Maio

FMI - Fundo Monetario Internacional

GGZTE - Gabinete de Gestão das Zonas Turísticas Especiais

GOP - Grandes Opções do Plano

IDE - Investimento Directo Estrangeiro

IDE - Investimento direto estrangeiro

INATUR - Instituto Nacional do Turismo de Cabo Verde

INECV – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

INGT - Instituto Nacional de Gestão do Território

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

MCA - Millennium Challenge Account

MPD - Movimento para Democracia

MTT - Ministério do Turismo e Transportes

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMT - Organização Mundial do Turismo

PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PEDS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

PEDT - Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico

PIB – Produto Interno Bruto

PLENAS - Plano Estrategico Nacional para Água e Saneamento

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POT - Planos de Ordenamento Turístico

PROMEX - Centro de Promoção Turística dos Investimentos e Exportação de Cabo Verde

QUIBB - Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar

SAAS - Serviços Autónomos de Água e Saneamento

SDTIBM - Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio

TACV - Transportes Aéreos de Cabo Verde

TAP - Transportes Aéreos Portugueses

UCID - União Caboverdiana Independente e Democrática

UNDESA - Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais

WASH - Projeto de Água, Saneamento e Higiene

WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo

ZDTI - Zonas de desenvolvimento turístico integrado

ZTE - Zonas Turísticas Especiais

SUMÁRIO

1 ---- INTRODUÇÃO 1

1.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO ---------- 3

1.2 OBJETIVOS E HIPOTESES DE PESQUISA ---------- 15

2 ---- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 17

3 ---- TURISMO E SUSTENTABILIDADE: PROBLEMAS, PERSPETIVAS E NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 20

3.1 IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO: UM ENFOQUE SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS ---------- 26

4 ---- TURISMO EM AMBIENTES INSULARES 28

4.1 PEQUENOS ESTADOS INSULARES: A CONDIÇÃO INSULAR COMO RECURSO TURÍSTICO ---------- 33

5 ---- LOCAL DE ESTUDO: BREVE CARATERIZAÇÃO 38

5.1 ILHA DA BOAVISTA: CARATERIZAÇÃO GERAL---------- 42

5.1.1 Descoberta e ocupação---------- 42

5.1.2 Caraterização sócio-económica ---------- 47

5.1.3 Relevo e clima ---------- 57

5.1.4 Caraterização da oferta e da procura turística ---------- 58

6 ---- RECURSOS HÍDRICOS E CARATERIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA EM CABO VERDE 67

6.1 A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS EM CABO VERDE 67

6.2 ORIGENS, NECESSIDADES E DISPONIBILIDADES DE ÁGUA ---- 72

6.3 CARATERIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA NA ILHA DA BOAVISTA 83

6.3.1 Necessidades e disponibilidades de água na ilha da Boavista ------ 84

7 ---- UM PAÍS DEZ DESTINOS: QUADRO LEGAL, NÚMEROS E PERCURSO DO TURISMO CABOVERDIANO 88

7.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO TURISMO EM CABO VERDE---- ----103
7.2 A OFERTA E A PROCURA TURÍSTICA CABO-VERDIANA ------- 107
8 ---- TURISMO E RECURSOS HÍDRICOS: UMA ANÁLISE DA ILHA DA BOAVISTA 121
8.1 CRESCIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E O CONSUMO DE ÁGUA NA BOAVISTA. ---------- 121
8.2 PERSPETIVAS E POSICIONAMENTOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, DOS OPERADORES E DA SOCIEDADE CIVIL BOAVISTENSE----- 126
9 ---- CONCLUSÕES 133
10--- BIBLIOGRAFIA.....137
ANEXOS 148
ANEXO A - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA ÁGUA EM CABO VERDE ---------- 148
ANEXO B - CRONOLOGIA DA BASE LEGAL E INSTITUCIONAL DO SETOR HÍDRICO EM CABO VERDE ---------- 149
ANEXO C – MAPAS INTERATIVO (ILHA DA BOAVISTA) ---------- 150
APÊNDICES 151
APÊNDICE A - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM CABO VERDE ---------- 151
APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTAS ---------- 152

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como principal foco analisar o turismo em Cabo Verde a partir do consumo da água tendo na ilha da Boavista. Neste estudo busca-se, através do consumo da água analisar os desafios e problemas que a sustentabilidade da atividade turística enfrenta para poder se manter e os impactos que a sua expansão pode provocar face a escassez hídrica e a crescente demanda pela água.

A escolha deste tema advém do facto de em março de 2016 ter-me inscrito na primeira edição do Curso de Doutoramento em Gestão e Politicas Ambientais, realizado em Cabo Verde, com o objetivo de aprofundar estudos na área do Turismo, que já tinha iniciado na graduação e no mestrado, acrescentando agora uma nova perspetiva de analise a partir das dimensões ambientais e desenvolvimentista.

O interesse por esta temática é ainda reforçado pelo meu percurso profissional, que tendo sido sempre ligado a atividade turística, primeiro como Técnica Superior na Câmara Municipal de Constança, Portugal, depois como Relações Publicas no Hotel Belorizonte e mais recentemente como Técnica Superior da Direção Geral do Turismo e Transportes, em Cabo Verde. Enquanto profissional do setor tenho lidado com questões ligados a vistoria de abertura e funcionamento dos empreendimentos turísticos, atividade dos operadores e prestadores dos serviços turísticos, programas de formação dirigidos ao setor, organização e participação em feiras nacionais e internacionais de promoção do nosso destino turístico etc.

A Direção Geral do Turismo e Transportes (DGTT) se propõe operar numa área em que o país ainda carece de recursos humanos qualificados e meios financeiros. Porém, a criação do Fundo de Sustentablidade Social para o Turismo[1] tem vindo a colmatar

[1]Em 2013 o Governo caboverdiano criou o Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo com a finalidade de contribuir para a melhoria da sustentabilidade do destino Cabo Verde. Trata-se de um fundo que conta com um financiamento anual de 600 mil contos (cerca cinco milhões e 500 mil euros) provenientes da aplicação da taxa do turismo que começou a ser cobrada no mesmo ano. A taxa do turismo, a razão de 220 escudos (2 euros) por noite é cobrada até ao máximo de dez noites aos turistas ou nacionais que pernoitarem nos estabelecimentos hoteleiros do país. A decisão da criação deste Fundo decorreu de uma resolução do Conselho de Ministros publicada no Boletim Oficial de 14 de agosto de 2013, como o objetivo de promover atividades e projetos ligados ao setor através do financiamento de ações de promoção, desenvolvimento e manutenção de serviços ligados diretamente ao bem-estar da população residente e de turistas, além de promover a formação e capacitação de recursos humanos nesta matéria.

algumas carências do setor, nomeadamente, aposta na formação profissional direcionado aos jovens que frequentam os cursos ministrados pela Escola de Hotelatria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV) e demais estabelecimentos de formação tecnico profissinal.

Contudo paralelamente o país continua a necessitar de um leque de quadros com formação avançada de modo a se constituírem como uma massa crítica e que possam contribuir para a definição de políticas e prioridades para o desenvolvimento do setor sem por em causa a necessária sustentabilidade ambiental, económica e social. Há ainda um amplo trabalho a fazer no sentido de se ajustar (e coordenar) as metas de desenvolvimento do turismo que visam atingir um milhão de turistas estrangeiros por ano até 2021 (GOVERNO DE CABO VERDE, 2016) e os seus impactos sobre os recursos ambientais.

Portanto, o turismo encontra-se numa fase de expansão em Cabo Verde, o que tem feito aumentar a demanda por água, energia e demais recursos (LUZ , 2019). Neste sentido é necessário que sejam realizadas mais pesquisas, nas mais variadas vertentes, por forma a se produzir dados indicativos, ou caminhos para a gestão da água como para a sustentabilidade ambiental do turismo considerando as dimensões económica, social, ecológica e institucional.

É neste contexto que senti a necessidade de adequar o meu projeto de doutoramento ao que tem sido os meus desafios profissionais, de forma a poder contribuir plenamente na implementação das medidas e metas em cima enunciados. Assim surgiu o meu interesse pelas questões associadas ao turismo e gestão de recursos naturais, tendo como foco o consumo da água.

A escolha da ilha da Boavista deve-se ao facto de ser o segundo maior polo turístico do país e que à partida tinha todas as condições para desenvolver um turismo inclusivo e socialmente sustentável e que não replicasse os erros identificados na ilha do Sal, primeiro e principal destino turístico do país. A opção pela Boavista deve-se ainda ao facto de ser uma ilha que visito regularmente, tanto por motivos pessoais como profissionais, e tem que tem sido o meu foco de estudo nos últimos 15 anos.

Esta tese encontra-se estruturada em oito capítulos além desta introdução. O segundo capítulo é dedicado à apresentação dos detalhes metodológicos que guiaram todo o processo de recolha de dados com vista à elaboração desta tese; no terceiro capítulo abordamos o conceito de desenvolvimento sustentável, sua evolução histórica e articulação com a atividade turística, sobretudo de base e local, e os seus respetivos impactos sobre os

recursos ambientais; o quarto capítulo é dedicado a uma detalhada caraterização da atividade turística em ambientes insulares, principais destinos, potencialidades e limitações, com enfoque nas questões ambientais; no quinto capítulo elaboramos uma breve caraterização e enquadramento do local de estudo, com especial destaque para a ilha da Boavista; o sexto capitulo é dedicado à caraterização do setor da água em Cabo Verde, organização institucional do setor, principais atores envolvidos, origem, necessidades e disponibilidade deste recurso no contexto nacional e na ilha da Boavista em particular; no sétimo capitulo foi apresentado uma descrição detalhada do quadro legal e institucional do turismo em Cabo Verde e a evolução da oferta e da procura nas últimas décadas; e no oitavo capitulo foi apresentado e analisado os dados relativos ao crescimento da atividades turística e sua relação com o aumento do consumo de água.

1.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO

Os avanços tecnológicos e económicos registados nas últimas décadas, além de provocar mudanças nas sociedades, resultou também em uma nova forma de identificar, explorar, avaliar e conservar os recursos ambientais a partir da compreensão de que estes determinam não só o fornecimento de matéria-prima, mas, também, lazer, descanso e melhor qualidade de vida para os atuais indivíduos que compõem a sociedade, além de se constituírem no mais importante legado para aqueles que o herdarão. O turismo, por ser uma atividade que tem como objetivo proporcionar descanso e diversão, faz com que as várias dimensões que o formam - como comercialização, transporte, hospedagem, alimentos e bebidas, infraestrutura e serviços – se constituem como um sistema onde as variáveis envolvidas interagem entre si, podendo resultar em reflexos positivos e/ou negativos no meio económico, social e, principalmente, ambiental (OLIVEIRA, ASSIS, TAVARES, FROTA, & SANTANA, 2016). Neste contexto, ao mercado turístico, tem sido incorporado o paradigma da sustentabilidade como forma de conduzir seu desenvolvimento para utilizar os recursos naturais, sociais e económicos disponíveis, prever e controlar os impactos daí resultantes, surgindo assim o conceito de turismo sustentável.

Sendo um dos setores económicos de mais rápido crescimento no mundo, o turismo é cada vez mais reconhecido como um contribuinte para criação de emprego,

riqueza e redução da pobreza. O turismo constitui atualmente a maior atividade mundial de serviços, aproximando-se da indústria petrolífera e automóvel.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), agência das Nações Unidas, declarou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável. O principal objetivo é destacar o potencial do turismo para o desenvolvimento económico sustentável, a geração de empregos, redução da pobreza, proteção ambiental, defesa do património cultural, entre outras estratégias. Segundo as Nações Unidas, um em cada 11 empregos no mundo são gerados pelo turismo. Além disso, o setor responde por 7% das exportações mundiais e 10% do Produto Interno Bruto (PIB) global (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2017). Com a declaração, a OMT pretende estimular a adoção de políticas públicas para o setor e promover o avanço da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que tem o fortalecimento do turismo entre as suas metas. Um setor turístico bem projetado e gerenciado pode ajudar a preservar os bens patrimoniais naturais e culturais do que depende, capacitar comunidades de acolhimento, gerar oportunidades comerciais e promover a paz e compreensão intercultural.

O turismo mundial superou as expetativas de crescimento em 2017, com 1.323 milhões de chegadas de turistas internacionais, cerca de 84 milhões mais do que em 2016, representando um acréscimo de 7%. A Europa, com os destinos mediterrâneos na liderança, registou um aumento de chegadas internacionais de 8%, igual ao continente africano, que consolida sua recuperação iniciada em 2016. Segundo os dados da OMT, a Ásia e o Pacífico contabilizaram 6% de turistas a mais; o Oriente Médio, (+5%), as Américas, (+3%). O ano 2017 caraterizou-se assim por um forte crescimento em muitos destinos e uma firme recuperação naqueles que sofreram quedas em exercícios anteriores (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2018).

Este exponencial crescimento do turismo constitui um fenómeno à escala global que remonta ao fim do segundo conflito mundial, momento a partir do qual um número considerável de cidadãos passa a desfrutar de tempo e rendimento para viajar, efeito resultante, por exemplo, da aquisição do direito de férias pagas (FERREIRA, 2008).

Porém, segundo Ferreira (2008), apesar das contribuições económicas e sociais do turismo, são observados impactos sobre o meio ambiente, nomeadamente:

- Alto consumo de energia contribuindo para as emissões de gases de efeito estufa,

- Grande consumo de água durante a temporada turística colaborando para a escassez e/ou falta do recurso;
- Uso e ocupação do solo muitas vezes de forma desordenada e sem planeamento, provocando a remoção de vegetação e alterando cursos d'água;
- Perda de biodiversidade, destruição de habitats e da paisagem e alteração de dunas costeiras;
- Uso de contaminantes como óleos, lubrificantes e produção de dejetos que tem poluído o ar, água e solo;
- Produção de lixo acima da capacidade da coleta e correto descarte, etc.

Os impactos são consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios recetores. Muitas vezes, tipos similares de turismo provocam diferentes impactos, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem. Segundo Ruschmann (1997) estes podem ser reversíveis quando detetados no seu início, ou antes, e irreversíveis quando não lhes é dada a devida atenção e, no momento que se percebe isso já será tarde demais para a sua reversão. Os impactos da atividade turística referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades recetoras. Estes impactos derivados do turismo são consequência dos arranjos que realizam no espaço criando territórios através das práticas turísticas englobando relações de poder, simbólicas e econômicas desencadeando riscos pela força do turismo de subverter lugares e de incorporar novos lugares aos lugares turísticos resultando no estabelecimento de problemas e conflitos, produtos dos diferentes interesses por parte dos *stakeholders* (SELVA, 2019).

Para ser sustentável o turismo precisa preservar os recursos naturais, históricos e culturais para garantir o uso futuro. Além de satisfazer os visitantes, a atividade turística não pode gerar danos ambientais ou socioculturais. Portanto, garantir a sustentabilidade do turismo tornou-se o desafio principal daqueles que estão comprometidos com o desenvolvimento e o gerenciamento dessa atividade tão importante para a economia e para a sociedade em geral.

Encontrar o equilíbrio entre os interesses económicos do turismo e o desenvolvimento sustentável da atividade não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios, valores subjetivos, de uma política ambiental e turística

adequada, o que ainda não está presente em muitos destinos turísticos (FERMINO, FERMINO, & RHODEN, 2017). Daí que pesquisas realizadas em várias realidades têm defendido que,

> *para além dos números e das expetativas de renda a partir da atividade, é preciso ter em conta que o turismo é mais que uma simples atividade económica. É, sobretudo, um complexo fenómeno, caraterizado por um amálgama de relações sociais, culturais, ambientais, económicas e políticas, que se expande pelas diversas paisagens terrestre (ambientes de montanha, costeiros, insulares, urbanos, etc.) a um ritmo intenso, proporcionado pelo aumento do tempo livre* (KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010, p. 2).

O turismo contemporâneo acaba por ser um grande consumidor da natureza em sua evolução nas últimas décadas. Consumidor não apenas das paisagens naturais, mas principalmente dos recursos naturais indispensáveis ao funcionamento da atividade turística (RUSCHMANN, 1997; KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010).

Dessa forma há uma crescente preocupação em se avaliar os impactos do turismo sobre o meio ambiente. Essas preocupações estão centradas especialmente no processo de degradação que pode afetar os recursos naturais que são utilizados no desenvolvimento destas atividades e a irreversibilidade deste processo. De entre os recursos naturais impactados pelo turismo a água, pela sua importância enquanto um bem primordial na vida na Terra, justifica o aprofundamento de estudos e pesquisas com vista a um melhor conhecimento dos modelos mais adequados para cada contexto socio-ambiental.

Apesar da reconhecida importância da água para a sobrevivência humana em muitas regiões do planeta este recurso encontra-se em estado de escassez ou degradação. Muitos países, sobretudo os que possuem terras situadas em regiões áridas e semiáridas, têm enfrentado sérias crises de disponibilidade de água potável para o consumo humano (KÖRÖSSY, SELVA, & BRAGA, 2008). Norte da África, região do Mediterrâneo, Oriente Médio, Sul da Ásia, Norte da China, Austrália, Estados Unidos, México, Nordeste do Brasil e Costa Oeste da América do Sul se destacam como as regiões mais vulneráveis

do planeta e alguns estudos apontam no sentido de que até 3,2 bilhões de pessoas poderão vir a enfrentar estresse hídrico até o ano de 2100 (GÖSSLING, et al., 2012).

Atualmente cerca de 1 bilhão de pessoas não têm água potável, 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento, 1,2 bilhão carece de quaisquer instalações e serviços de saneamento. A cada dia 5.000 crianças em média morrem devido a doenças relacionadas com água e saneamento (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2015). Esta situação tende-se agravar, uma vez que, mantidas as atuais tendências, prevê-se o aumento da salinidade nos estuários, queda na vazão dos rios e perda de espécies aquáticas antes de 2020 (KÖRÖSSY, CORDEIRO, & SELVA, 2008).

Perante um quadro de escassez e de perda da qualidade da água, a definição de estratégias direcionadas para uma gestão sustentável dos recursos hídricos passou a constar entre as metas prioritárias das agendas de vários países. Foi neste sentido que em 2000, através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a comunidade internacional comprometeu-se a reduzir, até 2015, pela metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável e saneamento básico. No geral, o mundo alcançou importantes resultados no caminho de cumprir o ODM da água, mas registaram-se grandes lacunas em muitas regiões e países, particularmente na África Subsaariana.

Nesta sequência os líderes mundiais adotaram uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, para o horizonte 2015-30. Esta agenda é formada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem implementados por todos os países do mundo até 2030. As metas relativas aos recursos hidricos estão plasmados no objetivo 6 e genericamente visam assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

A crise global da água e saneamento está enraizada na pobreza, no poder e na desigualdade, não na disponibilidade física (CARVALHEIRO, 2015). E,

> *da delicada relação entre economia, sustentabilidade e recursos hídricos, um setor em particular chama à atenção: o turismo. Seja para fins de lazer ou para suprir as necessidades internas de um hotel, a água assume papel central na sustentabilidade da atividade turística e, mesmo assim, não está alheia aos impactes da atividade* (KÖRÖSSY, SELVA, & BRAGA, 2008, p. 108).

O uso descontrolado da água para fins de limpeza e higiene, cozinha, lavandaria, piscinas, irrigação de jardins, etc., é um dos principais efeitos negativos decorrentes da indústria turística, incluindo a hotelaria (GÖSSLING, et al., 2012). Pode-se assim afirmar que a atividade turística interfere diretamente na disponibilidade de água potável pois somente o setor hoteleiro consome cerca de 5000 litros de água por hóspede/noite (CARVALHO, DECOL, GIL, & LANZER, 2016; GÖSSLING, et al., 2012). Porém, a eficiência no uso de recursos não tem sido uma prioridade na maioria das atividades hoteleiras. Há uma maior predisposição para a mudança de hábitos de consumo e introdução de soluções mais eficientes apenas no caso de estas fornecerem um rápido retorno sobre o investimento sem comprometer o conforto e a satisfação dos hóspedes (CHARARA, CASHMAN, BONNELL, & GEHR, 2011).

O desafio para o desenvolvimento do turismo é garantir que o consumo de água não afete a qualidade e a quantidade de água disponível. Para isso, é necessário o conhecimento da oferta dos recursos hídricos do local, a identificação de novas fontes, planeamento e incremento à infraestrutura para a estocagem e o monitoramento da qualidade da água na relação com o desenvolvimento do turismo.

Assim conclui-se que o uso excessivo dos mananciais de água, induzido por uma atividade turística crescente e desordenada, para além de efeitos indesejáveis como: diminuição dos níveis de água doce disponíveis às populações locais, perda da qualidade da água, salinização dos poços e sedimentação dos solos, pode ser responsável pelo colapso de um destino turístico; ainda mais se o destino em questão se encontrar num ambiente insular (KÖRÖSSY, CORDEIRO, & SELVA, 2008; CHARARA, CASHMAN, BONNELL, & GEHR, 2011).

É de salientar que as pequenas regiões insulares dependem muito mais do turismo para arrecadação de receitas do que as grandes regiões continentais. Segundo Hampton e Christensen *apud* (KÖRÖSSY, CORDEIRO, & SELVA, 2008) a contribuição geralmente se situa entre 20 a 50% do PIB dos destinos insulares. Além disso, para as comunidades locais, o turismo representa novas infraestruturas, como por exemplo, melhores comunicações com outras ilhas e continentes, estradas, etc.), benefícios sociais (sobretudo em seu estágio inicial de desenvolvimento) e empregos. Contudo, apesar dos argumentos em cima apresentados, as ilhas são geralmente muito vulneráveis aos impactes negativos do turismo sobretudo devido as fragilidades dos seus ecossistemas.

O impacto do turismo no uso da água, e vice-versa, ainda é uma área pouco estudada e muitas vezes até negligenciada (GÖSSLING, et al., 2012; HADJIKAKOU, CHENOWETH, & MILLER, 2013). Isso se deve em parte ao facto de que a sustentabilidade ambiental se ter tornado quase sinónimo de ação para limitar as emissões de carbono. A atenção contínua sobre as mudanças climáticas propiciou o surgimento de um corpo de pesquisas sobre as emissões de carbono do turismo e, em particular, das viagens aéreas.

Embora o aquecimento global seja, indiscutivelmente, a preocupação ambiental mais séria à escala global, a sustentabilidade ambiental é uma preocupação multifacetada. Houve algumas tentativas de calcular os impactos universais do turismo usando o conceito de Pegada Ecológica (GÖSSLING, et al., 2012), que traduz o consumo e geração de resíduos em uma área de terra equivalente. Embora a Pegada Ecológica ofereça um indicador mais abrangente de impacto ambiental, em comparação com a amplamente utilizada Pegada de Carbono, ela ainda fornece apenas uma medida agregada do impacto ambiental que não distingue entre as pressões ambientais locais e globais. Deve, portanto, ser usado juntamente com outros indicadores locais. Além disso, a Pegada Ecológica não considera explicitamente o uso da água, uma vez que a água não pode ser expressa em termos de hectares globais.

A maior consciencialização dos cidadãos sobre as questões energéticas deve servir como uma plataforma para uma melhor compreensão e gestão de outras componentes ambientais. O impacto do turismo sobre os recursos hídricos deve ser visto como um desafio local de sustentabilidade que requer intervenções apropriadas, especialmente em destinos com escassez de água. É provável que a preocupação com as melhores formas de uso da água se torne mais aguda no futuro, com a mudança climática ameaçando a confiabilidade da quantidade e da qualidade do abastecimento de água (HADJIKAKOU, CHENOWETH, & MILLER, 2013). Isso proporciona um novo ímpeto para vincular as questões da água à preocupação existente com a adaptação às mudanças climáticas.

De acordo com Gössling (2012), a falta de pesquisas com foco específico no consumo da água e turismo também pode ser atribuída à falta de dados disponíveis. Mesmo dentro do domínio da política da água, tem havido ações muito limitados no que toca à demanda de água relacionada ao turismo quando comparado com outros usos da água.

Isso se deve pelo facto da demanda de água pelo turismo parecer ter um impacto insignificante em comparação com outros usuários, como agricultura (70%), indústria (20%) e residências (10%), com números globais sugerindo que o turismo internacional responde por menos de 1% do uso de água (MARSILY, 1997; GÖSSLING, et al., 2012). Contudo, o consumo global de água para a atividade turística está aumentando, e estes dados de consumo, aparentemente baixo, não ilustra a natureza espacial e temporalmente concentrada da atividade turística (GÖSSLING, 2005; HADJIKAKOU, CHENOWETH, & MILLER, 2013).

A sensibilização para a poupança de água nos empreendimentos turísticos tem sido implementada sobretudo tendo como foco os hóspedes e têm-se traduzido em ações de incentivo à diminuição do uso de água no quarto, e em programas como não trocar de toalhas, a menos que os hóspedes solicitem especificamente. Porém, a eficácia de tais programas é sensível a fatores como a forma como a mensagem é transmitida aos hóspedes do hotel. Por forma a melhorar os resultados os hotéis estão a recorrer cada vez mais a programas de marketing social para incentivar a redução voluntária do uso de toalhas e roupa de cama. Esses programas reduzem o uso de água e contribuem para a diminuição dos custos de lavagem nos hotéis. Contudo, um estudo a levado à cabo por Shang, et al. (2010) demonstrou que a resposta dos hóspedes é mais positiva quando as economias do programa são doadas para ações de caridade e solidariedade social.

De acordo com Cashman & Moore (2012), embora essas medidas possam ser potencialmente eficazes, elas são abordagens passivas e de alcance limitado. Uma alternativa é tentar aumentar a consciencialização sobre a importância de minimizar o uso de água entre os funcionários do hotel e com os seus hóspedes como por exemplo sensibilizando-os para a poupança de água (Figura 1). Aqui, a pesquisa tem demonstrado que a eficácia está positivamente correlacionada com a atitude das chefias pois requer um alto nível de envolvimento da administração e das lideranças para garantir que ela seja bem-sucedida.

Figura 1 - Etiquetas de Sensibilização para a Poupança de Água nos Hotéis

Fonte: http://www.vivendashotel.com.br/frinape/blog/2

Uma medida cada vez mais popular tem sido a adoção por parte dos hotéis de alguma forma de certificação ambiental. O Sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), a certificação ISO 14001, a certificação Green Globe ou outros esquemas similares. Contudo, a eficácia desses programas parece não ser ainda consensual.

Estudos levados a cabo em Barbados sobre os impactos da implementação de programas de certificação ambiental sugeriram que não houve diferença no uso geral de recursos entre hotéis certificados e não certificados. O interesse crescente por parte das grandes cadeias de hotéis em adotar formas de certificação tem sido sobretudo um meio de melhorar o desempenho e a imagem (CASHMAN & MOORE, 2012). Com base em estudos desenvolvidos em empresas hoteleiras espanholas concluiu-se que os sistemas de gestão ambiental pareciam ser o instrumento de política voluntária mais promissora, mas que havia necessidade de assistência e apoio para superar as dificuldades práticas e os altos custos associados à adoção (AYUSO, 2007). Neste caso podemos concluir que as medidas de certificação, pelos seus custos e complexidade, estão mais acessíveis às grandes unidades hoteleiras do que às pequenas e médias.

Outra importante medida tem sido a implementação de programas de incentivo, sob a forma de créditos fiscais ou subsídios, para a aquisição e adoção de tecnologias de economia de água. Contudo, os custos de implementação de tecnologias mais eficientes tem sido o principal obstáculo em relação à adoção de tais políticas, particularmente para

pequenos estados. Os estados pequenos muitas vezes enfrentam restrições em relação às condições socioeconómicos, aos tetos da dívida externa e à diversificação económica limitada. Essas caraterísticas geralmente tornam as medidas de arrecadação de receitas uma parte fundamental da gestão fiscal. Por outro lado, as evidências em relação aos resultados de tais incentivos fiscais não têm sido consistentes. Dubin & Henson (*apud* CASHMAN & MOORE, 2012), por exemplo, destacam a ineficiência dos créditos tributários como uma ferramenta para induzir o investimento em tecnologias mais eficientes, enquanto que Hassett & Metcalf (1995) encontraram algum benefício associado aos programas de incentivos fiscais.

Portanto, os custos associados ao aumento da consciencialização entre os hóspedes são relativamente baixos. Dependendo do *design* das comunicações, os retornos podem mais do que justificar os gastos iniciais. Os custos de aumentar a consciencialização entre os funcionários em uma base contínua são mais altos, contudo os resultados poderão ser mais eficazes. Os custos e a dificuldade de implementação são as principais barreiras para a adoção de esquemas de certificação. Os programas que incentivam a instalação de dispositivos de economia de água, apesar de não serem consensuais, demonstram ter períodos de retorno e podem resultar em economia de custos. Assim diríamos que, em termos genéricos, a adoção de qualquer das medidas acima está em fornecer motivação e a sua capacidade de criar as condições certas para encorajar sua aceitação sobretudo pelos dirigentes dos hoteis.

Cabo Verde tem estado no centro do desenvolvimento turístico da costa ocidental africana. Em consequência os efeitos menos virtuosos têm emergido rapidamente, deixando algumas marcas: a instabilidade e a insegurança têm aumentado; a prostituição, incluindo juvenil, tem sido potenciada; o consumo de drogas, associado ao tráfico interno e internacional, tem marcado presença (BRITO, LOLOUM, RAMOS, ALARCÃO, & DUARTE, 2010).

A maioria das iniciativas turísticas implementadas está centrada do ponto de vista territorial num reduzido número de ilhas, sendo promovida e gerida pela iniciativa privada, maioritariamente estrangeira, produzindo impactos ambientais e sociais significativos, nem sempre positivos, já que a preocupação subjacente é a recuperação do investimento realizado e a consequente rentabilização dos equipamentos turísticos (LUZ & FERREIRA, 2016). O segmento de turismo dominante é o sol-praia e tem como pólos essenciais as ilhas

do Sal e da Boavista, onde se impõe com uma força esmagadora sobre os frágeis ecossistemas insulares (CUNHA & JACINTO, 2013).

Nas ilhas de Cabo Verde a precipitação média anual não ultrapassa 300mm para as zonas situadas a menos de 400m de altitude, com tendência de redução desde a década de 60 do século passado. As zonas situadas a mais de 500m de altitude são expostas aos ventos alísios e as precipitações podem ultrapassar 700mm (NEVES, 2011). Portanto trata-se de ilhas carrentes de cursos de água em consequência da grande escassez de chuvas.

Estima-se que hoje em Cabo Verde, um habitante em cada cinco, ou perto de 100.000 pessoas, não têm acesso a água e saneamento, isto representa cerca de 25% da população residente. Segundo os dados do Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar (QUIBB**)** 39,4% da população abastece-se através de ligações domiciliárias, 39,2% através de fontanários, 6,3% através de autotanques, ou seja, 84,9% da população tem acesso ao abastecimento de água por um sistema mais ou menos seguro e 15,1% da população abastece de forma mais ou menos precária, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 2007).

O potencial subterrâneo do país é estimado em cerca de 124 milhões de m3 dos quais apenas metade é explorável, em virtude das limitações de ordem técnicas e estruturais. Os recursos superficiais, estimados em 180 milhões de m3 por ano, são explorados em todo o território nacional, mas apenas 5% do seu potencial (GOMINHO, 2010).

A importância da disponibilidade de água para os destinos turísticos assenta-se em seu caráter fundamental enquanto item básico, sem o qual o funcionamento dos equipamentos hoteleiros tornar-se-ia impossível. Neste sentido o atendimento às crescentes quantidades de água demandadas pelos equipamentos turísticos tem provocado intensa exploração das fontes locais de abastecimento, chegando a criar conflitos entre autóctones e trade turístico pelo uso da água, sobretudo em ambientes de limitada disponibilidade hídrica (KÖRÖSSY, CORDEIRO, & SELVA, 2008).

As exigências de um setor fortemente consumidor de todo o tipo de recursos (alimentação, água, energia, materiais de construção civil), responsável por uma elevada "pegada ecológica", associadas às dificuldades do país (de configuração geográfica, logísticas, infraestruturais, etc.) impõem limites à expansão dum setor que tem de conviver,

de modo compatível, com um ambiente natural e humano tão frágil como o apresentado por Cabo Verde (CUNHA & JACINTO, 2013; SILVA, 2012).

Abre-se, por esta razão, uma oportunidade para uma resposta atempada à forte pressão que a expansão do setor exerce sobre o ambiente, os recursos naturais e a ocupação do território, de modo a evitar utilizações abusivas e desregradas, bem como a perspetivar uma evolução sustentável que pressupõe, também, o salutar envolvimento das comunidades locais. Perante este conjunto de desafios, o turismo Caboverdiano vê-se obrigado a planificar estratégias que permitam o seu desenvolvimento a longo prazo com vista ao enfrentamento dos desafios em cima apontados.

É neste quadro que esta tese se centra à volta da seguinte questão: que impactos a atividade turística tem tido sobre os recursos naturais em Cabo Verde, tendo como referência de analise o consumo da água em unidades hoteleiras e a Ilha da Boavista como caso de estudo.

1.2 OBJETIVOS E HIPOTESES DE PESQUISA

Esta tese tem como principal foco analisar o turismo em Cabo Verde a partir do consumo da água na ilha da Boavista. Este estudo procura assim identificar os desafios e problemas que a sustentabilidade da atividade turística enfrenta para poder se manter e os impactos que a sua expansão pode provocar face a escassez hídrica e a crescente demanda pela água.

Em termos de infraestruturas hoteleiras a ilha da Boavista conta atualmente com um total de 22 unidades, sendo 8 hoteis, 2 pensões, 5 Hoteis-apartamento e 7 residenciais, que oferecem um total de 3.056 quartos, 5.629 camas com 6.531 capacidade de alojamento. No ano de 2017 registaram-se 206.614 entradas de turistas, perfazendo um total de 1.656 .430 durmidas. A dinâmica de crescimento da atividade turística se reflete de forma contundente na evolução demográfica da ilha. De pouco mais de 3 mil habitantes no inicio da decáda de 1990 prespetiva-se que em 2030 venha a ter cerca de 30 mil residentes.

Apesar de ser a terceira ilha do País em dimensão, Boavista apresenta das piores condições hidrológicas quando comparadas com as outras ilhas do arquipélago. Cerca de 58% da população residente não tem acesso à rede pública de abastecimento de água e abastece com recursos a autotanques, chafarizes ou outras formas menos seguras de acesso á água. Neste sentido a mobilização de água, em quantidade e qualidade, afigura-se assim como um importante desafio ao processo de crescimento económico e demográfico da Ilha.

Assim, i) considerando que a análise do consumo de água pelos meios de hospedagem de um lugar preponderantemente turístico é importante por se tratar de uma questão-chave à sustentabilidade de qualquer ambiente, sobretudo quando a área em questão é uma ilha de recursos hídricos limitados; ii) e considerando a carência de estudos sobre o consumo da água pela atividade turística (sobretudo em ambientes insulares), a presente tese tem como objetivo: analisar o turismo e desenvolvimento local em Cabo Verde a partir do consumo da água na ilha da Boavista.

De forma a se poder fornecer elementos de resposta às questões levantadas foi formulada a seguinte hipótese geral: o consumo excessivo de água, induzido por uma atividade turística crescente e desordenada, para além de efeitos indesejáveis sobre as populações locais, pode ser responsável pelo colapso de um destino turístico, sobretudo se o destino em questão se encontrar num ambiente insular.

A partir da hipótese geral identificamos ainda duas específicas que a complementam:

a) A atividade turística interfere diretamente na disponibilidade de água potável disponível a população.
b) Quanto maior for a unidade hoteleira maior é o seu consumo de água.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o levantamento de dados necessários para a pesquisa implementamos uma sequência de ações que incluiu, num primeiro momento, o levantamento bibliográfico e documental (livros, relatórios, artigos, dados estatísticos, etc.) e num segundo momento recolhemos, junto da Agencia de Água e Energia da Boavista (AEB), dados segregados sobre a produção e o consumo de água e realizamos entrevistas semi-estruturadas.

Vale ressaltar que os dados do consumo de água disponibilizados pela AEB se limitaram ao intervalo temporal de 2014 a 2018, fazendo com que esta pesquisa abrangesse apenas esse período. Tendo em conta que nem todos os estabelecimentos hoteleiros iniciaram atividades no mesmo ano, tomamos 2017 como o ano de referência.

Assim selecionamos uma amostra de estabelecimentos hoteleiros, representativos do total de meios de alojamentos disponíveis na ilha, que estavam operando no ano de 2017, e cujos dados de consumo constam das contas da AEB. A definição da amostra levou ainda em consideração as diferentes tipologias de estabelecimentos hoteleiros, nomeadamente: os hotéis (de cinco, quatro e três estrelas), as residenciais e as pensões. Com base nestas referências, de um total de 22 estabelecimentos, foram selecionados 6, sendo 3 de grande porte (com capacidade acima de 500 camas) e 3 de pequeno/medio porte (com capacidade abaixo de 500 camas).

Os dados recolhidos foram sistematizados e organizados em tabelas de frequência que permitiram analisar a evolução do consumo de água e entrada de turistas durante o período de 2014 a 2018. Tendo como referência o ano de 2017 estabelecemos correlações entre as seguintes variáveis: consumo médio trimestral de água, entrada de turistas e precipitações. Ainda a partir das taxas de consumo anual de cada equipamento, calculamos a média anual de água consumida por cada cama, obtendo-se, portanto, um quadro geral das unidades hoteleiras que mais consomem água.

Os dados de consumo dos hotéis foram comparados com os dados do consumo dos demais setores por forma a podermos identificar eventuais diferenças nas condições de acesso dos mesmos em relação aos turistas.

A fim de entendermos em maior profundidade as relações entre a atividade turística (representada pelos meios de alojamentos) e os recursos hídricos, realizamos duas deslocações ao terreno. A primeira deslocação ao campo ocorreu entre os dias 10 a 15 de

junho de 2019. Neste primeiro momento realizamos um conjunto de entrevistas exploratorias (não gravadas) com o intuito de fazer um mapeamento das varias instituições (públicas e privadas) e atores-chave existentes no terreno e também fizemos um levantamento de dados de consumo de água junto da empresa concecionária. A nossa segunda deslocação ao campo ocorreu entre os dias 12 a 16 de outubro de 2019 em que realizamos uma sequência de entrevistas semi-estruturadas com as lideranças comunitárias, gestores de estabelecimentos hoteleiros, dirigentes e técnicos da Câmara Municipal da Boavista, da AEB, da STDIBM, ONG's e de alguns serviços desconcentrados do Estado sedeados na ilha e moradores, conforme o quadro apresentado em baixo. Os moradores entrevistados foram selecionados aleatoriamente na via pública, tendo em conta a idade (mínima de 18 anos e máximo de 75 anos), o género (entrevistamos 7 homens e 7 mulheres) e a localização da residência na Cidade de Sal Rei, tendo em conta a representatividade dos vários bairros da Cidade.

Em média cada entrevista teve uma duração de 30 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas com recurso a um tablet/gravador e os ficheiros audio devidamente guardados. Paralelamente tiramos algumas notas escritas que serviram de complemento à analise das gravações. No total foram realizadas 29 entrevistas (quadro 1).

As empresas e entidades públicas foram primeiramente contactadas por correio electrónico no sentido de indicarem um dirigente e/ou colaborador habilitado para o agendamento da entrevista. Após indicação do representante agendamos a data da entrevista e nos deslocamos às instalações das empresas e entidades publicas selecionadas. Todas as empresas e entidades publicas contactadas responderam favoravelmente ao nosso pedido.

Em relação aos empreendimentos turísticos inicialmente aplicamos o mesmo procedimento, ou seja, encaminhamos uma mensagem por correio electrónico a solicitar o agendamente de uma entrevista. Entretanto a taxa de retorno foi bastante baixa. Dos 7 empreendimentos contactados apenas 2 responderam a nossa mensagem. Para colmatar esta limitação optamos por nos deslocar pessoalmente aos demais estabelecimentos e agendamos as entrevistas diretamente.

O tratamento dos dados qualitativos foi realizado com recurso à técnica de análise de conteúdo e tendo sido destacadas as expressões e afirmações com maior número de ocorrências e que possibilitaram uma leitura complementar do fenómeno em estudo.

Quadro 1 - Resumo das entrevistas realizadas

Grupo	**Subgrupo**	**Nº de entrevistas realizadas**	**Código**
Entidades publicas	Câmara Municipal da Boavista	1	CMB
	Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio	2	SDTIBM
Empresas	Água e Energia da Boavista	1	AEB
Organizações Não governamentais	CVNatura 2000	1	
	Bios.CV	1	
	Associação Onze estrelas	1	
	Associação Varandinha de Povoação Velha	1	ONG's
Empreendimentos Turísticos	Hotel	4	Hotel
	Pensão	2	Pensão
	Residencial	1	Residencial
Moradores	Cidade de Sal Rei	14	Morador(a)
Total		29	

3 TURISMO E SUSTENTABILIDADE: PROBLEMAS, PERSPETIVAS E NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

De forma genérica podemos afirmar que as preocupações com a sustentabilidade emergiram nos séculos XVIII e XIX, com autores como Thomas Malthus, que dedicou atenção à escassez de recursos em face do aumento populacional. Contudo foi somente na segunda metade do século XX que a questão ganhou uma dimensão acrescida, justificada pelos impactos ambientais provocados pelo modo de desenvolvimento industrial. No pós II Guerra Mundial o modelo económico adotado pelos principais países ocidentais se assentava num sistema agrícola intensivo, na industrialização e na massificação da produção e consumo (MILLER & TWINING-WARD, 2005). Em consequência assistiu-se a um período de grande prosperidade económica nos países do hemisfério Norte. Entretanto, fruto do modelo adotado foram surgindo efeitos negativos que se refletiram sobre o ambiente e na qualidade de vida do próprio homem. Assim, paulatinamente foi emergindo uma nova consciência de que o desenvolvimento tinha que ser de base sustentável, com vista a respeitar não só os interesses do homem mas também preservar o meio ambiente (LEVÍ, 2012).

O ponto de partida para o desenvolvimento sustentável consistiu na necessidade de integrar as questões ambientais na política económica (DRESNER, 2002). Nas décadas de 1960 e 70 a política internacional do ambiente iniciou passos em defesa de um modelo de desenvolvimento diferente, tendo-se, nas últimas quatro décadas, efetuado um longo percurso em torno das preocupações e políticas ambientais.

Neste sentido realizou-se em 1972 a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo. Esta conferência ficou marcada pela divergência de opiniões entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, onde os países desenvolvidos propunham a criação de um programa com a vista à preservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, bem como medidas de carater preventivo de forma a evitar uma eventual catástrofe.

Em contraposição, os países em desenvolvimento alegavam que ainda careciam de se desenvolverem económicamente para atingirem os patares dos paises do norte. A Conferência de Estocolmo resultou na criação da Declaração de Estocolmo onde constam os princípios fundamentais para a preservação e melhoria do meio ambiente humano, assim

como no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), responsável pelas ações de proteção do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Relatório Brundtland (1987) o desenvolvimento sustentável "*é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*"[2]. Inicialmente o conceito do desenvolvimento sustentável era interpretado do ponto de vista do ambiente e dos recursos naturais, contudo, este relatório veio estabelecer uma nova perspetiva de desenvolvimento, orientado para questões ligadas à redução da pobreza, à melhoria do meio ambiente e à justiça social.

Portanto o mesmo alerta para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, e traz à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação "ser humano-meio ambiente". Porém, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento económico, mas sim a sua conciliação com as questões ambientais e sociais.

Neste sentido o Relatório Brundtland propõe um conjunto de medidas a serem adotadas pelos países com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável, dos quais destacamos: a limitação do crescimento demográfico; satisfação das necessidades básicas (água, alimentação, saúde, educação, energia, habitação) à longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e o desenvolvimento de tecnologias que tornem possível a utilização de energias renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base na utilização de tecnologias com baixo impacte ambiental; controlo da urbanização desordenada e maior integração entre o campo e as pequenas cidades.

A crescente utilização do conceito de Turismo e Desenvolvimento Sustentável nos discursos políticos tem suscitado alguma desconfiança por parte de alguns ambientalistas, de que este conceito possa não ter qualquer significado ou conteúdo (DRESNER, 2002). O termo desenvolvimento tem sido utilizado na esfera política para destacar o crescimento económico. Porém, o crescimento económico é medido pelo PIB (Produto Interno Bruto)

[2]Fonte:http://www.inbs.com.br/ead/Arquivos%20Cursos/SANeMeT/RELAT%23U00d3RIO%20BRUNDTLAND%20%23U201cNOSSO%20FUTURO%20COMUM%23U201d.pdf. Acesso em 21/01/2019.

que na realidade não contribui para a distribuição equitativa da riqueza e muito menos para a qualidade de vida da população. Por outro lado, o desenvolvimento espelha a evolução em termos económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais. Esta confusão de conceitos leva os ambientalistas a acreditarem que o desenvolvimento sustentável trata-se de uma contradição de conceitos que serve apenas para ocultar a real devastação do meio ambiente. Por outro lado, alguns economistas defendem que a excessiva preocupação com a destruição dos recursos naturais poderá sacrificar o crescimento económico. Já os apologistas do desenvolvimento sustentável afirmam que não se trata apenas de um conceito sem conteúdo, que como alguns ideais causa divergências, mas que é importante que debates em torno deste tema continuem (LEVÍ, 2012).

Em 1992, teve lugar no Rio de Janeiro, Brasil, a Conferência Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulada Cimeira da Terra, também conhecida como Conferência do Rio ou Eco 92, que resultou na elaboração de dois importantes documentos, a Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21.

Na linha da Declaração de Estocolmo, a Declaração do Rio (1992) procurou estabelecer uma aliança global equitativa entre os Estados, setores sociais estratégicos e populações, tendo em vista acordos internacionais que garantam o respeito pelos interesses de todos e protejam a integridade ambiental e do desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra. A Agenda 21 consiste num programa de ação para o século XXI que resulta da cooperação entre os governos e as várias instituições da sociedade civil, concebido na tentativa de promover a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento económico. A sua execução deverá ter em conta a realidade dos diferentes países e regiões.

Em 2002 teve lugar em Joanesburgo a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) – onde se fez um balanço dos dez anos após a realização da Cimeira da Terra, dar seguimento aos trabalhos iniciados em 1992 e criar iniciativas com vista a alcançar as metas estabelecidas na Cimeira do Milénio. Apesar do otimismo em relação ao desfecho desta Cimeira, diversas organizações não-governamentais a nível mundial apontaram a Conferência como um autêntico fracasso (LEVÍ, 2012).

Vinte anos após a realização da Cimeira Rio92 teve lugar em 2012 a Cimeira Rio+20 organizada pelas Nações Unidas, na qual participaram mais de cem líderes

mundiais e diversas organizações. Esta cimeira visava fazer um balanço em torno do desenvolvimento sustentável e renovar os compromissos políticos assumidos com base na avaliação das decisões tomadas em cimeiras anteriores. A Rio+20 culminou com a apresentação de um documento final intitulado "O Futuro que Queremos" no qual foram apresentados dois temas essenciais: a Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza e o Quadro Institucional necessário para o Desenvolvimento Sustentável. Sobre a Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza, importa dizer que não existe ainda uma definição consensual sobre a economia verde, portanto, o termo é suscitável de múltiplas interpretações.

A Cimeira Mundial de Desenvolvimento Sustentável gerou alguns aspetos positivos dos quais se destacam: a proposta para o lançamento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, a substituição do PIB (Produto Interno Bruto) por um índice que espelhe a situação real dos países, a forte participação da sociedade civil, entre outros aspetos.

Esperava-se com esta conferência a tomada de decisões mais fortes e coerentes, em questões como o investimento em energias renováveis, a preservação dos oceano e na implementação de ações com vista a alcançar a sustentabilidade. Contudo, a operacionalização deste conceito não é apenas da responsabilidade dos Governos, mas sim de todos os intervenientes no processo e mais do que a definição de políticas passa pela mudança de mentalidade e atitudes, caso contrário de nada adianta promover diversas discussões.

A conservação da natureza e a gestão dos recursos naturais e culturais são vitais para a atividade turística, uma vez que constituem a base da oferta turística que dá resposta as diferentes motivações. O desenvolvimento do turismo não pode ser levado a cabo sem respeitar os princípios e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Assim, a atividade turística deve processar-se numa base sustentável através do respeito pelas necessidades sociais, económicas e ambientais. Embora o conceito de desenvolvimento sustentável fosse inicialmente associado ao ambiente, nos dias de hoje, este é encarado como um conceito mais amplo que integra de igual modo os aspetos económicos e socioculturais. A discussão sobre o turismo sustentável resultou do conceito de desenvolvimento sustentável, embora

alguns autores defendam que o turismo sustentável já existisse muito antes da disseminação da abordagem do desenvolvimento sustentável.

Em 1992 o debate em torno da sustentabilidade do turismo, levado a cabo pela World Wide Found e pelo Tourism Concern, que resultou na criação dos princípios do turismo sustentável, abaixo indicados: 1. A utilização sustentável dos recursos naturais, sociais e culturais; 2. A redução do consumo excessivo e do desperdício; 3. A manutenção e promoção da diversidade natural, cultural e social; 4. A integração do turismo nos vários níveis da estrutura do planeamento; Turismo e Desenvolvimento Sustentável – Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa 5. O suporte da economia local; 6. O envolvimento das comunidades locais; 7. O envolvimento dos stakeholders na atividade turística; 8. A formação profissional; 9. A adoção de uma Estratégia de marketing; 10. A investigação que é essencial para a atividade turística.

Para o presente estudo tomamos como referência a definição da Organização Mundial do Turismo (1998), que carateriza o turismo sustentável como sendo "aquele que satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões recetoras no presente, ao mesmo tempo que protege e assegura a mesma oportunidade para o futuro, através da gestão de recursos, na medida em que possam ser satisfeitas as necessidades económicas, sociais e estéticas, preservando de igual modo a integridade cultural, os processos ecológicos, a biodiversidade e os sistemas de suporte à vida".

Assim, de acordo com a OMT a sustentabilidade do turismo deve ser entendida tendo em conta três princípios fundamentais: a) "Sustentabilidade ecológica: procura assegurar a compatibilidade entre o desenvolvimento económico, a manutenção dos processos biológicos essenciais, a biodiversidade e os recursos biológicos (princípio da precaução). b) Sustentabilidade social e cultural: procura assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a cultura e os valores das comunidades afetadas, que mantenha e fortaleça a identidade destas (princípio da participação). c) Sustentabilidade económica: assegura que o desenvolvimento seja económicamente eficiente e que os recursos são geridos de tal forma que garantam a sua utilização pelas gerações futuras (princípio da solidariedade) ".

O turismo sustentável pressupõe a existência de turistas mais responsáveis, que interajam de forma equilibrada com as comunidades de acolhimento no âmbito cultural, social e ambiental". Embora o conceito de turismo sustentável seja amplamente divulgado,

alguns autores defendem que existe uma relação de conflito entre os termos "turismo" e "sustentabilidade", pois o turismo é uma atividade que por si só estimula a produção e o consumo e necessita de um conjunto de infraestrutura e estruturas, desde estradas, aeroportos, hotéis, restaurantes e outros elementos necessários para que ela decorra (LEVÍ, 2012).

Tendo em vista a operacionalização deste conceito foram criados alguns instrumentos tais como a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, a Carta do Turismo Sustentável e o Código Mundial de Ética do Turismo. A Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo é um documento publicado em 1993, pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em parceria com a Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e o Conselho da Terra, com o intuito de desenvolver o turismo com base no conceito de desenvolvimento sustentável. Além de definir as áreas prioritárias de ação, este documento enfatiza a importância das parcerias entre os governos, os agentes do turismo e outras organizações não governamentais. Aponta ainda as vantagens de transformar o turismo numa atividade sustentável (LEVÍ, 2012).

Ainda no âmbito da operacionalização do turismo sustentável, em 1999 foi criado o Código Mundial de Ética do Turismo. Este documento é constituído por dez princípios e a sua elaboração foi inspirada em várias declarações e códigos profissionais, vem acrescentar contribuições ao novo modelo de desenvolvimento numa sociedade em mudança. Tem como objetivo minimizar os impactos negativos causados pelo turismo a natureza e ao património cultural, ao mesmo tempo que maximiza os benefícios para as comunidades recetoras. Não obstante terem sido criados instrumentos para operacionalização do turismo sustentável, ainda assim a sua aplicação é bastante complexa, uma vez que o turismo sustentável requer a adoção de um planeamento adequado que permita acrescentar valor aos destinos ao mesmo tempo que proporciona benefícios aos diversos atores e minimiza os efeitos negativos (LEVÍ, 2012).

Por outro lado o processo de desenvolvimento preconiza que cada espaço social, de forma autónoma e participada, deve assegurar uma relação aberta com a região onde se insere, em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias são condição essencial (REIS, 2012). A variável espaço não pode, assim, deixar de ser considerada na análise, uma vez que explicitamente se tem em conta, no conceito de desenvolvimento, o local onde as pessoas vivem, ou seja, é promovido e realizado pelos

seres humanos, tendo, em conta melhorar a sua qualidade de vida, em termos individuais e coletivos, através de laços de cooperação entre os vários atores locais que existem num determinado território.

Apesar do reconhecimento mundial da importância do desenvolvimento de um turismo sustentável, Cabo Verde tem ainda um longo caminho a percorrer no sentido de garantir o pleno cumprimento dos principios conduzente a pratica de um turismo de base local e com sustentabilidade. É importante que se realize estudos e pesquisas nos mais variados níveis com vista a que se possa produzir conhecimentos que subsidiem a implementação de um programa de ação que inclua os diversos atores envolvidos na cadeia turística. É neste sentido que surge o conceito de capacidade de carga cujo objetivo é estimar o número máximo de visitantes de um determinado destino turístico, sem por em perigo o local.

3.1 IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO: UM ENFOQUE SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS

Muitos destinos turísticos, sobretudo ilhas, recebem uma quantidade de turistas muito maior do que o número de habitantes. Isso representa uma sobrecarga sobre as infraestrutura locais, nomeadamente, abastecimento de água, energia, rede de esgotos, transportes, etc. Assim, segundo Royle (*apud* KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010) a dificuldade do desenvolvimento do turismo em ilhas não está em prover a destinação de equipamentos turísticos para atender essa demanda, o que o autor acredita ser relativamente fácil. A dificuldade, entretanto, estaria nos impactos sobre os sistemas naturais das ilhas ocasionados pelo crescimento da população (flutuante e fixa), tais como: maiores demandas pelos suprimentos de água, maiores quantidades de despejo de esgoto, de emissão de gases poluentes dos veículos, de geração de resíduos sólidos, de uso de energia, etc (MONIZ, 2006).

Em geral as ilhas são territorios de pouca disponibilidade de água doce, chegando muitas vezes a sofrer com a escassez hídrica. E a partir do momento em que o turismo introduz-se como principal atividade económica, em que os fluxos turísticos alcançam números cada vez maiores, com turistas cada vez mais exigentes por um alto padrão de

qualidade dos serviços prestados, é gerada uma maior demanda pelos recursos hídricos já escassos (KÖRÖSSY, CORDEIRO, & SELVA, 2008).

A procura turística é geralmente mais alta nas épocas de calor, altura em que a pressão sobre os recursos hidricos aumenta. Neste sentido a tendência tem sido de aumento da demanda turística em alturas de pouca precipitação. Embora o turismo tenha o potencial de contribuir para a geração de empregos e redução da pobreza, o seu desenvolvimento implica um crescimento da demanda per capita por água, o que acaba por restringir a atividade (INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, 2010; CHARARA, CASHMAN, BONNELL, & GEHR, 2011). Sendo assim, identifica-se como fatores críticos na relação entre turismo e recursos hídricos em ambientes insulares: a inexistência de áreas de terra suficientemente adequadas ao armazenamento da água de superfície; a vulnerabilidade dos corpos d'água potável aos processos naturais e às atividades humanas; o reduzido quadro de profissionais especialistas em recursos hídricos nas ilhas; uma significativa deficiência no que toca às políticas e estruturas institucionais; reduzida participação da comunidade na gerência da água; uso prioritário da água pela agricultura; e o isolamento geográfico.

4 TURISMO EM AMBIENTES INSULARES

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar "*uma ilha é uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica a descoberto na praia-mar*"[3]. Uma ilha pode assim ser definida como uma superfície de terra formada naturalmente e cercada de água por todos os lados, capaz de suportar habitações humanas ou atividades económicas por si própria e com dimensões menores que as de um continente. Hess (*apud* KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010) complementa esta definição afirmando tratar-se de um ecossistema peculiar, com um território limitado, de fronteiras bem definidas, com ambientes naturais muitas vezes ricos em endemismos e extremamente sensíveis às alterações antrópicas. São, portanto, ambientes peculiares, cuja combinação das caraterísticas "pequena extensão" e "insularidade" faz com que as "estruturas espaciais e processos de desenvolvimento" das ilhas sejam mais evidentes "que na maioria dos países e destinações de terra firme.

Uma caraterística fundamental comum aos espaços insulares é o facto de serem territórios que possuem quantidade e variedade limitada de recursos naturais, o que acaba por restringir as possibilidades de produção económica em larga escala. Em outras palavras, significa que as dimensões reduzidas das ilhas implicam em uma capacidade de carga natural, económica e social, bastante limitada (KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010; OLMO, 2006; MONIZ, 2006).

Segundo Cunha & Jacinto (2013) os arquipélagos, como as áreas fronteiriças, são espaços fechados, circunscritos, em que a geografia impõe fortes constrangimentos, fragmenta o espaço, limita horizontes e potencia as vertentes materiais e intangíveis que caraterizam a condição insular.

> *A descontinuidade do território e as duras condições impostas pelo mar e por outros elementos naturais são fatores críticos que limitam os recursos e condicionam a mobilidade, logo a distribuição das pessoas e das atividades. Estes aspetos, além de explicarem a peculiar ocupação e organização dos espaços*

[3]Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982 - http://www.iea.usp.br/noticias/documentos/convencao-onu-mar. acesso em 19/01/2019

> *insulares, foram decisivos para instalar, entre os seus naturais, uma permanente sensação de isolamento, um sentimento de nostalgia e um desejo de evasão que alguns apelidam de insularidade* (CUNHA & JACINTO, 2013, p. 509).

O Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais (UNDESA) atualmente reconhece 51 pequenos estados e territórios insulares em desenvolvimento e estão localizados nas Caraíbas, Oceanos Pacífico , Atlântico e Índico, Mar Mediterrâneo e Mar do Sul da China.

Contudo, os ecossistemas insulares são mais frágeis e vulneráveis à ação antrópica. Porém, se por um lado as caraterísticas geográficas limitam as possibilidades de aproveitamento das ilhas por meio de atividades económicas tradicionais, por outro, é precisamente o tamanho reduzido, um tipo de natureza exótica, uma cultura distinta e um ritmo de vida mais lento, que possibilitam sua utilização para um outro tipo de atividade económica: o turismo (GÖSSLING, 2001; MARTINS, 2004).

Face ao cenário acima descrito grande parte dos pequenos estados insulares têm encontrado no turismo uma oportunidade de promoção do desenvolvimento que em muito se ajusta as suas carateristicas.

> *As ilhas passam uma imagem positiva aos turistas e, em contraste com muitas regiões continentais, elas possuem uma identidade distinta e imediatamente reconhecível. A idéia de que a permanência numa ilha proporciona um estado de isolamento em relação ao mundo exterior contribui para uma sensação de quebra de rotina* (PEARCE, 2003, p. 266).

Ainda segundo Pearce (2003) os atributos físicos das ilhas, sobretudo as tropicais e subtropicais, reforçam a busca de relaxamento e regressão e estão fortemente associados à idéia de romantismo ou de isolamento. Assim, são as praias, a natureza exótica, o relevo e demais condições naturais que tem feito com que ilhas como Ibiza, Bahamas, Cozumel, Porto Rico, Barbados, Açores, Sal, Boavista, Canárias, Seychelles, Fiji, Havaí, Thaiti, Galápagos e Fernando de Noronha sejam cada vez mais procuradas pelos turistas. É precisamente devido à demanda crescente por este tipo de destinação que se constata que

grande parte dos destinos insulares tem se tornado agora sinónimo de turismo de massa, especialmente nas regiões Mediterrânea e Caribenha (GÖSSLING, et al., 2012). O aumento de visitantes e o consequente aumento dos impactos sobre os ambientes insulares têm levado a um proporcional aumento no número de casos estudados. O turismo em ambientes insulares tem-se transformado num tema de interesse crescente entre os pesquisadores interessados em estudar as contribuições sociais e económicas ao desenvolvimento local, impactos da atividade no ambiente.

Em 2014 foi declarado pela Organização das Nações Unidas - ONU o Ano Internacional dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a fim de chamar atenção para diversos problemas enfrentados pelas comunidades que vivem em ilhas. Nesse sentido, constata-se a dependência económica das ilhas ou estados insulares pelo turismo. Em alguns casos, constitui-se da principal fonte de renda para as populações dessas regiões, sendo que, um dos fatores determinantes para impulsionar o turismo foi o declínio das atividades tradicionais, ou seja, da pesca e da agricultura (CARVALHO, DECOL, GIL, & LANZER, 2016).

A oferta turística nas ilhas baseia-se na natureza (sobretudo sol e praia), em estruturas hoteleiras de qualidade, portos de cruzeiro e centro histórico. Neste contexto, as infraestruturas e equipamentos construídos assumem um papel fundamental para a fruição dos recursos turísticos e para a coesão territorial, sobretudo no que concerne às acessibilidades externas, fator primordial na região insular e no turismo de cruzeiro, e internas, por almejarem o desenvolvimento sustentável e equilibrado na região (KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010).

Pearce (2003), ao analisar a estrutura espacial do turismo em ilhas, identificou algumas caraterísticas específicas. Em relação à dimensão das ilhas, o mesmo argumenta que uma área pequena geralmente implica em uma base de recursos menos diversificada e uma população menor significa limitação no mercado doméstico, fatores esses que causam enorme dependência do comércio exterior, uma vez que é restrito o número de produtos e mercados.

A Agenda 21 refere as ilhas como territórios com desafios particulares que exigem uma reflexão específica sobre o desenvolvimento insular, tendo em conta a frequente especialização das economias e a vulnerabilidade do território limitado. Refere ainda, que as ilhas constituem territórios com problemas e desafios particulares que exigem uma

reflexão específica sobre o desenvolvimento insular. Para mais, a frequente especialização das economias insulares requer considerações quanto aos efeitos do desenvolvimento sobre o ambiente, pois a vulnerabilidade do território limitado não é compatível com a utilização descontrolada de recursos e com a ocupação desregrada do território. Assim, aponta os territórios insulares pequenos como oportunidade para desenvolver modelos de desenvolvimento sustentável (PERDIGÃO, 2013).

O predomínio do turismo sol e praia, especialmente em ilhas tropicais e subtropicais, é uma consequência direta de sua situação insular e também da série limitada de outros recursos turísticos possíveis (PEARCE, 2003; KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010). No entanto muitas ilhas tem procurado incrementar a atratividade turística através da diversificação do seu produto turístico para além dos três "s", tais como: cassinos e jogos (duty-free (Ilhas Fiji), lugares históricos (República Dominicana), exploração dos vulcões (Havaí), compras (Cingapura), património arqueológico (Ilhas Easter) e apelo ecológico (Ilhas Galápagos).

Entre os benefícios que o turismo pode trazer aos ilhéus, destaca-se a possibilidade de melhoria da qualidade de vida através dos incrementos da renda, visto que os fluxos turísticos criam uma demanda para os produtos locais, como alimentos e artesanato, além de gerar postos de trabalho. Adicionalmente, Royle (*apud* KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010) nota que a maior oferta de empregos pode incentivar os ilhéus jovens a permanecerem na ilha, uma vez que, em outras circunstâncias, eles estariam limitados a exercerem trabalhos tradicionais como pesca e agricultura, ou a buscarem por outras oportunidades no continente. Contudo, o mesmo autor observa que os benefícios económicos advindos do turismo podem ser ilusórios, visto que os montantes de origem externa gastos nas ilhas podem ser repatriados se os equipamentos turísticos também forem oriundos do exterior. Além disso, as ofertas de emprego aos ilhéus costumam ser para postos de trabalho de menor remuneração e que exigem poucas habilidades. Em consequência frequentemente os ilhéus se vêm em uma posição subserviente para os visitantes, o que pode causar ressentimentos.

Há uma série de destinos, nomeadamente algumas ilhas na parte meridional da Europa, que sofreram os efeitos negativos de um desenvolvimento turístico até níveis que excedem a sua capacidade de acolhimento. Ilhas pequenas como Mikonos (Grécia),

Porquerolles e Ré (França) e Capri (Itália). Fora da Europa, Galápagos (Equador) é, possivelmente, o caso que evidencia isto da forma mais explícita e inequívoca (Figura 2).

Figura 2 - Turistas nas Ilhas Galápagos

Fonte: https://www.eturbonews.com/182539/galapagos-tour-operators-no-more-tourism-growth/

Embora o turismo seja sua principal atividade económica, o crescimento acelerado da mesma foi o principal responsável pelo comprometimento do arquipélago. A tal ponto que o governo equatoriano declarou, em 2007, situação de risco nas ilhas, cogitando-se, até mesmo, a possibilidade de fechá-las ao turismo (KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010). O que sucedeu com Galápagos é emblemático, porque demonstra que o turismo pode conduzir um ambiente insular ao colapso. Essa relação de dependência face ao turismo, co-existindo paralelamente com a ameaça que a atividade representa, faz com que a gestão do turismo em ambientes insulares configure-se num verdadeiro desafio.

4.1 PEQUENOS ESTADOS INSULARES: A CONDIÇÃO INSULAR COMO RECURSO TURÍSTICO

De acordo com o relatório da UNWTO[4] o turismo é uma das principais vias para a criação de postos de trabalho e para o crescimento das economias dos pequenos Estado Insulares, como é o caso de Cabo Verde. O Turismo é uma das vias mais para o crescimento e o desenvolvimento se for planificado e implementado em conformidade com os princípios da sustentabilidade.

Ainda de acordo com o relatorio supracitado, no que respeita aos pequenos países insulares, as vantagens comparativas no que toca aos recursos naturais e património cultural, constituem grandes vantagens competitivas no mercado turístico mundial, se forem bem explorados.

Prova disso, é que nos últimos anos, apesar da crise económica mundial, sobretudo na Europa onde estão alguns dos principais mercados emissores de turistas, houve um aumento em mais de 12 milhões do número de turistas para os pequenos países insulares na última década, e em 2011 o número de turistas para esses países atingiu os 41 milhões. Números importantes e que traduzem lucros anuais que excedem os 38 milhões de dólares no conjunto dessas nações.

Em alguns desses países os ganhos do turismo correspondem a mais de 40% do PIB, no caso de Cabo Verde são mais de dois terços. No que concerne à exportação de serviços, esses representam 75% da oferta para pelo menos quinze desses países e 50% em 13 outros destinos.

Cabo Verde, em particular, tem conseguido manter uma tendência crescente no que diz respeito à captação de turistas, sendo que em 2017, por exemplo, o país recebeu mais de 716 mil turistas, uma tendência crescente em relação aos anos anteriores, nomeadamente 2010 em que o país recebeu pouco mais de 300 mil turistas. A meta é, atingir um milhão de turistas estrangeiros por ano até 2021.

Apesar dos progressos, o referido relatório chama a atenção para a vulnerabilidade desses pequenos Estados Insulares e à necessidade de continuarem a merecer os apoios da Comunidade Internacional.

[4]Fonte:http://media.unwto.org/en/press-release/2012-06-19/tourism-development-opportunity-small-island-states-finds-unwto-report. Acesso em 01/02/2019

Conforme a tabela 1 grande parte dos destinos turísticos insulares são territórios frágeis, de reduzida dimensão territórial mas que têm registado um fluxo de entrada de visitantes estrangeiros em números desproporcionais em comparação com à população local. Da mesma forma é preciso que se tenha em conta algumas questões ou desafios chaves para esses países como são as ligações aéreas, as mudanças climáticas e, acrescenta-se, a infraestruturação deficitárias de muitos desses países, para que se possa contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento sustentável.

Tabela 1 - Principais regiões e territórios insulares de destino

Ilhas	Superfície	População	Nº de visitantes estrangeiros (2004)	Densidade		Visitantes/ Habitantes (%)
	Km2	2003		Hab/ Km2	Visitantes/ Km2	
Cabo Verde	**4.033**	**434.812**	**241.752**	**107,8**	**59,9**	**55.6**
África	**7.529**	**3.241.000**	**1.866.000**	**430,5**	**247,8**	**57,6**
Comores	1.862	749.000	14.000	402,3	7,5	1,9
Maldivas	297	309.000	564.000	1.040,4	1.899,0	182,5
Maurícias	2.040	1.210.000	702.000	593,1	344,1	58,0
Mayotte	373	160.000	32.000	429,0	85,8	20,0
Réunion	2.512	730.000	432.000	290,6	172,0	59,2
Seychelles	445	83.000	122.000	186,5	274,2	147,0
Caraíbas	**26.940**	**3.677.600**	**6.711.000**	**136,5**	**249,1**	**182,5**
Anguilla (colónia britânica)	91	8.800	47.000	96,7	516,5	534,1
Antígua e Barbuda	442	79.000	224.000	178,7	506,8	283,5
Antilhas Holandesas	800	219.000	726.000	273,8	907,5	331,5
Bahamas	13.939	312.000	1.510.000	22,4	108,3	484,0
Barbados	431	269.000	531.000	624,1	1.232,0	197,4
Ilhas Virgens Americanas (território dos EUA)	352	124.000	538.000	352,3	1.528,4	433,9
Ilhas Virgens Britânicas (colónia britânica)	153	12.600	278.000	82,4	1.817,0	2206,3
Ilhas Caymans (colónia britânica)	264	38.000	294.000	143,9	1.113,6	773,7
Dominica	751	74.000	73.000	98,5	97,2	98,6
Granada	345	94.000	142.000	272,5	411,6	151,1

Fonte: adaptado de Cunha & Jacinto (2013)

Nas ilhas Seychelles o turismo surgiu como forma de diversificar a sua economia e promover o desenvolvimento do país. As ilhas situam-se um pouco a sul do equador e tem um clima tropical com uma estação pluviosa de outubro a fevereiro. Dispõem de fracos recursos naturais e um solo muito pobre para à prática da agricultura. Consequentemente, o país depende da importação para satisfazer as suas necessidades básicas em termos de bens comestíveis. O clima tropical, a beleza natural e paisagística bem como a sua diversidade cultural facilitaram o desenvolvimento turístico nessas ilhas (figura 3). Logo após a sua independência em 1976 o turismo passou a integrar o plano de governo para o rápido desenvolvimento económico (BARROS, 2007).

Figura 3 - Hilton Seychelles Northolme Resort & Spa

Fonte: https://www.booking.com/hotel/sc/hilton-seychelles-northolme-resort-spa.pt-br.html

À semelhança de Seychelles, as ilhas Maurícias têm sido um dos mais importantes destinos turísticos no oceano Índico. Entre as economias dos pequenos países dos Estados Insulares, Maurícias é um destino turístico recetor de destaque não só no oceano Índico, mas também, no mercado turístico mundial. As ilhas Maurícias são predominantemente um destino de sol e praia. Estas ilhas possuem uma larga variedade de atrações naturais e artificiais, com um clima subtropical, praias atraentes e uma diversidade de fauna e flora. Estas constituem importantes forças de atração para as Maurícias.

O governo das Maurícias tem adotado uma estratégia de desenvolvimento turístico que cause menos impactes no ambiente, ou seja prima por um turismo seletivo, de prestígio, favorecendo um turismo de qualidade. Por outro lado, na sua estratégia de promoção turística tem procurado diversificar o mercado da procura, atraindo turistas de Japão e Singapura (BARROS, 2007).

Nas ilhas Canárias (região pertencente ao Reino de Espanha), segundo Nagle (1999) a maioria dos nove milhões de pessoas que visitam estas ilhas durante o ano procuram as temperaturas 'mornas' durante o inverno europeu. A procura turística nessas ilhas concentra-se sobretudo no inverno e os investimentos ao longo da costa das ilhas mais ocupadas - Gran Canárias, Tenerife e Lanzarote.

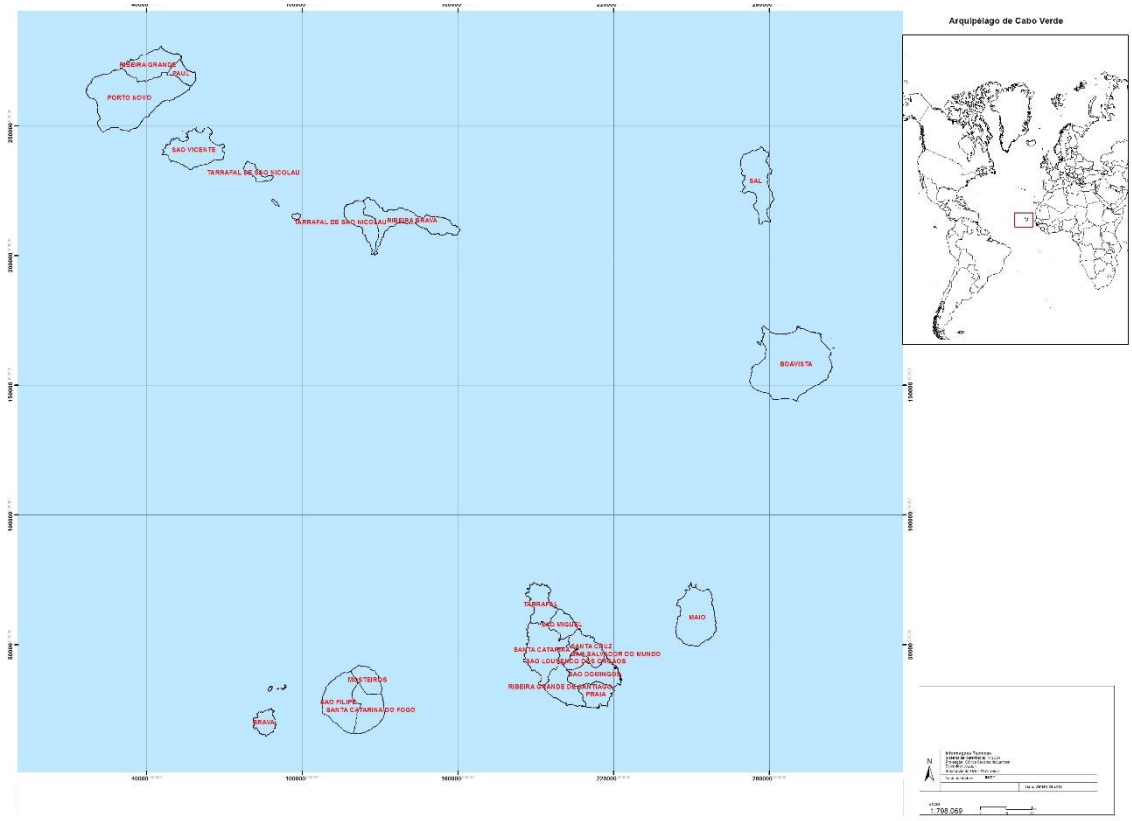
O turismo de sol e praia foi bastante desenvolvido sobretudo nas ilhas de Gran Canárias e Tenerife. Em muitas ilhas segundo Pearce (2003) a pequenez e a reduzida população contribuem para limitar o desenvolvimento do turismo doméstico. Segundo as estatísticas do Governo Regional das Canárias, a atividade turística tem crescido muito rapidamente durante os últimos trinta anos nas Canárias, tendo variado a taxa de crescimento à volta de 5,24% entre 1990 e 2002.

No caso de Cabo Verde o turismo de sol e praia constitui o produto central do país, atendendo a que a atividade turística se concentra maioritariamente nas ilhas do Sal e da Boavista. Contudo, pelas caraterísticas das restantes ilhas é possível que outras dinâmicas sejam introduzidas ao nível do desenvolvimento turístico que posicionem Cabo Verde como um destino multiproduto onde o turismo de natureza, o turismo náutico e o turismo cultural sejam simultaneamente produtos estratégicos (das restantes ilhas) e complementares (das ilhas onde já existem fluxos consideráveis de turistas – Sal e Boavista).

5 LOCAL DE ESTUDO: BREVE CARATERIZAÇÃO

Boavista faz parte do arquipélago de Cabo Verde, um país situado no oceano atlântico, separado cerca de 500 km do continente africano. Formado por dez ilhas e alguns ilhéus de origem vulcânica, o arquipélago tem uma área de 4.033 km2 e uma Zona Económica Exclusiva de 734.265 km2. Trata-se de um pequeno país insular, pertencente à região da Macaronésia juntamente com os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias. O arquipélago divide-se em dois grupos: o grupo de Barlavento, que abarca as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boavista, e ilhéus Branco e Raso; e Sotavento que integra as ilhas do Maio, Santiago, Fogo, Brava, e ilhéus Seco e Rombo (SEMEDO, 2012).

Figura 4 - Mapa de Cabo Verde



Fonte: INGT

Descoberto entre 1460 e 1462, por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal por um período de aproximadamente 500

anos, tendo as ilhas servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdiano (LOPES FILHO, 2003).

A 5 de julho de 1975 Cabo Verde torna-se um país independente e o Partido Africano para a Independência da Guine e Cabo Verde (PAIGC), principal promotor do movimento de luta de libertação, assume o poder nos dois novos países. Perante um país económicamente fragilizado o PAIGC procura implementar as propostas e as políticas do partido, dos grupos sociais que os haviam apoiado, e obviamente da sociedade em geral. Os lemas apregoados pela organização de inspiração revolucionário-socialista, como 'a extirpação da exploração do homem pelo homem e de toda sujeição do ser humano a interesses degradantes', bem como 'terra a quem a trabalha', juntamente com a valorização da identidade africana serão parte das bandeiras políticas sustentadas pelo PAIGC, mesmo que neutralizando (por vezes violentamente) seus opositores políticos (BORBA & ANJOS, 2012). Portanto, os primeiros anos enquanto pais independente opção de governação previlegiava centralização da economia no estado, com pouca abertura ao investimento externo privado.

Com a abertura democrática e a realização das primeiras eleições multipartidárias a 13 de Janeiro de 1991, Cabo Verde entrou numa nova era, ganha protagonismo um novo conceito de Estado, muito associado ao mercado e às politicas neoliberais. É abandonado o modelo centralista, as principais empresas públicas foram privatizadas, o Estado paulatinamente abandona o papel interventor na economia dando assim mais espaço á iniciativa privada. O modelo de organização e acumulação capitalista foi se consolidando ao longo dos anos e culminou nos últimos tempos com a adesão do país a um conjunto de acordos e convenções internacionais (entrada como membro da Organização Mundial do Comércio, parceria especial com a União Europeia, etc.).

Desde então as políticas em Cabo Verde têm sido amplamente orientadas para o consenso, e desde a sua independênçia de Portugal em 1975, Cabo Verde não sofreu um único golpe de estado. As eleições são consideradas livres e imparciais, e os partidos no poder alternam regularmente. O atual Governo de Cabo Verde tem estado em funções desde as eleições presidenciais e legislativas de 2016, que culminou com a vitória da oposição liderada pelo Movimento para Democracia (MPD) após 15 anos de governação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Estes dois partidos

dominam o panorama político de Cabo Verde e ambos são relativamente centristas. Também existe um terceiro partido, a União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID), que aumentou ligeiramente a sua quota de votos. As eleições autárquicas também se realizaram em agosto de 2016. O MpD venceu em 18 das 22 autarquias e apoiou com sucesso a reeleição do Presidente Jorge Carlos Fonseca.

O Censo de 2010 revelou que o país possui uma população residente de 491.875 habitantes, sendo 248.282 (50,5%) mulheres e 243.593 (49,5%) homens (ver tabela 2). Durante a década 2000-2010 a população do país registou um crescimento médio anual de 1,24%, valor inferior ao ocorrido na década anterior que foi de 2,4%. Outra particularidade é o facto da população ser extremamente jovem (54,4% da população tem menos de 25 anos). Este mesmo censo divulgou ainda que a esperança de vida total à nascença da população é de 72.9 anos em que as mulheres possuem uma longevidade maior de 76.6 anos que os homens, 68.9 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2010).

Tabela 2 - Evolução da população residente em Cabo Verde (1970-2010)

Anos	População Total	Taxa de Crescimento
1970	270.999	----------
1980	295.703	9.1%
1990	341.491	15.5%
2000	434.625	27.2%
2010	491.875	13.1%

Fonte: (INECV, 2011)

A reduzida população do país distribuída por uma vasta área aquática constitui uma importante condicionante para o crescimento e desenvolvimento. Isso limita economias de escala e cria problemas significativos de conetividade, bem como desafios ao fornecimento de serviços (incluindo energia, água, educação, saúde). Apesar dos desafios associados ao facto de ser uma pequena economia insular, Cabo Verde assistiu a um espetacular progresso social e económico entre 1990 e 2008, impulsionado sobretudo pelo rápido desenvolvimento de estâncias turísticas inclusivas. Durante o período 2009-2015, o crescimento económico desacelerou significativamente, como resultado do impacto prolongado da crise financeira global. Medidas orçamentais contracíclicas não restauraram em crescimento, levando pelo contrário a um forte aumento do nível da dívida.

A recuperação do crescimento do produto interno bruto (PIB) teve início em 2016 e foi consolidada em 2017, de acordo com a informação do Instituto Nacional de Estatística que revela que o PIB cresceu 4,7% e 4%, respetivamente. A recuperação está a ser impulsionada pelo consumo e pelo forte desempenho das exportações. A nível setorial, o PIB real aumentou graças ao dinamismo dos setores da eletricidade e das águas, turismo, financeiro e transformação. As contas orçamentais registaram um défice de 3,1% do PIB em 2017, ligeiramente acima do nível alcançado em 2016. As receitas subiram para níveis recorde de 28,5% do PIB. No entanto, este aumento foi contrabalançado pela maior despesa (31,6% do PIB), impulsionada especialmente pela aquisição de recursos associados à restruturação do projeto de habitação social, no montante de 2,5% do PIB[5].

A despesa pública diminuiu de 1,7 pontos percentuais para 126,1% do PIB em 2017, devido à valorização da taxa de câmbio. No entanto, o país mantém-se com elevado risco de sobre-endividamento externo.

A consolidação dos seus resultados como um país de rendimento médio e o maior reforço das condições para a redução da pobreza e para a promoção da prosperidade partilhada serão desafios cruciais. Com a sua pequena economia aberta, o país é vulnerável aos caprichos dos desenvolvimentos económicos globais. Dada a taxa de câmbio fixa com o euro, será vital para o país restabelecer reservas orçamentais para sustentar futuros sobressaltos. A diversificação na atividade turística e noutros para além deste, e mercados de trabalho mais flexíveis podem ajudar a sustentar sobressaltos.

No que tange à educação, apesar de Cabo Verde ter alcançado uma taxa de alfabetização de 82,8%, os níveis de instrução alcançados pela população mostram-se desajustados aos desafios de desenvolvimento propostos. De acordo com o Censo 49,5% da população possui o ensino básico, 34,3% o secundário via geral e apenas 4,6% possui formação superior.

Em matéria de empregabilidade, a taxa de desemprego nacional em 2010 era de 10,7% e aumentou para 12,2% em 2011. Dados do Censo 2010 davam ainda conta que a taxa de atividade em Cabo Verde era de 59,1%, sendo, mais elevada nos homens (67,4%) do que nas mulheres (51,1%).

[5] Fonte: https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview. Acesso em 25/01/2019

De acordo com o relatório do Fundo Monetario Internacional (FMI) de 2010, a boa governação e credibilização crescente do Estado e das suas instituições têm-se revelado como recursos estratégicos para o desenvolvimento e são determinantes para o estabelecimento de parcerias e alianças para mobilizar recursos para a execução de programas de desenvolvimento, garantir a paz, estabilidade e solidez das instituições do Estado de Direito Democrático. É neste contexto que surge a aposta no turismo, enquanto setor dinamizador do desenvolvimento do país através atração e captação de investimentos externos.

O turismo constitui um dos setores com maior dinâmica no crescimento económico e social dos países na medida em que contribui consideravelmente para a entrada de divisas, bem como para a promoção do emprego e no caso concreto de Cabo Verde representa um dos principais eixos de desenvolvimento económico sustentado e com efeitos macroeconómicos importantes, sobretudo, na formação do PIB[6].

Nos primeiros anos os investimentos estavam concentrados sobretudo na Ilha do Sal, mais recentemente tiveram uma entrada em força também na Ilha da Boavista, sobretudo após a inauguração do Aeroporto Internacional, e em pouco mais do que uma década se transformou numa atividade hegemónico na economia da ilha.

5.1 ILHA DA BOAVISTA: CARATERIZAÇÃO GERAL

5.1.1 Descoberta e ocupação

De acordo com a tese oficial as ilhas de Cabo Verde terão sido descobertas por navegadores portugueses entre 1456 e 1462. Segundo Lima (2002), não existe consenso relativamente aos autores e a data do descobrimento da ilha da Boavista. A divergência das opiniões gira em torno de Vicente Dias, Luís de Cadamosto, Diogo Gomes e António de Noli, e, no que respeita às datas, apontam-se ora 1445 ora 1456 ora ainda 1460 (ALBUQUERQUE & SANTOS, 1991). No caso da Boavista, tal facto deu origem a várias hipóteses sobre os seus possíveis descobridores e as datas da sua descoberta. Porém,

[6] http://www.bcv.cv/Conteudos/Artigos/detalhe.aspx?idc=22&idl=1&idi=2344, consultado em 8 de janeiro de 2013.

oficialmente é atribuida a autoria da sua descoberta a Diogo Gomes e Antonio de Noli, feito que tera sido realizado em 1460.

Enquanto as ilhas de Santiago e Fogo foram povoados a partir de 1462, o povoamento da Boavista inicia-se nos finais do Sec. XVI, sobretudo com escravizados vindos de Santiago e da Costa Ocidental Africana e com europeus (LIMA, Boavista, Ilha da Morna e do landu, 2002). Neste sentido devemos assinalar que assim como o processo de povoamento do Arquipélago de Cabo Verde, o da Boavista não se realizou simultaneamente em todo o seu espaço geográfico. Por exemplo, enquanto os primeiros núcleos populacionais da Boavista surgem na zona Sul-Sudoeste da ilha por volta de 1490, quando foi ocupada com a finalidade de explorar o gado bravo nela que tinham sido largados a esmo, a primeira povoação no interior da ilha só é fundada por volta de 1650 e o último centro populacional, o antigo povoado do Porto Inglês, hoje Cidade de Sal-Rei, só emerge por volta dos meados do século XVIII. Vê-se portanto que o povoamento da ilha da Boavista se efetivou numa curva temporal de mais de dois séculos e meio.

Portanto, a ocupação da ilha da Boavista está intimamente ligada ao aproveitamento de um dos seus produtos naturais, que constituiu, aos olhos dos primeiros colonos, o seu principal potencial económico: o pasto, que proporcionou a criação de gado, para fins económicos. *Com efeito, até hoje não foram descobertas riquezas minerais no seu subsolo: a sua única riqueza baseava-se na existência de solos onde cresçia grande quantidade de plantas xerofilas, quando chovia, principalmente no interior da ilha* (LIMA, 2017, p. 63)

Por outro lado, a ilha não oferecia grandes possibilidades agricolas, devido a seu clima arido e semi-arido, e consequentemente com pouca água para a agricultura, mesmo de regadio. Tais condições naturais não proporcionavam a aquisição de grandes propriedades, o que tornava a ilha pouco atrativa a moradores (LIMA, 2017; SEMEDO, 2012).

Aceitando a tese oficial de que as ilhas foram encontradas desabitadas, temos de considerar o facto de os grupos humanos que deram origem a formação da população das ilhas de Cabo Verde terem vindo de fora, principalmente portugueses dos seculos XV e XVI e africanos provenientes da Guiné, Africa Ocidental (ALBUQUERQUE & SANTOS, 1991).

No sec. XVII marinheiros ingleses iniciaram a exploração do sal, de excelente qualidade, fixando em Povoação Velha. Só que os ataques constantes dos piratas atrasaram o desenvolvimento económico da ilha, até que em 1820, após um saque devastador a população mudou-se para o Porto Inglês (atual Sal-Rei), tendo construído um forte que servisse de defesa no ilhéu mesmo em frente à Vila (figura 5). A partir dali, a ilha da Boavista conheceu tempos de acalmia e passou a exportar sal, urzela, algodão, gado, cal e cerâmica para varias partes do mundo (LIMA, 2017).

Figura 5 - Ruinas do Forte Duque da Bragança

Fonte: https://www.Boavistaofficial.com/en/rehabilitation-of-fort-duque-de-braganca/

Com o desenvolvimento do gado[7] e com o comércio e exportação dos seus principais produtos como a carne seca e salgada ou chacina, a pele do caprino, o couro do bovino e o próprio gado vivo, graças ao incremento da navegação e do comércio no Atlântico, a ilha conheceu um certo desenvolvimento económico. Por isso foram enviados mais contingentes de escravizados para pastorear, caçar, matar e prepar os produtos do

[7] Os Boavistenses são também conhecidos pela alcunha "Kabreres" que tem origem na importância histórica e simbólica que a criação e comercialização de gado caprino teve na Ilha.

gado destinados a exportação, o que concorreu para que nela se fixassem um certo número de reinois brancos, a maioria oriundos da Ilha de Santiago. E daí começa o desenho populacional da ilha, assente na pastoricia e na apanha do algodão.

Graças a exploração de outros produtos de valor comercial como o sal, urzela e as sementes de purgueira, inicia-se uma terceira fase do povoamento da ilha entre finais do XVIII e os começos do sec. XIX.

Porém, a economia da ilha, assim como a do conjunto das ilhas de Cabo Verde, foi sempre frágil. Primeiro, porque se baseou essencialmente nos seus produtos naturais. Segundo, porque os produtos tiveram, ao longo da sua história, valores comerciais conjunturais. É o caso do gado, cuja exploração económica resultou sobretudo da necessidade de abastecer os navios que cruzavam o Atlântico, e do desenvolvimento da indústria da pele na Europa. Entretanto, quando, por um lado, a tecnologia de navegação se desenvolveu e, consequentemente, os navios a vela começaram a ser substituidos por navios a motor, portanto mais velozes e de maior capacidade de carga, e, por outro lado, matérias-primas sintéticas começaram a substituir as peles de couro e deixaram de ter valor comercial que tinham, e consequentemente, a económia baseada na exportação dos produtos do gado decaiu.

Contudo, de todos os produtos, a perda comercial do sal foi a que mais pesou na decadência económico-social da Ilha da Boavista. Com efeito, o sal era exportado maioritariamente para o Brasil. O Governo Brasileiro, porém, lança um imposto sobre a venda do sal que fere de morte o comércio deste produto para o seu território. A falta de espirito de iniciativa por parte dos exploradores locais contribuiu para que o comérçio do sal perdesse mercados e, com isso, a paralalização do seu comércio em todas as ilhas de Cabo Verde (LIMA, 2002).

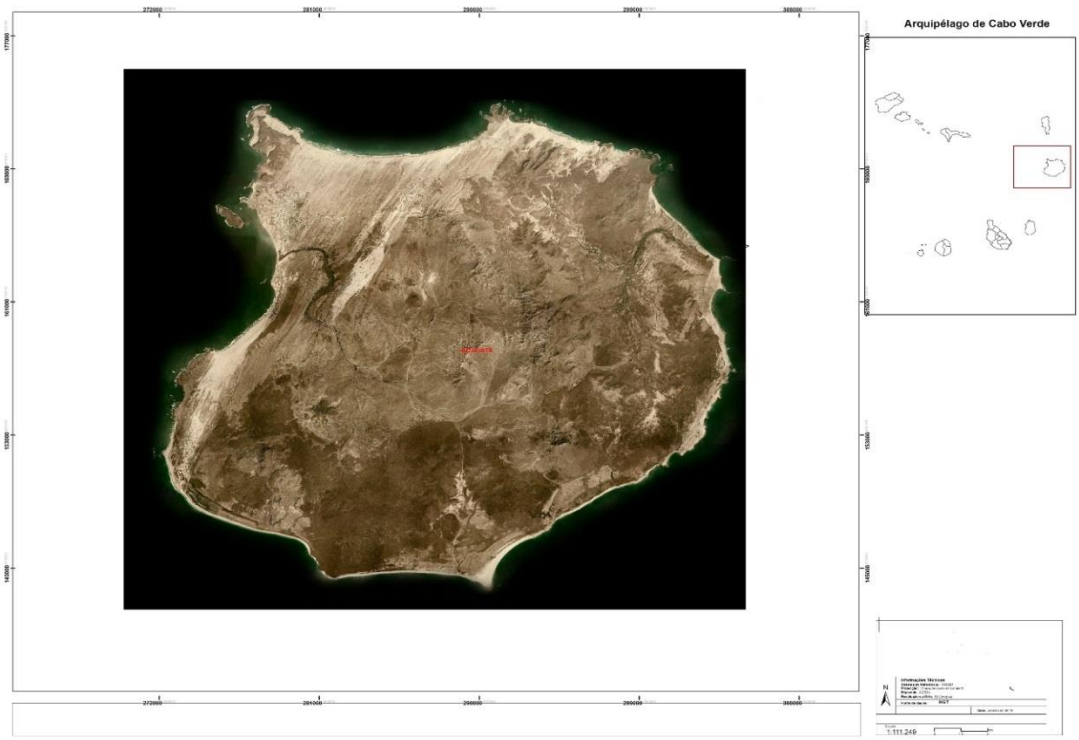
Varios outros exemplos similares poderiamos dar, nomeadamente com o comércio da urzela, que enquanto sustentou a indústria de tinturaria textil europeia, teve grande cotação nos mercados europeus. Mas quando foram descobertos os corantes sintéticos, em meados do séc. XIX, a urzela deixou de ter valor comercial em Cabo Verde.

Portanto, quando os tradicionais produtos de exportação deixaram de ter interesse comercial para os importadores estrangeiros, a economia da Boavista entra em decadência. A este facto se junta ainda a febre amarela, que em finais do sec. XIX assolou a ilha, que

também contribuiu para muitos comerciantes se transferissem para outras ilhas, levando consigo o seu capital.

A partir da segunda metade do sec. XIX a movimentação maritima do Porto Grande da ilha de São Vicente já suplantava a do Porto de Sal-Rei, o que terá contribuido decisivamente para a queda económica da Boavista. A ascenção do Porto Grande dá-se sobretudo fruto do fluxo da navegação nacional e internacional que vai se deslocar do Porto de Sal-Rei para aquele porto, não só devido aos depósitos de carvão então existentes em São Vicente para o reabastecimento dos vapores de longo curso, mas também, mais tarde, a instalação de cabos submarinos, em 1874, o que fazia de São Vicente um dos principais centros de comunicação intercontinetal da época

Figura 6 – Mapa da Ilha da Boavista



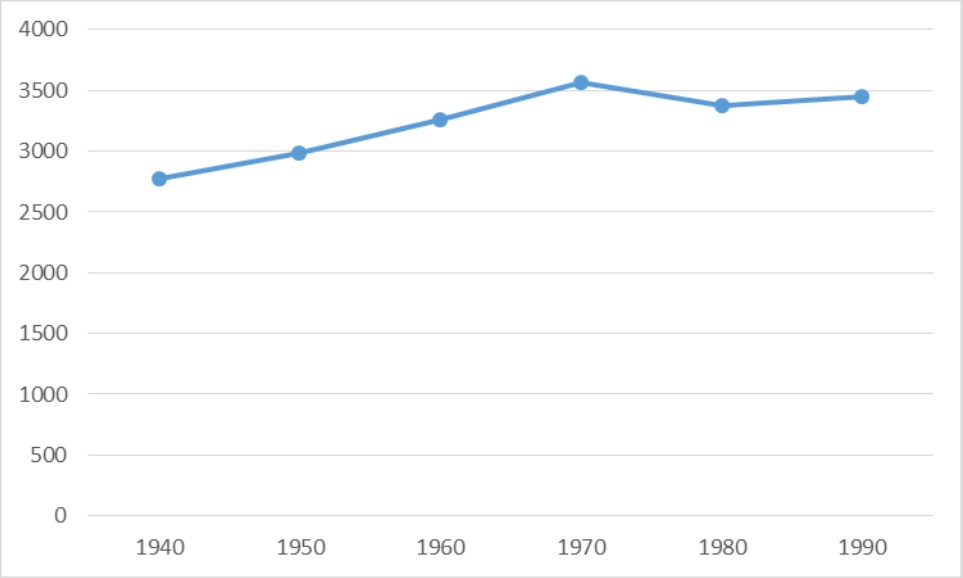
Fonte: INGT

5.1.2 Caraterização sócio-económica

Em termos administrativos a Boavista é uma ilha/município dividido em duas freguesias: Santa Isabel e São João Baptista. A maior povoação da ilha é a Cidade de Sal Rei, que é também a sede do Município. A ilha conta ainda com mais oito povoações: Cabeça dos Tarafes, Fundo das Figueiras, João Galego, Povoação Velha, Bofareira, Estância de Baixo, Espingueira e Rabil.

De acordo com os dados demográficos disponiveis podemos afirmar que entre 1940 a 1990 não se registaram grandes alterações no efetivo populacional da Ilha da Boavista (gráfico 1). Além disso, a população na altura mostrava-se quase que igualmente distribuída entre os espaços rural 2.182 habitantes e urbano 2.204 habitantes, conforme nos demonstra os dados do Censo de 2000.

Gráfico 1 - Evolução da população residente na Ilha da Boavista (1940– 1990)

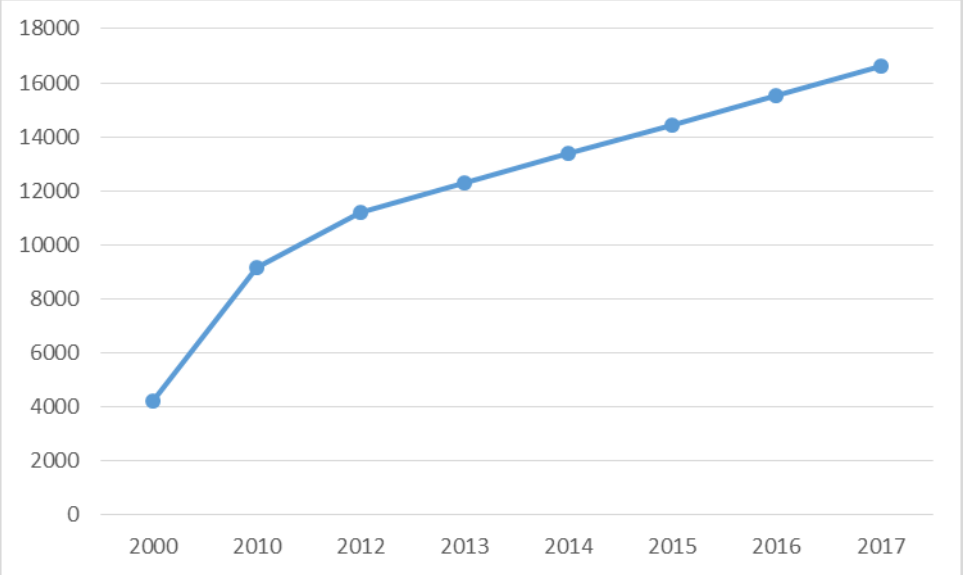


Fonte: (INECV, 2011, 2017)

A ilha conhece um *boom* demográfico sobretudo a partir do ano 2000. O censo de 2010 indicam que viviam na ilha um total de 9.162 habitantes, sendo 5.424 (59,2%) homens e 3.738 (40,8%) mulheres. Portanto, num periodo de 10 ano a ilha viu duplicado a sua população residente. O ano de 2010 também marca uma mudança no padrão vigente até então, passando assim o meio urbano (5.407 habitantes) a se afirmar com o espaço de maior concentração populacional, enquanto que o meio rural apresenta um crescimento mais

moderado (3.755 habitantes). A dinâmica de crescimento populacional têm-se acentuado nos últimos anos a um ritmo de cerca de mil novos habitantes por ano (gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução da população residente na Ilha da Boavista (2000– 2017)



Fonte: adaptado de (INECV, 2011; 2017)

Os dados representados no Gráfico 2 se justicam historicamente pelo facto de que até finais da década de 1990 os moradores da ilha da Boavista viviam sobretudo da agropecuária e da pesca. A economia da ilha assentava tradicionalmente na atividade pecuária, na indústria de conservas de peixe, nas atividades de coleta (como a apanha e a comercialização do sal, da urzela e da purgueira), na indústria artesanal de transformação da argila, na indústria extrativa de rochas calcárias, atividades artesanais de fabricação de cal e olaria (figura 7) e ainda na atividade agrícola de subsistência. Tais atividades foram sempre desenvolvidas de forma artesanal.

Figura 7 - Ruinas da Antiga Fabrica de Cerâmica na Praia de Chaves

Fonte: https://www.alamy.es/foto-chimenea-de-la-antigua-fabrica-de-ceramica-en-praia-de-chaves-boa-vista-islas-de-cabo-verde-168756334.html

O fluxo migratório dos locais, sobretudo para a Europa, foi determinante para a fuga à pobreza. À semelhança das ilhas vizinhas de São Nicolau e Sal, a emigração Boavista era predominantemente feminina e tinha como principal destino a Itália, conforme apontado por Gois (2006).

> *A inserção laboral das migrantes pioneiras, provenientes das ilhas de São Nicolau, Sal e também da Boavista, num nicho do mercado de trabalho italiano em que a procura era elevada especialmente para o serviço doméstico (como é ainda hoje), propiciou o estabelecimento e desenvolvimento de*

> *cadeias migratórias, muito ativas desde essas ilhas, em particular para um conjunto de outras regiões metropolitanas em Itália* (GÓIS, 2006, p. 305).

Entretanto, nos últimos anos o turismo ganhou uma importância expressiva, sobretudo após a inauguração do Aeroporto Internacional, o que fez com que se passasse a falar do turismo como o setor estratégico para contribuir para dinamizar da economia da ilha (figura 8).

O setor imobiliário da ilha da Boavista conhece um *boom* que levou à expansão significativa de Sal-Rei e que se ficou a dever grandemente à mão de obra proveniente de outras ilhas bem como de países africanos, particularmente da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), para assegurar os trabalhos da construção civil. Contribuiu também para esta expansão o número de estrangeiros, particularmente italianos, a fixarem residência ou com segunda residência na ilha, particularmente em Sal-Rei e nas zonas de expansão da ilha (LUZ, 2013).

Figura 8 - Vista aérea do aeroporto internacional Aristes Pereira - Boavista

Fonte:https://www.brava.news/pt/noticias/general/http-anacao-cv

Entretanto esse aumento da população e da força de trabalho trouxe consigo problemas sociais e o agravamento das condições de salubridade nalgumas cinturas urbanas. É disso exemplo a problemática de bairros degradados, os vulgarmente designados de bairros de lata como é o caso do Bairro da Boa Esperança também conhecido por "Barraca" na ilha da Boavista.

O Bairro da Boa Esperança ocupa o espaço onde anteriormente existiam as salinas que deram o nome à cidade de Sal-Rei e tem vindo a crescer desde 2000. Na sequência de um estudo publicado em 2010 baseado em sondagens (Afrosondagem, 2010), o bairro da Barraca aloja atualmente cerca de 10.000 pessoas em condições de vida e salubridade extremamente precárias. Os problemas ligados à acumulação de lixo, à águas estagnadas e a dejetos tornam este local um potencial foco infecioso grave para toda a população de Sal-Rei, comprometendo o desenvolvimento da ilha e do arquipélago (figura 9).

O aumento da população da ilha como resultado da evolução do mercado turístico trouxe consigo o problema do alojamento da população induzida por esse desenvolvimento turístico e que tem constituído um dos maiores problemas sociais a resolver e cuja solução poderá passar por uma intervenção programada no domínio da habitação social de forma a evitar o surgimento e a proliferação de mais bairros constituídos por construções informais (barracas e outras) sem condições mínimas de habitabilidade, com repercussões diretas na qualidade do turismo que se almeja para a ilha. E, o controlo e a gestão de novos bairros e a reabilitação dos bairros degradados constituem desafios para as autoridades locais (LUZ, 2013).

Figura 9 - Bairro da Boa Esperança

Fonte:https://dtudo1pouco.com/governo-assegura-que-as-obras-de-requalificacao-do-bairro-da-boa-esperanca-na-boa-vista-arrancam-em-breve/

Consciente desta problemática, o governo Cabo-verdiano lançou, em 2010, o programa "Casa Para Todos"[8], com objetivo de reduzir do *deficit* habitacional (estimado em 44.000 moradia) em 20% nos anos seguintes. Paralelamente, a SDTIBM criou o Fundo Económico e Social da Boavista e Maio (FESBEM) que visava, entre outros, apoiar as populações de baixa renda, ligadas ou não a atividade turística, na aquisição de casa própria, numa lógica de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo nessas ilhas. Contudo, a execução do programa foi interrompido com a mudança de governo em 2016 e grande parte das habitações construidas ainda não foram ocupadas (LUZ, 2013).

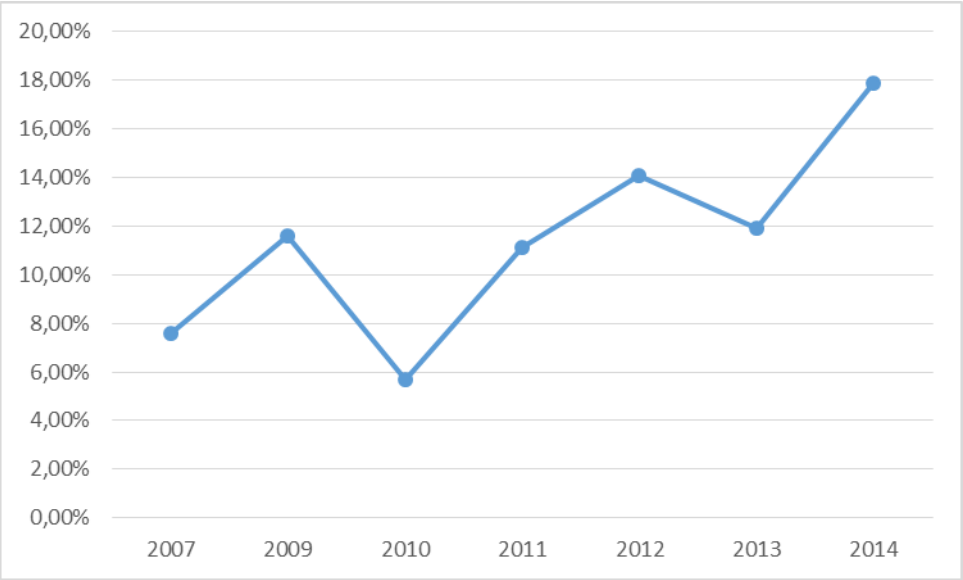
[8] Com o intuito de atender às necessidades da população de baixos rendimentos com problemas específicos no acesso à habitação, e assim permitir o acesso à terrenos urbanizados e à habitação digna, a uma parte da Comunidade Cabo-verdiana, o governo da VIII legislatura instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que tinha como objetivo implementar as políticas e os programas de investimentos habitacionais. As habitações foram construídas em função do tamanho do agregado familiar e do nível de rendimento das famílias. Fonte: www.ifh.cv, acesso em 16/03/2019

Paralelamente a este problema, o turismo também é suscetível de agravar a incidência da criminalidade, nomeadamente o consumo e tráfico de drogas, da prostituição, das doenças sexualmente transmissíveis. Estes problemas atingem quer a comunidade local quer os próprios turistas pois ameaçam a tranquilidade e a segurança da ilha. É necessário precaver para não comprometer o normal desenvolvimento do turismo nesta ilha. Foi com esse objetivo que em 2010 foi implementado o projeto Turismo Seguro na ilha da Boavista, altura em que se registava cerca de onze a treze assaltos diários principalmente na praia de Santa Mónica. O projeto Turismo Seguro é um projeto coordenado pela Polícia Nacional e visa prevenir a violência e a criminalidade com vista a uma maior tranquilidade e segurança na segunda ilha mais turística do país e obedece a uma lógica de policiamento de proximidade, contando para tal com a parceria de diversos outros parceiros sociais como é o caso da Polícia Judiciária, das Forças Armadas, dos operadores turísticos, DGTT, ONG's e da sociedade civil (LUZ, 2019).

No domínio educativo têm-se registado avanços significativos na ilha, sobretudo ao nível da construção de novos equipamentos. As deficiências neste setor constatam-se mais quanto à falta de infraestruturas viradas para a formação profissional e de oportunidades socioeconómicas. Assim, para se apostar e dinamizar a formação técnico-profissional mostra-se perentório o reforçar dos laços de cooperação internacionais de forma a se ter munícipes e um município mais competitivo a nível local e nacional, principalmente no domínio turístico (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO, 2004).

Relativamente à taxa de desemprego na ilha era de 17,9% em 2014. Enquanto empregador, o setor privado predomina em relação ao setor público, o que se explica pelo aumento das unidades hoteleiras e de restauração, estabelecimentos comerciais e transportes terrestres. Ao analisarmos os dados do gráfico 3 relativos aos anos 2007 - 2014 constatamos que, apesar das oscilações, a dinâmica turística tem agravado a taxa de desemprego na ilha de Boavista. Em 2007 a ilha apresentava uma incidência da pobreza de 8% e acolhia apenas 0,3% dos pobres do país. Mas o acelerado crescimento populacional dos últimos anos tem sido acompanhado pelo agravamento da taxa de desemprego, que em 2014 praticamente triplicou (MORAIS, 2016).

Gráfico 3 - Evolução da taxa de desemprego na Boavista (2007-2014)



Fonte: adaptado de Morais (2016)

No domínio da saúde, Sal-Rei possui um Centro de Saúde (figura 10) e uma farmácia. Será preciso mais investimentos para se adequar os meios técnicos e de diagnóstico e tratamento à especificidade da Ilha e para se fazer face ao crescimento demográfico. Atualmente apenas são dispensados cuidados primários. Para Cuidados Secundários e Terciários, os doentes são encaminhados para outras ilhas em que haja Hospitais Regionais e/ou Centrais.

A questão da evacuação dos doentes, sobretudo em situações de emergência, tem suscitado muitas criticas por parte dos Boavistences que há muito reivindicam a construção de um Hospital compatível com as atuais necessidades e exigências da ilha. O reduzido número de voos para as ilhas do Sal e Santiago tem feito com que muitas evacuações sejam efetuadas por via maritima e em condições muito precárias.

Figura 10 - Centro de Saúde de Sal-Rei

Fonte: http://www.municipiodaBoavista.com/servicos/saude/centro-de-saude/

Em termos de equipamentos de apoio para a terceira idade e para grupos populacionais com necessidades especiais há ainda muitas fragilidades que carecem de ser ultrapassadas. Com efeito, não existem serviços de apoio aos idosos e de igual modo, os serviços e equipamentos públicos, na sua grande maioria, não estão concebidos para responder às necessidades dos portadores de deficiência (LUZ, 2019).

Em relação aos equipamentos desportivos existem duas placas desportivas, um estádio municipal e encontram-se bastante degradados, necessitando de intervenções e/ou reparações.

No que diz respeito ao saneamento básico, este é caraterizado pelo sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos nas duas principais povoações Sal-Rei e Rabil e o destino final dos resíduos é uma lixeira municipal devido à ausência de um aterro sanitário. Na cidade de Sal-Rei e em Rabil a recolha de resíduos sólidos é feita através de meios disponibilizados pela Câmara Municipal, nomeadamente uma viatura e o respetivo pessoal.

Os resíduos amontoados são submetidos à queima e seguidamente enterrados pela brigada dos serviços de saneamento da Câmara Municipal.

Contudo, conforme a figura 11, o lixo acumulado na lixeira permanece a céu-aberto durante vários dias e acaba por servir como espaço de procura de alimentos para animais como porcos e cabras, o que pode se transportar um potencial fator de transmissão de doenças e por em perigo a saúde pública.

Figura 11 - Lixeira Municipal da Boavista

Fonte: arquivo da autora

Nos restantes aglomerados populacionais são as próprias populações que se ocupam da deposição dos resíduos sólidos em locais pré-definidos pela Câmara Municipal. Posteriormente os resíduos são, do mesmo modo, queimados e enterrados. Os edifícios públicos e privados, as unidades turísticas e hoteleiras, as habitações particulares são servidas, na quase totalidade, por fossas sépticas (LUZ, 2013).

5.1.3 Relevo e clima

O clima é árido, com precipitações médias anuais que variam entre 75mm e pouco mais de 120mm. As temperaturas médias anuais são de 24 ºC a 25 ºC. Os ventos sopram com relativa alta intensidade durante todo o ano, sofrendo uma ligeira diminuição durante o verão.

A ilha de Boavista tem uma configuração arredondada e tal como as ilhas do Sal e Maio apenas pequenas elevações. O ponto mais elevado é o Pico da Estância, com 390 metros a Sudoeste da ilha; segue-se o Pico de Santo António com 378 metros, a sudoeste; e o Pico Forcado no centro leste com 369 metros. As outras elevações superiores a 200 metros são quase sempre montes testemunhos, com a exceção da Serra do Norte, que separa a região ocidental da região oriental da ilha.

A humidade relativa média desce raramente abaixo de 60% e situa-se na maior parte do tempo entre os 70 e os 90%, as terras baixas, limitando-se o sistema montanhoso a pequenas colinas, sendo o ponto mais alto o Monte Estância, com 387 metros de altitude. As dunas podem atingir vários metros de altura, e pelo seu elevado valor paisagístico e ecológico, desempenham uma função primordial na proteção e conservação da costa, com um importante papel contra a erosão das praias, funcionando como reserva de areia para a proteção destas. Os fortes ventos alísios que sopram do nordeste, criam um corredor de areia que atravessa praticamente toda a zona oeste pelo que predominam, nesta zona e no sudoeste da ilha, terras baixas e extensos areais (figura 12).

Figura 11 - Deserto de Viana

Fonte: https://www.Boavistaofficial.com/pt-pt/dunas-deserto-viana-boa-vista/

5.1.4 Caraterização da oferta e da procura turística

O turismo na ilha da Boavista tem vindo a destacar-se ano após ano. Conforme os dados apresentados na tabela 3 regista-se um crescimento notável nas entradas e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros com reflexos importantes no aumento da oferta. De destacar o crescimento dos estabelecimentos hoteleiros, de 14 em 2007 passou para 22 em 2017 - o que, por outro lado, indica que a procura também tem vindo a aumentar. Apesar da estabilização nos últimos anos, em termos de surgimento de novas unidades hoteleiras, o número de quartos e de camas tem aumentado devido à abertura de unidades de grande porte e os mesmos ofereciam uma capacidade de alojamento de 6.531 quartos, 5.626 camas e 4.692 lugares em 2017.

Este aumento também é notável no pessoal ao serviço que em 2007 era de 228 e passou para 1918 em 2017. Portanto, o acelerado crescimento da capacidade hoteleira gerou a criação de novas oportunidades de emprego.

Tabela 3 - Evolução do número de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço - ilha da Boavista (2007 a 2017)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estabelecimentos	14	19	19	19	21	22	20	21	20	22	22
Nº de Quartos	599	1.399	1404	1.683	2.564	2.561	2.561	2.588	2.625	3.044	3.056
Nº de Camas	1.157	2.692	2695	3.071	4.378	4.377	4.532	4.728	4.894	5.385	5.626
Capacidade de alojamento	1.547	3.566	3576	3.675	5.212	5.217	5.313	5.665	5.835	6.321	6.531
Pessoal ao serviço	228	895	910	1.152	1.776	1.802	1.766	1.768	1.794	1.910	1.918

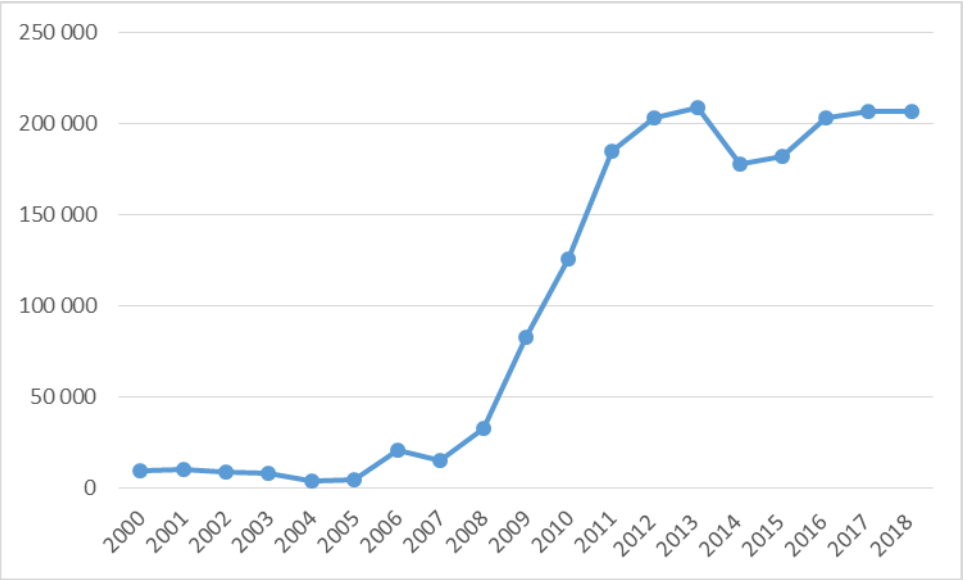
Fonte: Inventario Anual de Estabelecimentos Hoteleiros (2007-2017)

Em termos de procura, em 2017, a Boavista recebeu 206.614 hóspedes. Estes números representam 28,8% do total dos hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros do país, o que coloca a ilha na segunda posição, sendo ultrapassado apenas pela ilha do Sal, com 47,9%.

Até 2005 Boavista apresentava números bastante residuais, não ultrapassando a cifra de 20 mil entradas por ano. O ponto de viragem dá-se com a constução do aeroporto internacional em 2007 que serviu de incentivo à construção de infraestrutura hoteleiras de grande porte e permitiu também o aumento significativo no número de voos provenientes sobretudo da europa.

Este rápido crescimento teve o seu pico no ano de 2013, quando a ilha recebeu um total de 208.904 turistas. Seguiu-se um periodo de um ligeiro decrescimo nos anos de 2014 e 2015. Este abaixamento deve-se em grande medida ao efeitos da crise sanitaria ocorrida na região oeste africana provocada pelo virús da Ébola. Contudo, nos ultimos três anos regista-se uma certa estabilização em termo de procura na ordem dos 200 mil por ano (gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução da Procura Turística – Boavista (2000-2017)



Fonte: (INECV, 2007-2017)

De acordo com a tebela 4 os hóspedes provenientes do estrangeiro são maioritariamente os europeus, em especial os do Reino Unido (78.091), Alemanha (33.027) e Portugal (16.382). Os hóspedes não-europeus são ainda relativamente pouco representativos.

Tabela 4 - Hóspedes por país de residência (2017)

País de residência habitual	Boavista	Cabo Verde	%
Cabo Verde			
Cabo-Verdianos	3.479	**47.383**	**6,6**
Estrangeiros	408	**1.699**	**0,2**
Estrangeiros			
Africa do Sul	1	**564**	**0,1**
Alemanha	33.027	**80.071**	**11,2**
Áustria	314	**1.924**	**0,3**
Belgica+Holanda	20.480	**69.680**	**9,7**
Espanha	678	**11.952**	**1,7**
Estados Unidos	567	**5.958**	**0,8**
França	13.268	**69.717**	**9,7**
Reino Unido	78.091	**168.896**	**23,6**
Itália	11.595	**39.557**	**5,5**
Portugal	16.382	**67.882**	**9,5**
Suíça	1.744	**11.407**	**1,6**
Outros Países	26.580	**140.085**	**19,5**
Total	**206.614**	**716.775**	**100,0**
%	**28,8**	**100,0**	

Fonte: (INECV, 2018)

Em relação às dormidas, tal como nos hóspedes, a Ilha da Boavista é a de maior acolhimento do arquipélago. As dormidas totalizam 1.656.430 o que corresponde a 36,0% do total das dormidas realizadas no arquipélago. Os hóspedes residentes no Reino Unido contribuíram com 666.844 dormidas, 40% do total de dormidas realizadas na ilha da Boavista; seguem-se os da Alemanha, Portugal e França com 16%, 7% e 6% respetivamente. Os residentes em Itália realizaram 6% das dormidas.

Estes dados confrontados, por exemplo, com dados do ano de 2007, permitem mostrar a evolução do setor na ilha se tivermos em conta que no ano em referência a ilha registou um total de 15.537 turistas internacionais, sendo, na altura, o principal emissor a Itália.

Os dados da tabela 5 nos indicam que a taxa de ocupação-cama geral é de 85%, valor superior à média nacional que é de 58%. Os Hotéis na ilha da Boavista são os estabelecimentos com a melhor taxa de ocupação-cama, 91%, valor superior a média

nacional; seguem-se as Residenciais com 20%, as pensões com 19% e os Hotéis-Apartamentos com uma taxa de ocupação-cama de 17% (INECV, 2017).

Tabela 5 - Taxa de ocupação-cama (2017)

Ilha	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Residenciais	Total
Boavista	91	19	-	17	-	20	**85**
Cabo Verde	64	17	22	20	40	18	**55**

Fonte: (INECV, 2017)

Apesar da importância destes dados para o setor e para o desenvolvimento económico da ilha, os mesmos não deixam de ser preocupantes se analisados do ponto de vista social e ambiental, sobretudo estando localizados em zonas sensíveis, na medida em que os impactes negativos do turismo terão uma intensidade ainda maior se as atividades turísticas não forem estritamente controladas.

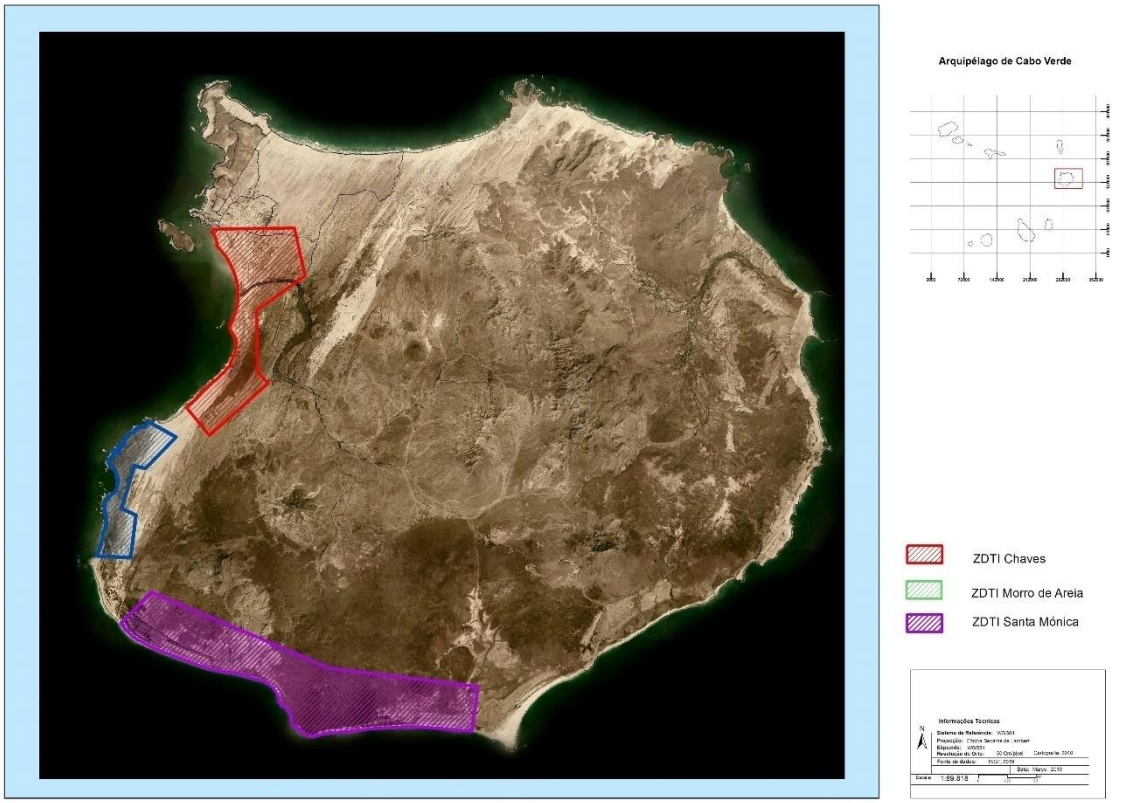
Na legislação cabo-verdiana encontram-se declaradas três Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) para a Boavista, a da Praia de Chaves[9] e Santa Mônica (Decreto-Regulamentar n.º 7/94 de 23 de Maio), no entanto, estas foram redefinidas pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2007 de 19 de março sendo ainda criada a Zona de Morro de Areia (quadro 2). Estas ZDTI são exemplos de áreas de desenvolvimento turístico em sobreposição com sítios protegidos. Prevê-se que nos próximos 15 anos sejam construídas cerca de 30 mil camas nas ZDTI da ilha (figura 13).

Quadro 2 - Planos de Ordenamento Turístico ZDTI - Boavista

ZDTI	Aprovação dos limites	Superficie (hectares)
Chaves	Portaria nº 20/2008	624
Morro de Areia	Portaria Conjunta nº1/2009	1654
Santa Mônica	Portaria nº 21/2009	3432

[9] Conforme Planta de localização a ZDTI de Chave abrange uma área com 1.654 hectares, localizada na costa Oeste da Ilha da Boavista, a Sul da vila de Sal Rei.

Figura 12 - Mapa das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado - ZDTI - Boavista



Fonte: INGT

A ilha da Boavista possui 14 Áreas Protegidas (AP), das 46 declaradas em Cabo Verde através do Decreto-Lei nº3/2003 de 24 de fevereiro (quadro 3). Segundo o mesmo decreto, definem-se como AP os espaços geográficos claramente definidos, reconhecidos, utilizados e geridos por meios legais eficazes, para alcançar a conservação da natureza, juntamente com os serviços e valores culturais associados ao ecossistema.

Quadro 3 - Áreas Protegidas – Ilha da Boavista

Áreas Protegidas	Categoria	Tamanho (ha)	Superficie Terrestre (ha)	Sperficie marinha (há)	Aprovação dos limites
Boa Esperança	Reserva Natural	4010,00	3.631,00	379,00	Decreto-Regulamentar nº16/2014, de 10 de fevereiro
Ilhéu de Baluarte	Reserva natural Integral	94,65	7,65	87,00	Decreto Regulamentar nº 4/2013, de 5 de abril
Ilhéu dos Pássaros	Reserva natural Integral	38,82	0,82	38,00	Decreto-Regulamentar nº 11/2013, de 9 de Maio
Ilhéu de Curral Velho	Reserva natural Integral	41,77	0,77	41,00	Decreto-Regulamentar nº 16/2013, de 9 de Maio
Ponta do Sol	Reserva natural	748,00	465,00	283,00	Decreto-Regulamentar nº11/2014, de 10 de fevereiro
Tartaruga	Reserva Natural	14.875,00	1.439,00	13.436,00	Decreto-Regulamentar nº14/2013, de 9 de maio
Parque Natural do Norte	Reserva Natural	22.047,00	8.910,00	13.137,00	Decreto-Regulamentar nº5/2013, de 5 de abril
Monte Caçador e Pico Forcado	Paisagem Protegida	3.357,00	3.357,00	-	Decreto-Regulamentar nº14/2014, de 10 de fevereiro
Morro de Areia	Reserva natural	2.567,00	2.131,00	436,00	Decreto-Regulamentar nº17/2014, de 10 de fevereiro
Curral Velho	Paisagem Protegida	1.635,00	1.635,00	-	Decreto-Regulamentar nº 9/2013, de 9 de maio
Monte Santo António	Monumento Natural	459,00	459,00	-	Decreto-Regulamentar nº 13/2014, de 10 de fevereiro
Ilhéu de Sal Rei	Monumento Natural	89,00	89,00	-	Decreto-Regulamentar nº 12/2014, de 10 de fevereiro
Monte Estância	Monumento Natural	739,00	739,00	-	Decreto-Regulamentar nº10/2013, de 9 de maio
Rocha Estância	Monumento Natural	253,00	253,00	-	Decreto-Regulamentar nº 15/2014, de 10 de fevereiro

Fonte: Decreto-Lei N.Aº 3/2013 de 24 de fevereiro - Regime Juridico dos Espaços Naturais

De acordo com os dados da SDTIBM há neste momento 6 novos projetos hoteleiros em carteira, sendo que um já arrancou as obras e as demais estão em fase final de negociações com vista ao arranque das construções. Com estes investimentos prevê-se que nos próximos 15 anos sejam construídas cerca de 30 mil camas (quadro 4).

Quadro 4 - Novos empreendimentos hoteleiros em carteira (Boavista)

Nome do Projeto	Localização	Promotor	Situação Processual
--	Ilha da Boavista	Decameron Hotels & Resorts	Contracto assinado
--	Ilha da Boavista	Decameron Hotels & Resorts	Contracto assinado
Lago Belo	Ilha da Boavista	BUCAN	Obras em curso
Santa Mónica Beach Resort	Ilha da Boavista	Assetz	Contracto assinado
Cape Verde Islands Resort	Ilha da Boavista	Sepi / Imnovista	Negociações em curso
Chaves Beach Resort	Ilha da Boavista	Turitur	Negociações em curso

Fonte:http://www.sdtibm.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=123&Itemid=129&lang=pt

Tal como em outras ilhas de Cabo Verde, impera também na Boavista o turismo edificado na modalidade de "resorts" (figura 14) e um planeamento inadequado do setor turístico. Isso apresenta algumas ameaças, nomeadamente a especulação nos preços de terrenos; os investidores estrangeiros têm-se apressado na compra de terrenos nas áreas costeiras; os restaurantes, locais de venda de artesanato, as agências de viagem, as excursões e locais de aluguer de equipamentos desportivos são explorados sobretudo por estrangeiros (maioritariamente por italianos); a qualidade ambiental começa a estar em risco devido à insuficiente recolha e tratamento de resíduos e efluentes e a pressão antropológica; a fragmentação de habitats; a destruição de dunas; o aumento de pressão sobre ecossistemas frágeis e espécies ameaçadas.

Figura 13 - Hotel Riu Karamboa (Boavista)

Fonte: https://www.riu.com/pt/hotel/cabo-verde/boa-vista/clubhotel-riu-karamboa/

O planeamento inadequado (ou inexistente) tem condicionado, por exemplo, as áreas costeiras, não deixando outra alternativa para as mesmas que não o turismo e a construção desenfreada, pois grande parte dos proprietários (maioritariamente estrangeiros) vê nestas uma oportunidade de negócio (LUZ, 2013).

As atividades turísticas que já vêm sendo desenvolvidas na Boavista são banhos de mar e sol; windsurf; mergulho; passeios de moto 4x4; turtle e bird watching. Todavia, estas atividades enunciadas estão a realizar-se sem regras e controlo. Assim, torna-se necessário a emissão de licenças, a regulamentação e o controlo (fiscalização) das mesmas.

6 RECURSOS HÍDRICOS E CARATERIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA EM CABO VERDE

6.1 A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS EM CABO VERDE

O sistema Jurídico Cabo-verdiano integra um conjunto de dispositivos legais que regulamentam os recursos ambientais do país, designadamente a conservação da natureza, ar, água, solos, ruídos e instrumentos da Politica Ambiental. De acordo com o Código de Água da República de Cabo Verde (1984), e seus principais decretos de aplicação, a água em toda e qualquer forma, pertence ao Domínio Público do Estado e deve ser explorada e gerida pela Unidade Administrativa Central.

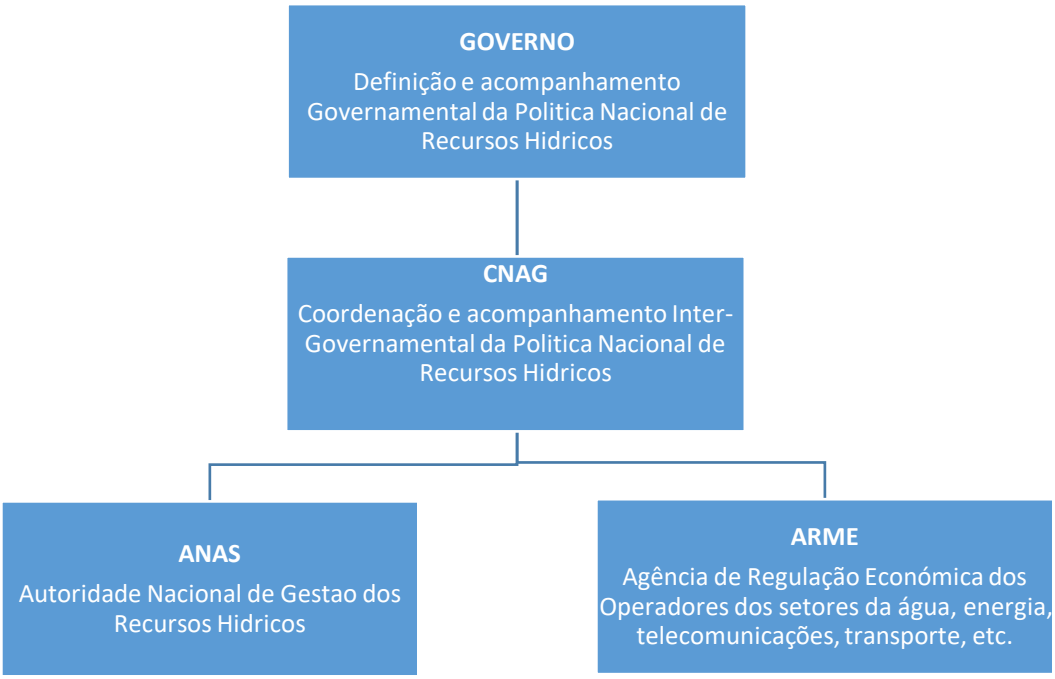
Neste sentido, conforme esquematizado na figura 15, o quadro institucional vigente da administração dos recursos hídricos em Cabo Verde, considera como órgãos centrais de administração dos recursos hídricos o Conselho Nacional de Águas (CNAG), Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e a Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME).

O CNAG é o órgão de coordenação interministerial de administração dos recursos hídricos, composto pelos membros de Governo responsáveis pelos setores da agricultura, energia, saúde, saneamento e tutela sobre as autarquias locais.

A ANAS é responsável pela implementação das políticas governamentais e pela gestão integrada do setor da água e saneamento. É também responsável pelo planeamento estratégico, seguimento, regulação técnica, supervisão e a monitorização dos serviços de produção, distribuição e comercialização de água, recolha, tratamento e rejeição de efluentes líquidos e resíduos em todo o território nacional. A agência é dotada de personalidade coletiva pública e a inerente autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A ARME tem como missão exercer a atividade administrativa de regulação económica dos setores de energia, água, telecomunicações, transportes coletivos urbanos de passageiros e transportes marítimos de passageiros. A atuação da ARME tem como objetivo central assegurar a sustentabilidade da prestação dos serviços regulados, protegendo ao mesmo tempo o interesse dos consumidores e a competitividade da economia Cabo-verdiana. Para o setor das águas, a ARME é responsável pela regulação económica e da qualidade do serviço.

Figura 14 - Estrutura Institucional de Gestão dos Recursos Hidricos



Fonte: adaptado de (ANAS, 2015)

Ao nível descentralizado a gestão da água é da competência municipal. A Lei nº 134/IV/95 confere aos municípios a atribuição da responsabilidade e do dever de assegurar o abastecimento de água às comunidades locais. Essa responsabilidade municipal é exercida pelos Serviços Autónomos de Água e Saneamento - SAAS e Empresas municipais, com base em contratos de concessão estabelecidos com a ANAS. Nos principais centros do País opera a Empresa de Eletricidade e Água, SA (ELECTRA), concessionária da produção e distribuição de água potável.

A ELECTRA foi criada pelo Decreto-Lei nº 37/82, de 17 de abril, como uma Empresa Pública, tendo sido, pelo Decreto-Lei nº 68/98, de 31 de dezembro, transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada, tendo o Estado uma participação de 77,731%, o Instituto Nacional de Previdencia Social - INPS 16,592% e o conjunto de municípios 5,677%.[10]

[10]Fonte: ELECTRA, SA. RELATÓRIO E CONTAS: Exercício de 2016. Disponivel em http://www.electra.cv/index.php/2014-05-20-15-47-04/relatorios-sarl

Com a assinatura dos acordos de transferência dos sistemas de produção e distribuição de eletricidade e água dos Municípios, a ELECTRA passou a assumir as atividades anteriormente exercidas por catorze Municípios, tendo integrado na sua estrutura o pessoal, o ativo imobilizado e, em alguns casos, as existências e os direitos e obrigações que pertenciam àqueles Municípios e afetas às atividades integradas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2010, de 16 de Abril, alterada pela Resolução n.º 26/2011, de 8 de agosto, marcou o arranque efetivo do processo de reestruturação da ELECTRA, com a criação de duas filiais, respetivamente, a Electra Sul – Sociedade Unipessoal, S.A., com sede na Praia, e Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., com sede em São Vicente, com jurisdição sobre as ilhas de Sotavento e de Barlavento, exceto na Boavista, que já beneficia de solução própria. A operacionalização destas filiais ocorreu em 1 de julho de 2013.

No ambito do Segundo Compacto do Millennium Challenge Account (MCA) [11]incluiu-se o valor de 41,1 milhões de dólares para financiamento do Projeto de Água, Saneamento e Higiene (WASH). O Projeto foi concebido para apoiar a reestruturação do setor de água e saneamento, através de uma reforma, que para além de outras atividades, pretendeu estabelecer uma base institucional financeiramente sólida para a prestação de serviços de água e saneamento às famílias e empresas cabo-verdianas. Assim a Electra retirou-se do setor da distribuição da água e saneamento na Ilha de Santiago passando a operar apenas no ramo da energia eletrica.

Neste sentido foi criada a empresa Águas de Santiago, AdS. A criação da AdS teve como meta melhorar a eficiência no setor da água e do saneamento na Ilha de Santiago, na medida em que, dos varios operadores (Electra e os diferentes Serviços de Água e Saneamento das Câmaras Municipais), passou-se a dispor de um único Operador que pratica uma tarifa única e regulada, em todos os Municípios de Santiago.

O volume das águas superficiais é, em geral, consideravelmente superior ao volume dos recursos em águas subterrâneas. Contudo, a exploração das águas superficiais é seriamente condicionada pelo seu tipo de escoamento, geralmente torrencial.

[11] O MCA é financiado pelo Millennium Challenge Corporation (MCC) que é uma agência de ajuda externa bilateral dos Estados Unidos criada pelo Congresso dos EUA em 2004, aplicando uma nova filosofia em relação à ajuda externa. É uma agência independente, separada do Departamento de Estado e da USAID. Fonte: https://www.mcc.gov/about. Acesso em 31/01/2019

Neste sentido o governo investiu na construção de um conjunto de barragens de retenção de água. Depois da Barragem de Poilão (figura 16), em 2006, a primeira infraestrutura do género construída pela cooperação chinesa, foram inauguradas em 2013 as barragens de Salineiro, no Município de Ribeira Grande de Santiago; de Faveta, no Município de São Salvador do Mundo e de Saquinho no Município de Santa Catarina. Entre 2014 e 2015, foram inauguradas as barragens de Canto Cagarra, na Ilha de Santo Antão e a de Banca Furada, na lha de São Nicolau, as primeiras a serem construídas fora de Santiago,a maior e a mais populosa ilha do arquipélago.

A sua utilização seria sobretudo para irrigar campos agrícolas. A meta do governo era, por via da construção de um conjunto de infraestruturas hidráulicas, transformar Cabo Verde de país em constante stress hídrico num dos mais ricos em termos de água por habitante, revolucionando setores como a agricultura, abastecimento de água às populações e até travando o êxodo rural, criando condições para o desenvolvimento de várias áreas económicas no mundo rural (FERREIRA, 2015). Este programa tinha como meta a mobilização de 75 milhões de metros cúbicos de água até 2016. Porém, até meados de 2016, apenas sete barragens foram efetivamente concluídas. A grande seca ocorrida em 2017 e as ineficiências registradas no funcionamento dos sistemas já construídos vieram a refrear o entusiasmo à volta desta opção.

Figura 15 - Barragem de Poilão

Fonte: http://www.rtc.cv/desporto/index.php?paginas=21&id_cod=8998

Existem atualmente em Cabo Verde seis operadores que prestam serviço público no setor da produção de água dessalinizada para abastecimento as populações e à industria: Electra, Águas de Ponta Preta, Águas do Porto Novo, ADS e SAAS do Maio e a AEB na Boavista.

As unidades de produção distribuem-se pelas Ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, Maio, Santo Antão (Porto Novo), Santiago. Para além desses produtores existem dezenas de resorts turísticos que dispõem das suas próprias unidades de dessalinização, principalmente nas ilhas do Sal e da Boavista.

Ainda não existe uma rede nacional de seguimento da qualidade das águas subterranêas e superficiais. Grande parte das informações é adquirida no quadro de estudos e de projetos, geralmente com carater pontual e de extensão geográfica limitada. Somente a ANAS dispõe de alguma capacidade operacional neste dominio (MINISTERIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO, 2013).

As analises de qualidade da água são feitas com regularidade na ilha de Santiago, três vezes por ano. São realizadas analises às águas dos furos, poços e algumas nascentes. Relativamente às outras ilhas a situação é indefinida uma vez que as analises são feitas de forma esporádica.

De acordo com Gominho (2010) podemos afirmar que a gestão da água em Cabo Verde é bastante complexa. Existe uma serie de entraves e desafios. Enquanto dificuldades, a referida autora argumenta que a posse da água não está bem clara, o que dificulta a gestão sobretudo ao nível das bacias hidrograficas. Por outro lado, os conflitos sociais são frequentes quanto ao uso da água e acresce que a população não está devidamente integrada na gestão dos recursos hídricos. Por outro lado, o aumento da população, o desenvolvimento urbanístico e o crescimento das necessidades de água para rega, turismo e indústria, aliados à seca dos últimos anos, têm provocado situações de carência, que tendem a agravar-se com o tempo.

6.2 ORIGENS, NECESSIDADES E DISPONIBILIDADES DE ÁGUA

O arquipélago de Cabo Verde situa-se numa zona de clima árido e semiárido, que atravessa a África desde o Atlântico ao Mar Vermelho e se prolonga pela Ásia. A ocorrência das precipitações está fortemente condicionada pela posição, ao longo do ano, da convergência intertropical (CIT). Quando a CIT atinge a latitude do arquipélago, a ilha recebe os águaceiros da sua estação húmida. Nos anos em que a CIT, nas suas migrações para norte, demora pouco tempo na região do arquipélago, ou não chega mesmo a atingi-lo, as precipitações são escassas. (AMARAL, 1964).

À semelhança dos outros países sahelianos[12], Cabo Verde manifesta duas estações distintas: estação seca, de dezembro a junho, e estação húmida, de agosto a outubro. Mais de 75% da precipitação média anual ocorre nos meses de Agosto e Setembro. O período de chuvas dura em média 15 a 25 dias nas áreas áridas e 45 a 55 dias nas semiáridas

[12] O Sahel (do árabe sahil, que significa "costa" ou "fronteira") é uma faixa de 500 a 700 km de largura, em média, e 5 400 km de extensão, entre o deserto do Saara, ao norte, e a savana do Sudão, ao sul; e entre o oceano Atlântico, a oeste, e ao mar Vermelho, a leste. O Sahel atravessa os seguintes países (de oeste para leste): Gâmbia, Senegal, a parte sul da Mauritânia, o centro do Mali, Burkina Faso, a parte sul da Argélia e do Níger, a parte norte da Nigéria e dos Camarões, a parte central do Chade, o sul do Sudão, o norte do Sudão do Sul e a Eritreia. Eventualmente, são incluídos também a Etiópia, o Djibouti e a Somália.

(VENTURA & MASCARENHAS, 2009; SEMEDO, 2012). Os meses de julho e novembro consideram-se de transição. As precipitações anuais no arquipélago são na generalidade fracas, com valores médios que não ultrapassam 300 mm para as zonas situadas abaixo de 400 m de altitude e 700 mm para as zonas situadas a mais de 500 m de altitude e expostas aos ventos alísios (NEVES, 2011).

As ilhas mais planas podem registar precipitações anuais inferiores a 250 mm, sendo portanto enquadráveis no clima árido. Apesar dos reduzidos valores médios anuais das precipitações, nos anos mais húmidos são comuns as chuvas torrenciais, concentradas em apenas algumas horas. As chuvadas, por razões ligadas à fisiografia e utilização dos solos, escoam-se muito rapidamente, dando origem a cheias que fazem transbordar o leito das ribeiras e arrastam à sua passagem culturas, animais e construções, por vezes com perdas humanas e avultados danos materias nas infraestruturas fisicas (pontes, estradas, diques, etc., conforme a figura 17), situação que contrasta com os anos em que a precipitação é praticamente nula em todo o território (VENTURA & MASCARENHAS, 2009; SHAHIDIAN, SERRALHEIRO, SERRANO, & SOUSA, 2014).

Figura 16 - Queda da Ponte de Ribeira d'Água[13]

Fonte: https://noticias.sapo.cv/actualidade/artigos/boa-vista-dividida-pelas-chuvas

[13] Em setembro de 2012 a queda da Ponte de Ribeira d'Água, que não resistiu às cheias provocadas pelas chuvas, tendo provocado a morte de duas pessoas e impossibilitando o acesso dos habitantes de Sal Rei ao Aeroporto Internacional da Boavista e o cancelamento de varios voos.

Segundo estudos técnicos, os recursos hídricos subterrâneos são estimados em 124 milhões de metros cúbicos por ano (tabela 6). Dessa quantidade total, num ano de pluviometria regular, apenas são tecnicamente exploráveis 65 milhões de m3 ; e nos períodos de seca somente 44 milhões de m3 (MINISTERIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO, 2013).

Tabela 6 - Disponibilidade de Águas Subterrâneas (milhões de m3)

Ilha	**Águas subterraneas**		
	Bruto (período médio)	**Exploravel (período médio)**	**Explorável (période seco)**
Santo Antao	28,6	21,3	14,6
São Vicente	0,57	0,41	0,22
São Nicolau	4,2	2,5	1,5
Sal	0,37	0,1	0,5
Boavista	1,6	0,73	0,3
Maio	2,1	0,9	0,5
Santiago	42	12	16,5
Fogo	42	12	9,3
Brava	1,9	1,6	1
Total	**124**	**65**	**44**

Fonte: adaptado do Livro Branco Sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde (2013)

Muito investigadores e técnicos tem defendido que a utilização dos recursos subterrâneos aproxima-se do máximo possível, o que impõe a urgente mobilização de meios que permitam o melhor aproveitamento de água de outras origens e uma política de poupança e de reafetação aos diferentes setores de consumo. A gestão de águas subterrâneas em zonas costeiras assume particular relevância em ambientes insulares, devido à elevada proporção de terrenos adjacentes às massas de água oceânicas.Trabalhos recentes sobre a ilha de Santiago puseram em evidência a limitada recarga aquífera e o risco de degradação dos recursos hídricos subterrâneos regionais, devido a fenómenos de intrusão salina e à contaminação agrícola (VENTURA & MASCARENHAS, 2009; PINA, FREIRE, PINA, & MELO, 2012).

As redes de monitorização de águas subterrâneas constituem ferramentas essenciais para o acompanhamento da evolução espácio-temporal deste recurso, tanto em termos quantitativos como qualitativos, possibilitando assim a sua adequada gestão bem

como o planeamento do seu uso sustentável. Nesta perspetiva, o acompanhamento dos níveis piezométricos dos furos assume uma importância fundamental para a avaliação do grau de satisfação da situação e do grau de cumprimento dos padrões de comportamento esperados (SHAHIDIAN, SERRALHEIRO, SERRANO, & SOUSA, 2014; PINA, FREIRE, PINA, & MELO, 2012).

Até ao início dos anos setenta os poços asseguravam mais de 50% dos recursos hídricos destinados ao abastecimento às populações e para a agricultura. A partir dessa altura tem havido um investimento crescente em furos, na captação das águas superficiais e na dessalinização da água do mar.

A maioria dos poços localizados nas zonas mais baixas da ilha, nas proximidades da linha de costa, apresentam níveis piezométricos que oscilam poucos metros sobre o nível médio do mar (em geral, entre 0 e 10 m). Em anos mais secos, em que a captação de água e a sua exploração são sustentáveis, produzem-se pronunciados rebaixamentos dos níveis, com o consequente aumento do risco de gradual salinização do aquífero (PINA, *apud* SHAHIDIAN, SERRALHEIRO, SERRANO, & SOUSA, 2014).

Conforme a tabela 7 o escoamento das águas superficiais em Cabo Verde representa 181 hm3 e a recarga das águas subterrâneas 124 hm3. Deste último volume, presume-se que somente a metade (65 hm3) é tecnicamente explorável. Contudo, em Cabo Verde a exploração das águas superficiais está seriamente condicionada pelo seu tipo de escoamento, geralmente torrencial e pela quantidade de caudal sólido que transportam.

Os recursos hídricos superficiais disponíveis nas diferentes ilhas apresentam-se diretamente correlacionados com a precipitação que aí ocorre. Contudo esta correlação não é "direta" pois a ilha de Santo Antão, a mais setentrional e montanhosa do arquipélago, não obstante registar uma precipitação média significativamente inferior à das ilhas do Fogo e Santiago (274,5 mm), dispõe de, aproximadamente, 50% dos recursos hídricos superficiais disponíveis e 18% dos recursos subterrâneos atualmente explorados a nível nacional. Adicionalmente constata-se que as bacias hidrográficas com exposição predominantemente NE, quadrante sob maior influência dos ventos alísios, são as mais pluviogénicas e dispõem de maior volume de recursos hídricos (MINISTERIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO, 2013).

Acrescenta-se ainda que, globalmente, os caudais das nascentes reduzem gradualmente entre a fase final da época pluvial até a fase estival mas, pontualmente, ocorrem situações de estabilidade do caudal ao longo do ano.

Daí se infere que a maior precipitação nem sempre corresponde a bacias hidrográficas de maior abundância de recursos hídricos. Fatores locais, nomeadamente a exposição dominante das vertentes, o perfil das superfícies, os declives, o comprimento das encostas, a estrutura hidrográfica, a natureza do substrato geológico, dentre outros, poderão condicionar o escoamento superficial ou a acumulação e subsequente infiltração da água.

No arquipélago poucos riachos são perenes porque a maioria da água da chuva que cai escorre muito rapidamente para o oceano, evapora ou é e usada pelas plantas, enquanto que o restante infiltra-se através da rocha permeável e serve para recarregar os aquíferos subjacentes.

Assim, o regime de escoamento é marcado pela alternância entre longos períodos secos e episódios curtos de forte caudal e mesmo de cheias na época chuvosa, com maior frequência em Setembro. Em geral, o efeito das cheias torna-se mais evidente nas áreas urbanas, localizadas na embocadura dos vales, como acontece na cidade da Praia.

Tabela 7 - Disponibilidade de águas superficiais (milhoes de m3)

Ilha	Águas Superficiais
Santo Antão	27
São Vicente	2,3
São Nicolau	5,9
Sal	0,7
Boavista	2,5
Maio	4,7
Santiago	56,6
Fogo	79
Brava	2,3
Total	**181**

Fonte: adaptado do Livro (Branco Sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2013)

Deve-se continuar a apostar na construção de obras de correção torrencial, na reflorestação a montante e na defesa das encostas marginais com incidência nas zonas envolventes das barragens. Efetivamente o elevado caudal sólido transportado pelos cursos de água devido ao regime torrencial das precipitações pode implicar um rápido assoreamento das albufeiras das novas barragens em poucos anos. De acordo com um estudo levado a cabo por Teixeira (2011), existe uma alta taxa de sedimentação na Bacia Hidrografica de Ribeira Seca. Se não houver mudanças nas condições atuais, este estudo estima que no ano 2026 o fundo do reservatório da Barragem de Poilão se elevará 7,6 m e em consequência o reservatório perderá 37% da sua capacidade de estocagem original, ou seja, será assoreado a uma taxa média de 1,8% ao ano. Só para o ano de 2011, estimou-se que a capacidade do reservatório sofreria uma redução de 9% situando o sedimento no nível médio correspondente à cota 102m. Em função deste cenário, no período considerado crítico, este estudo indica que a barragem irá oferecer menos 74 000 m³ de água comparada com os anos médios, pelo que a redução da superfície irrigada poderá ser uma das medidas de gestão a tomar, num cenário desta natureza.

A aposta na correção torrencial das linhas de água, com construção de diques transversais e medidas de conservação de solo nas vertentes, representam um conjunto de intervenções que podem ter reflexos positivos nas reservas de água subterrânea e no controlo da erosão. Assim poderá ser possível transferir, por infiltração, uma parte da água do escoamento superficial para as reservas subterrâneas. Trata-se de uma solução viável, adotada em muitos países com tradição de armazenamento de água que consiste na construção, nos setores a montante dos valeiros, de diques que originam a retenção do escoamento em pequenas albufeiras de reduzida profundidade e que asseguram uma gestão descentralizada da armazenagem (MARSILY, 1997).

De acordo com a tabela 8 nos principais centros urbanos do país encontra-se instalada a Electra, empresa concessionária da produção no setor da água potável e o país conta ainda com mais três produtores independentes de água dessalinizada, as Águas de Ponta Preta (APP), Águas e Energia da Boavista (AEB) e Águas do Porto Novo (APN). A capacidade instalada para a produção de água dessalinizada em Cabo Verde era, em 2003, de 20.350 m3 /dia (MINISTERIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO, 2013).

No entanto, a dessalinização, para além de exigir um grande investimento inicial, é um grande consumidor de energia, num país onde praticamente toda a energia é produzia à base de combustíveis fosseis.

Tabela 8 - Produção Nacional de Água Dessalinizada

Produtor	**Capacidade Nominal (m3/dia)**
Electra	14.800
Água de Ponta Preta	3.000
Água de Porto Novo	1.000
SAAS-SC	500
SAAS-M	800
AEB	250
Total	**20.350**

Fonte: adaptado do (Livro Branco Sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2013)

Outro agravante é o grande volume de perdas físicas e económicas nas redes de abastecimento de água das diferentes cidades, volume que em 2008 representava cerca de 31,5 % do total da água produzida. O valor referido para as perdas, que corresponde basicamente a fugas de água provocadas por ruturas de condutas e a ligações ilegais à rede de distribuição, mas que engloba ainda os consumos não cobrados, representa cerca de 8 % do total de energia consumida no país (SHAHIDIAN, SERRALHEIRO, SERRANO, & SOUSA, 2014).

Figura 17 -Vista parcial da central dessalinizadora da Electra na Cidade da Praia

Fonte: https://www.dw.com/pt-002/dessaliniza%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%A1gua-com-tecnologia-europeia-em-cabo-verde/g-39467716

A capacidade instalada para produção de água dessalinizada é inferior às necessidades atuais, pelo que a água subterrânea continua a ter um papel fundamental no abastecimento da população. Uma importante opção é a utilização das águas residuais urbanas depois do seu tratamento em estações de tratamento (ETARs). As empresas ELECTRA, Águas de Porto Novo, Camara Municipal de São Vicente (CMSV) produzem água residual tratada que serve para a agricultura e rede de jardins publicos (quadro 5). Em São Vicente, na localidade de Ribeira de Vinha, existe um perimetro de 70 hectares irrigada com água tratada. O montante global de água utilizada ascende os 621.000 m3 por ano, o que corresponde, entretanto, a menos de 30% do potencial da referida ETAR (INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, 2010).

Quadro 5 - Estações Tratamento de Águas Residuais

Designação	Início da Exploração	Capacidade em 2010 (m^3/d)	Usos
ETAR do Palmarejo	1997	14000	Passível de reutilizar
ETAR de Ribeira de Vinha	1983	5000	Com reutilização na irrigação
ETAR de Santa Cruz	2009	1500	Reutilização condicionada
ETAR do Tarrafal	2009	1910	Passível de reutilizar na irrigação
ETAR de Santa Maria	2010	2500	Passível de reutilizar na irrigação
ETAR da Calheta	em construção	1000	Reutilização muito condicionada
ETAR APP, Santa Maria	2010	1000	Passível de reutilização
ETAR ASA, S.A Cidade da Praia	…..	……	Reutilização condicionada

Fonte: adaptado de (ANAS, 2015)

No que concerne às necessidades de água para satisfação dos usos domésticos, os objetivos definidos no Plano Estratégico Nacional para Água e Saneamento (PLENAS) são o acesso a um minimo de quarenta litros de água por pessoa em cada dia e o desincentivo a consumos superiores a noventa litros por pessoa, bem como a redução das distanças para niveis não superiores a dez minutos de percurso para que não dispõem de ligações domiciliárias (AGENCIA NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO, 2015).

De acordo com a tabela 9 em Cabo Verde, 74,3 % da população abastece-se através de ligações domiciliárias (65,9% água canalizada rede pública e 8,4% água canalizada na casa dos vizinhos), 10,9% através de chafariz, 7,8% através de autotanques, ou seja, 93% da população tem acesso ao abastecimento de água por um sistema mais ou menos seguro e 8, % da população abastece de forma mais ou menos precária. A situação é mais favorável no meio urbano onde apenas 0,6% da população se abastece em condições precárias enquanto no meio rural esta é de 20,8%. No que se refere às ligações domiciliárias, a média nacional situa-se nos 65,9%, ainda com alguma disparidade entre os meios urbano (69,8%) e rural (57,7 %).

Tabela 9 - Principal Fonte de Abastecimento de Água (Meio Rural e Urbano)

Forma de abastecimento de água	Água canalizada rede pública	Água canalizada, na casa dos vizinhos	Chafariz	Autotanque	Outras fontes	Total
Cabo Verde	65,9	8,4	10,9	7,8	7,1	100
Urbano	69,8	10,4	10,3	8,9	0,6	100
Rural	57,7	4,0	12,0	5,5	20,8	100

Fonte: (INECV, 2017)

Condicionantes de vária ordem e determinantes sociais, fazem com que a mulher tenha um papel socialmente de destaque no aprovisionamento em água potável e no saneamento, assegurando tarefas em que frequentemente as crianças (e de entre estas, mais frequentemente as do sexo feminino) são envolvidas, com prejuízo para a sua saúde e, em função do dispêndio de tempo com essas atividades, para a sua educação e emprego (AGENCIA NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO, 2015).

A satisfação das necessidades de água da população no seu dia a dia é realizada a partir dos denominados "pontos de água", locais onde esta se encontra disponível à superfície, naturalmente ou devido à intervenção do homem. Os pontos de água de origem natural compreendem as nascentes, os charcos, as lagoas, ou troços de cursos de água; os de origem antrópica englobam os locais onde, mediante infraestruturas hidráulicas, se disponibiliza água para uso do homem (SHAHIDIAN, SERRALHEIRO, SERRANO, & SOUSA, 2014).

Ainda segundo as metas do PLENAS, no caso de uma habitação não estar ligado à de rede de distribuição de água, as condições de acesso a "pontos de água" dos sistemas públicos não devem impedir que se atinja a capitação mínima de 40 L/dia. Relativamente ao preço da água não deve constituir um fator limitativo do seu uso, não devendo ultrapassar 5% do rendimento familiar o que se paga pelo consumo mínimo por pessoa de 40 L/dia e pelo serviço de saneamento associado.

Vários estudos e relatorios oficiais têm apontado que os mais pobres são os que invariavelmente têm pior acesso a condições melhoradas de abastecimento de água. A prevalência, entre as famílias pobres, sobretudo as chefiadas por mulheres, leva a que as desigualdades de acesso à água e ao saneamento tenham um agravamento numa perspetiva

de género (AGENCIA NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO, 2015). O deficiente acesso que os pobres têm à água não tem a ver unicamente com limitações físicas: as tarifas praticadas para a obtenção de água em condições mais penalizantes (em chafarizes ou autotanques, designadamente) são frequentemente bastante mais altas do que aquelas praticadas para o abastecimento em condições melhoradas (através de redes de abastecimento com ligações domiciliárias). Significa isto que os mais desfavorecidos são os que pagam mais, apesar de serem os que menos podem pagar (MOURA, OLIVEIRA, & ARAÚJO, 2017).

As principais áreas agrícolas são abastecidas predominantemente por água subterrânea, proveniente de furos, poços e nascentes. Para a distribuição da água são utilizados canais ou sistemas de tubagens, normalmente com limite no tempo de bombagem e irrigação. Não existe um controlo sistemático e frequente da qualidade da água para rega (MINISTERIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO, 2013). Contudo, face ao uso generalizado de adubos azotados e fosfatados em quantidades tais que não permitem que estes nutrientes sejam totalmente retidos nos solos ou absorvidos pelas plantas, é de prever que haja a tendência para o enriquecimento das águas retidas nas camadas superficiais com compostos azotados e fosfatados.

A forte pressão existente sobre os recursos hídricos está na base de uma proliferação de poços, responsável pela sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos, sobretudo nas zonas costeiras com considerável potencial em solos para irrigação (PINA, FREIRE, PINA, & MELO, 2012). O que naturalmente em muitas zonas se pode traduzir pelo avanço da cunha salina. Nestas condições a qualidade da água nas zonas costeiras pode limitar o desenvolvimento da área irrigada ou afetar as áreas atualmente regadas. Neste quadro há necessidade de se reforçar o apelo lançado por Shahidian *et alt*. (2014), no sentido de uma urgente consciencialização relativamente a gestão deste precioso recurso.

> *A luta do povo cabo-verdiano pela conquista da água necessária para o seu desenvolvimento demonstra a persistência e o engenho do homem na luta contra as forças da natureza. A reduzida precipitação, aliada à grande variabilidade e concentração em poucos dias, os solos arenosos de fraca capacidade de retenção e uma topografia montanhosa, constituem um cenário complicado para a captação e utilização das águas*

> *pluviais em Cabo Verde. Nestas condições, ao longo dos tempos, tem-se recorrido sequencialmente a poços de pequena profundidade, diques para captação e armazenamento de água para agricultura, furos para o abastecimento das populações, dessalinização e agora barragens de pequena e média dimensão para a agricultura. Não sendo neste momento possível imaginar novas formas de captação ou obtenção de água, urge que o estado e a população tomem consciência da necessidade de uma gestão rigorosa e cuidada dos recursos hídricos disponíveis. Nesta óptica, é urgente racionalizar a utilização das águas subterrâneas, de forma a evitar o seu continuado rebaixamento e salinização* (SHAHIDIAN, SERRALHEIRO, SERRANO, & SOUSA, 2014, p. 232).

6.3 CARATERIZAÇÃO DO SETOR DA ÁGUA NA ILHA DA BOAVISTA

Relativamente à ilha da Boavista, em Setembro de 2010 a Electra celebrou com a sociedade AEB - Águas e Energia da Boavista, S.A. um contrato, tendo por objeto a subconcessão dos serviços relativos ao transporte e distribuição de energia elétrica e água nessa ilha, autorizada pelo Decreto-lei n.º 26/2008, de 1 de setembro, transferindo para a Subconcessionária AEB os direitos e obrigações de que é titular a Concessionária, conforme o Contrato Geral.

Assim, a Electra cessou toda a sua atividade na Ilha, ficando simplesmente como acionista da AEB, cuja participação no capital social equivalente a 10% se previa que fosse realizada em 2012, em espécie, com base no património ativo, afeto à produção e à comercialização, o que não aconteceu. Esses ativos foram alvo de um processo de atualização e de re-mensuração, com inclusão de itens antes omissos na escrita, revalorização e reconhecimento de perdas por imparidade. Procedeu-se à desvinculação coletiva dos trabalhadores e prevê-se a cessão de bens postos em concessão pela Concessionária, cujos custos, por força de um Protocolo de Intenções assinado entre o Estado, a Electra, a SDTIBM, a BUCAN e a Cassa, a 25 de Janeiro de 2008, deverão merecer uma indeminização do Estado.

A AEB é uma empresa que tem a sua sede na Ilha da Boavista e tem como objeto a verticalização dos negócios de água corrente ao domicílio, energia, bem como a

exploração comercial de atividades e objetos com elas relacionadas tais como a recolha, tratamento, saneamento e depuração de águas residuais, assim como reciclagem e reutilização das águas depuradas para outros fins distintos do consumo humano. Subconcessionária da ELECTRA, é uma empresa de capital totalmente privado regida, sem restrições, por deliberação do Conselho de Administração. O serviço de saneamento de águas residuais, na ilha da Boavista é da responsabilidade do município da Boavista.

Figura 18 - Agência da empresa de águas e energia da Boavista – Sal Rei

Fonte: https://placesmap.net/CV/AEB--Águas-e-Energia-da-Boa-Vista-2711886/

6.3.1 Necessidades e disponibilidades de água na ilha da Boavista

Apesar de ser a terceira ilha do País em dimensão, as condições hidrológicas podem ser consideradas das piores quando comparadas com as outras ilhas do arquipélago. Estas condições devem-se, em parte, ao relevo pouco acidentado aliado à localização meridional da ilha.

Estes estudos elaborados por Burgeap (1974) prevêem que a construção de infraestruturas de correção torrencial, nos fundos dos vales, tais como diques de espalhamento/recarga poderiam aumentar a taxa de infiltração (em cerca de 50%), o que

implicaria um aumento de reservas hídricas de cerca de 1000m3/dia numa bacia como é a da Ribeira de Calhau. A bacia de Rabil, com camadas de aluvião pouco espessas (2 a 8 metros), poderia tornar-se um potencial reservatório ou uma zona privilegiada a valorizar. Contudo, na globalidade e de acordo com os dados recolhidos junto de diferentes organismos, as potencialidades da ilha da Boavista em termos de recursos subterrâneos são extremamente limitadas. Segundo os estudos de Burgeap (1974), as potencialidades em recursos subterrâneos rondavam os 1.200m3/dia e não fazendo, no entanto, qualquer referência aos recursos explorados, enquanto que o PNUD (Programme des Nations Unies pour le Développement, 1978), apontava para valores da ordem dos 1.600 m3/dia, em termos de potencialidades em recursos subterrâneos, dos quais 1.000 m3/dia eram explorados.

O Plano Diretor de Irrigação estima em 76 mil m3/ano, o caudal de águas subterrâneas exploradas e faz referência à existência de 69 pontos de água na ilha que fornecem um caudal de 342 m3/dia. As águas subterrâneas são geralmente de má qualidade, com teores de sais superiores a 0.7 g/l e, variando de 1.5 g/l nos poços dos aluviões a 7.0 g/l em alguns furos, não obstante a execução de projetos de construção de obras de hidráulica para espalhamento de águas de escoamento superficial e recarga, que certamente tem contribuido para melhorar a qualidade da água proveniente dos aquíferos. O estudo do balanço hídrico da Boavista estabelece, em ano médio, o escoamento superficial de 2.5 milhões m3/ano e recarga dos aquíferos subterrâneos, 1.6 milhões m3/ano. No entanto, admite-se que somente 730 mil m3/ano possam ser tecnicamente explorados em ano médio, e 300 mil m3/ano em ano seco.

Os autores Silva et al. (1990) realizaram o inventário de pontos de água em 11 localidades na ilha da Boavista, referindo valores de condutividade eléctrica dos pontos de água, a variar entre 2300 e 6000 μm/cm; ocorre assim elevada salinidade nas águas subterrâneas, com especial incidência em Rabil (Poço do Beco), Cabeço dos Tarrafes, Boa Esperança, João Galego, Banda Baixo, Fundo das Figueiras e Manuel Brito (6000 μm/cm) e com caudal de exploração a variar entre os valores de 5 m3/h a 22 m3/dia.

Em 1996 o Plano Diretor de Irrigação estimou em 76 mil m3/dia de disponibilidade hídrica. As águas subterrâneas são geralmente de má qualidade, com teores de sais superiores a 0,7 g/l e, variando de 1,5 g/l nos poços dos aluviões a 7,0 g/l em alguns furos, não obstante a execução de projetos de construção de obras de hidráulica para

espalhamento de águas de escoamento superficial e recarga, que certamente têm contribuindo para melhorar a qualidade da água proveniente dos aquíferos (MINISTERIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO, 2013a).

A ilha da Boavista apresenta indicadores muito abaixo da média nacional em termos de acesso à água potável pelas população (tabela 10). Apenas 40,8% dos domicilios têm acesso à rede pública de abastecimento, enquanto que a nível nacional a média situação nos 65,9%. Cerca de 28% recorrem ao chafariz para se abastecerem (figura 20) e um número significativo de aglomerados populacionais (30,1%) dependem, quase que a 100%, do abastecimento através de autotanques.

Figura 19 - Chafariz - abastacimento publico de água na Boavista

Fonte: https://www.buala.org/pt/cidade/nu-kre-casa-a-habitacao-como-direito-no-contexto-caboverdiano

Tratando-se de uma ilha que se encontra num rápido processo de crescimento populacional fica assim evidenciado nestes dados que a criação de condições básicas de sobrevivência (acesso à habitação, água, energia, etc.) não tem acompanhado este processo, o que se traduz na degradação da qualidade de vida dos boavistenses.

Tabela 10 - Principal Fonte de Abastecimento de Água - Boavista

	Rede Pública	Vizinhos	Chafariz	Autotanque	Outras fontes	Total
Cabo Verde	65,9	8,4	10,9	7,8	7,1	100,0
Boavista	40,8	1,1	28,0	30,1	0,0	100,0

Fonte: (INECV, 2017)

7 UM PAÍS DEZ DESTINOS: QUADRO LEGAL, NÚMEROS E PERCURSO DO TURISMO CABOVERDIANO

O turismo em Cabo Verde teve o seu início na década de 60 do século passado, ainda enquanto uma colonia da República Portuguesa, após a construção do aeroporto internacional na ilha do Sal. A construção da então Pousada Morabeza (hoje Hotel com o mesmo nome, figura 21) pela família belga Vynkier em 1967 marca o arranque da ilha do Sal como destino turístico, sobretudo do turismo balnear (devido às extensas praias abundantes na ilha) e dos desportos náuticos, que viria a acelerar-se com a estadia dos tripulantes da South African Airways que escalavam a ilha, com muitos vôos em direção à Europa e EUA[14]. Em 1986 foi inaugurado o Hotel Belorizonte, do Estado cabo-verdiano, e explorado pela rede NOVOTEL. Foi o início de alguma formação na área de hotelaria e o hotel viria a funcionar quase como um viveiro de quadros para toda a hotelaria e restauração de então (MINISTÉRIO DA ECONOMIA CRESCIMENTO COMPETITIVIDADE, 2010; MUNIZ & OLIVEIRA, 2012).

[14] Durante o período de sanções contra o Governo de Apartheid na África de Sul, os aviões da companhia aérea sul-africana South African Airways (SAA) faziam escalas de reabastecimento na ilha do Sal, chegando-se a atingir cerca de 40 voos semanais entre partidas e chegadas. Nos anos 70, Cabo Verde serviu de corredor como base avançada para a guerra colonial e muitas das negociações secretas que levaram à normalização das relações entre a África do Sul e Angola. E depois das independências foi um importante palco nas negociações sobre os conflitos na África Austral.

Figura 20 - Vista parcial Hotel Morabeza – Ilha do Sal

Fonte:https://www.kayak.co.uk/Santa-Maria-Hotels-HotelMorabeza.375514.ksp

Durante o período da Primeira República, entre 1975 e 1990, o turismo tinha um papel diminuto na economia e não fazia parte das prioridades de desenvolvimento do país. Com a abertura da economia cabo-verdiana ao investimento externo, e com a promoção desse investimento para o setor turístico, lançaram-se as bases para o crescimento do setor (SANTOS, 2009).

O 1º Plano Nacional de Desenvolvimento, PND, (1982-1985), alertava desde logo para as dificuldades que o país enfrentava, não só as que derivavam de uma independência recente, como as que advinham de uma localização periférica face ao continente africano, e da dispersão geográfica do arquipélago. Em consequência as propostas tinham como prioridade a consolidação de um modelo económico focado na industrialização nacional e na aposta no mercado interno, criando condições de base que permitissem escapar ao modelo MIRAB[15]. Contudo, a dependência face à ajuda externa manteve-se como principal, e quase única, fonte de acumulação (BERNARDO, 2015).

[15] Sigla criada por Bertram e Watters (1986), para caraterizar as sociedades das ilhas do pacífico como pequenas economias insulares dependentes de acentuados fluxos migratórios (MI), das remessas dos trabalhadores emigrados (R), da ajuda pública externa para financiar as despesas públicas (A), e de uma pesada máquina de burocracia administrativa (B). Estes autores argumentam que este sistema MIRAB não

Apesar de haver unanimidade quanto às excelentes condições da situação geográfica de Cabo Verde, o 1º PND apenas faz uma breve referência ao turismo. As fragilidades do ecossistema e da economia constituíam limitações que justificavam uma certa prudência na implementação do turismo que, na altura, apresentava um valor residual de cerca de 2% do PIB (FERREIRA, 2008).

No 2º PND (1986-1990) regista-se a criação de um sub-ponto específico dedicado ao turismo, segundo o qual o setor evidenciava então um ritmo de desenvolvimento bastante razoável. Contudo, de acordo com Santos (2009), o desenvolvimento desta atividade encontrava-se estrangulada por alguns fatores, nomeadamente,

> *dependência das importações para suprir as necessidades do setor, o que encarecia os serviços e o produto turístico, inviabilizando a obtenção de maiores ganhos; escassez de água e energia; deficiência ao nível dos transportes e falta de ligações diretas com alguns países europeus, que resultava num encarecimento da viagem para o arquipélago; escassa formação dos profissionais de hotelaria e insuficiência de estruturas de alojamento* (SANTOS, 2009, p. 32).

Ainda assim, reconheceu-se, pela primeira vez, o turismo como uma atividade importante e esperava-se que o desenvolvimento do setor permitisse gerar um excedente suscetível de contribuir para o reembolso da dívida externa, assegurar o equilíbrio da balança comercial e criar emprego. Foram então definidos alguns objetivos de longo prazo para o setor do turismo, nomeadamente, a criação de uma oferta turística de qualidade e dimensão compatíveis com as potencialidades naturais e o grau de desenvolvimento dos setores produtivos, esperando-se uma contribuição significativa para o PIB; promoção do turismo interno; aumento da capacidade hoteleira e melhoria da qualidade dos serviços através da aposta na formação profissional; organização da animação turística através da implementação de estruturas ligadas aos desportos náuticos, música e artesanato. Contudo, segundo Ferreira (2008), para a prossecução destes objetivos, exigia-se a implementação

se trata de uma fase, mas sim de uma estratégia viável a longo prazo, que procura utilizar a ajuda externa para equilibrar a Balança de Pagamentos, e complementá-la com as remessas enviadas pela população emigrada. Fonte: https://ideas.repec.org/p/ags/uqsese/165087.html, acesso em 23/02/2019

de algumas medidas setoriais, nomeadamente no que se refere ao abastecimento de água, energia, saneamento e transportes.

Apesar das limitações iniciais relacionadas com as precárias acessibilidades, a prestação de serviços e a cobertura de atividades complementares facilitadoras de uma mudança nacional integrada, registou-se uma forte aposta nos recursos nacionais, tendencialmente vocacionados para o turismo balnear ou heliotrópico, fundamentado nas potencialidades sol e praia, identificado com o princípios dos 3 S – Sun, Sea, Sand – aos quais, mais tarde, foi associado um quarto S (sex). Para estas categorias existia então procura a nível internacional, o que potenciou o desenvolvimento de segmentos específi cos que, contudo, com o tempo, foram geradores de efeitos menos desejáveis, tanto pela sobrecarga no ambiente costeiro e marinho, como pelo aproveitamento de recursos humanos e de capacidades de forma não contabilizada (BRITO, LOLOUM, RAMOS, ALARCÃO, & DUARTE, 2010).

Em 1991, com a realização das primeiras eleições legislativas que colocariam no poder o Movimento para a Democracia (MPD), o novo governo procurou sobretudo apontar baterias para o sistema económico mundial e nesse sentido o 3º PND (1992-1995), apostou num mercado externo, numa dinâmica que procurava inserir o país no mercado global através do incentivo do investimento privado e liberalização da economia. É neste contexto que o turismo começa verdadeiramente a ganhar um papel de destaque na estratégia de desenvolvimento.

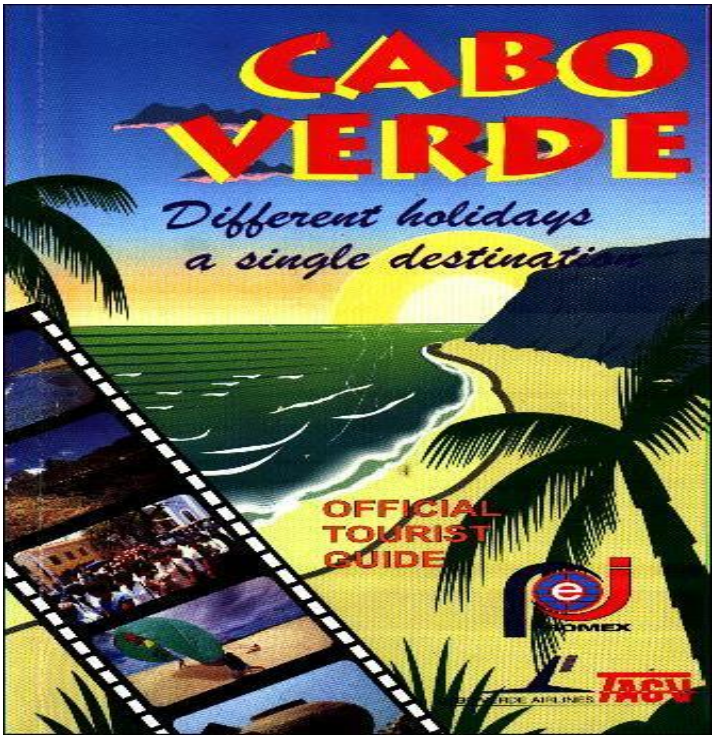
Paralelamente deu-se inicio à criação da legislação necessária para o incremento desta atividade com a publicação da Lei de Bases do Turismo[16] e de uma sequência de reformas que irão culminar com a criação das Zonas Turísticas Especiais (ZTE). Contudo, o objetivo de infraestruturação destas áreas de interesse para o turismo, que está subjacente a esta categoria, não pode ser dissociado de outras necessidades, como sejam uma planificação adequada e um controlo do desenvolvimento turístico destas áreas. Nesse sentido, exige-se a elaboração dos Planos de Ordenamento Turístico (POT) para estas zonas (FERREIRA, 2008; MORAIS, 2016).

É ainda nesse período que nasce o Instituto Nacional do Turismo de Cabo Verde (INATUR)[17] para definir, coordenar e executar medidas e ações políticas para o setor, entre

[16] Lei nº 21/IV/91
[17] Decreto-Lei n.º 1/93, de 1 de fevereiro

os quais, a promoção turística do país e a gestão e administração das ZDTI e ZRPT. A promoção do investimento passou a ser necessária e a existência de uma instituição para se dedicar ao propósito ainda mais (figura 22). Assim, é iniciado em 1995 a primeira de sucessivas transformações. O INATUR é extinto, para dar lugar à institucionalização do Centro de Promoção Turística, dos Investimentos e das Exportações (PROMEX)[18].

Figura 21 - Guia de Promoção Turística (finais da década de 1990)



Fonte: http://www.caboverde.com/ilhas/from-e.htm

No 4º PND (1997-2000) assistiu-se a um reforço desta postura de liberalização, através da privatização de empresas públicas, e aposta na economia internacional. Neste sentido foi aberta a porta para o investimento privado e reduzida a intervenção estatal, e disponibilizaram-se cerca de 10% das verbas para a aplicar ao Turismo (BERNARDO, 2015). Este Plano consagrava o turismo como uma das áreas de maior potencial e previa como objetivos: a valorização dos recursos turísticos naturais, o desenvolvimento de um turismo de qualidade e o aumento da contribuição do setor para o equilíbrio das contas externas. Apesar de, nesta altura, ter havido um crescimento dos fluxos turísticos, de acordo

[18] Decreto-Lei n.º 55/95, de 16 de outubro

com Santos (2009), mantiveram-se alguns constrangimentos como a degradação do meio natural pela intervenção humana, a insuficiente proteção da fauna e da flora, a falta de um padrão de controlo da qualidade relativa ao alojamento e restauração, a escassez da oferta ao nível da animação cultural e a necessidade de uma campanha de imagem relativamente ao destino Cabo Verde.

Contudo, independentemente das condicionantes acima apontadas, o turismo consolidava-se nas estratégias das autoridadades como fundamental para a dinamização da atividade económica e social de Cabo Verde. Os objetivos para o turismo eram então: a valorização dos recursos turísticos nacionais, tentando evitar o turismo de massas e captando um turismo de elite; o aumento da contribuição do setor para o PIB através da competitividade no mercado turístico internacional e a dinamização do turismo interno.

Pretendia-se atingir estes objetivos através da implementação de vários sub-programas: construção de infraestrutura, reabilitação do património histórico e cultural e promoção de Cabo Verde como destino turístico. Enquadrado no plano do governo, o documento As Grandes Opções do Plano (GOP), expõe as linhas condutoras da política de desenvolvimento do país. Aí encontramos uma referência explícita ao turismo: Pode-se dizer que o futuro da economia cabo-verdiana reside no setor de serviços, sendo o desenvolvimento dos serviços internacionais a vertente a privilegiar, e destacando-se o turismo como a área de maior potencial e que poderá dar uma melhor contribuição ao desenvolvimento do país (FERREIRA, 2008; SANTOS, 2009).

No 5º PND, (2002-2005), implementado com o regresso do PAICV ao poder, procurou-se executar os seguintes subprogramas: aumento da eficiência da administração pública; diversificação dos produtos turísticos; formação de recursos humanos para o setor; desenvolvimento do turismo da Boavista e do Maio; uma planificação turística mais eficaz na promoção de investimentos no setor e que assegure um desenvolvimento sustentável do turismo na ilha do Sal e nas ZTE.

De modo geral o 5º PND segue as linhas definidas nas GOP e que consiste em "Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento e alargar a base produtiva". São referidos, uma vez mais, as vulnerabilidades ao nível do saneamento básico e do abastecimento de água e energia, reconhecidas como um importante constrangimento ao desenvolvimento do turismo e são também mencionados, quer as fragilidades, quer os incrementos realizados no setor dos transportes.

Inseridos neste programa, figuraram vários sub-programas, a saber: a) Aumento da eficiência da administração turística, cujos objetivos são: salváguardar os interesses públicos e sócio-ambientais no desenvolvimento do turismo, capacitar a administração turística e rever as leis sobre o turismo. b) Diversificação dos produtos turísticos, que pressupõe a promoção de um turismo desconcentrado e o envolvimento das comunidades locais no desenvolvimento dos projetos. c) Formação de recursos humanos para o setor. d) Desenvolvimento do turismo integral da Boavista e do Maio, que passa por melhorar o ordenamento turístico. e) Planificação turística, com os objetivos de tornar eficaz a promoção de investimentos no setor e assegurar um desenvolvimento sustentável do turismo na ilha do Sal e nas ZTE.

As medidas propostas neste Plano são a elaboração do Plano Nacional Estratégico do Turismo, dos Planos Operacionais de Desenvolvimento Turístico do Sal e das ZTE das ilhas de S. Nicolau, S. Vicente e Santiago, o recrutamento de consultores e a elaboração de estudos nesta área. Neste Plano estão expressas intenções de promoção do ecoturismo, do turismo de habitação, rural, cultural, histórico, de congressos, bem como da gastronomia e dos desportos náuticos e também o desígnio da criação de uma Escola de Hotelaria e de um Instituto Superior de Turismo e Hotelaria.

O turismo foi assim progressivamente ganhando importância enquanto instrumento estratégico de desenvolvimento, ainda que as condições indispensáveis para a sua implementação não estivessem totalmente asseguradas, inviabilizando um progresso mais célere, integrado e sustentado do setor. Sendo o turismo uma atividade inter-relacionada com outros setores, importa notar que o sucesso da sua implementação depende de outras estruturas de suporte, nomeadamente, o desenvolvimento do setor das infraestrutura e transportes é condição indispensável do incremento turístico.

Em 2003 já representava 10% do PIB cabo-verdiano. A receita do turismo apresenta um saldo positivo na balança de pagamentos a partir de 1999, e a participação deste setor de atividade nos serviços tem evoluído de forma Positiva, chegando a atingir, em 2003, 41.60% do crédito total dos serviços (tabela 11).

Tabela 11 - Evolução dos principais indicadores do turismo (1995-2003)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Receitas do Turismo (milhões de CVE)	745	897	1.553	1.983	2.901	4.686	6.539	6.986	8.152
Contribuição para o PIB (%)	2,0	2,2	3,3	3,8	4,8	7,3	9,4	9,4	10,1
Participação no Serviços (%)	13,1	13	23,4	23,4	26,6	37,3	40,1	37,6	41,6

Fonte: adaptado de Cabral (2005)

A atividade turística empregava cerca de 3.516 pessoas em 2003. Os empregos gerados concentravam-se essencialmente nas ilhas do Sal, Boavista, Santiago e São Vicente. Contudo, cerca 62% desta mão-de obra concentrava-se em apenas duas ilhas, Sal e Boavista, demograficamente pouco representativas da população total cabo-verdiana. Esta condicionante tem, desde logo, o efeito de limitar o impacto do turismo na redução da pobreza em Cabo Verde. Saliente-se, no entanto, que no contexto do crescimento do setor já na altura começou-se a assistir a uma deslocação da mão de obra nacional para estas duas ilhas (CABRAL, 2005).

Para estes dados muito contribuiu a evolução do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) que não obstante as oscilações registadas, principalmente devido à conjuntura internacional, passou de 32.600 milhões ECV em 1995 para 196.438 milhões ECV em 2002 (ver tabela 12). A maior fatia dos investimentos tem-se direcionado para o turismo, principalmente para a construção de novas unidades hoteleiras (FERREIRA, 2008).

Tabela 12 - Investimento direto estrangeiro por setores de atividade (%)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Turismo	20	9,3	76,6	73,1	89,1	41,7	86,8	63,3
Industria Transf.	32	40	9,9	8,9	10,9	12,3	9,9	17,5
Outros Setores	48	50,7	13,5	18	0	45,9	3,3	19,2
Total (milhões ECV)	32600	49313	49020	232372	135288	162346	17858	196438

Fonte: adaptado de Ferreira (2008)

De acordo com Cabral (2005), a maior absorção de IDE pelo turismo deve-se, em parte, ao aproveitamento dos incentivos[19] e garantias que foram criados, nomeadamente; isenções fiscais, isenções aduaneiras e com quase total liberdade de repatriamento dos capitais investidos. A estes incentivos e garantias junta-se a vantagem de poder aproveitar a mão de obra disponível relativamente instruída

Em 2004 foi extinta a PROMEX e em seu lugar criou-se a Cabo Verde Investimentos (CI)[20], que passa ser a organização responsável pela promoção e facilitação do investimento em Cabo Verde. A sua principal função era de estimular o desenvolvimento, expansão e crescimento da economia, promovendo Cabo Verde como um centro competitivo de negócios. Com este propósito foi criado a Plataforma Eletrónica "Balcão Único de Investimento" que seria crucial para a promoção, fixação e acompanhamento do investimento no país. A plataforma pretendia imprimir uma maior eficiência e eficácia aos processos de investimento, melhorando o entendimento e a comunicação entre a CI, os seus clientes e outros intervenientes, organismos públicos e privados, promotores de projetos de investimentos nacionais e estrangeiros. A plataforma

[19] O acesso à atividade turística é livre e aberta a nacionais e estrangeiras existido um enquadramento legal favorável para investimento no turismo atribuindo-se benefícios adicionais ao abrigo do Estatuto de Utilidade Turística . Adicionalmente, para "empreendimentos imobiliário-turísticos" de grande dimensão, podem ser negociadas condições especiais por "Convenção de Estabelecimento" com o Estado caboverdeano as quais regem um conjunto de atribuições mútuas (regalias e compromissos) das partes envolvidas.
[20] Decreto-Lei n.º 40/2004, de 11 de outubro.

se assentava na celeridade e desburocratização do processo de investimento, garantindo que o mesmo seja concluído num período máximo de 75 dias.

Até 2005 Cabo Verde contava apenas com um aeroporto internacional, situado na ilha do Sal. Atualmente, são já quatro, distribuídos pelas ilhas de Santiago, Boavista, São Vicente e Sal. Para além disso, com a liberalização do setor dos transportes aéreos, passou a haver uma maior oferta de voos internacionais, cujo monopólio era partilhado pelos Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV) e os Transportes Aéreos Portugueses (TAP) até há pouco tempo. Hoje, existem várias companhias a voar para Cabo Verde, nomeadamente *low cost*, e os voos charter têm também crescido consideravelmente. Quanto aos transportes marítimos, ainda que com algumas oscilações, têm sido alvo de algumas melhorias. E no que diz respeito à rede rodoviária, os incrementos que têm sido efectuados, quer de reabilitação, quer de ampliação, são assinaláveis. Também o transporte inter-ilhas (aéreo e marítimo), ainda insatisfatório, constitui uma das grandes apostas, pois permitirá incrementar o fluxo interno de turistas no arquipélago. Outras das debilidades notadas é a falta de uma mão de obra qualificada e dotada das competências necessárias para um serviço de qualidade, o que ainda representa atualmente um défice assinalável na indústria turística do país (CABRAL, 2005; FERREIRA, 2008; SANTOS, 2009).

Até 2005, as grandes unidades hoteleiras resultaram de investimentos externos, nomeadamente de capitais italianos, mas onde pontificaram também investimentos portugueses através do GRUPO OÁSIS ATLÂNTICO e do HOTEL TRÓPICO do GRUPO PESTANA, seguidos por outros promotores, igualmente europeus e os espanhóis. Um novo fenómeno ocorreu a partir de 2006 com a chegada massiva de capitais britânicos (ingleses, irlandeses e escoceses), em parceria com empresários caboverdeanos, para construção de "resorts" e habitações de luxo (2ª habitação) cujos empreendimentos deveriam estar concluídos entre 2010 e 2012[21]. A verdade é que por razões diversas, entre a crise internacional de 2008 e motivações especulativas dos "promotores" destes empreendimentos, a maior parte destes acabaram por não se concretizar.

Ainda neste período foi criada a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio, SA (SDTIBM). Trata-se de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que reúne como sócios o Estado de Cabo Verde os Municípios

[21]Fonte:http://www.portugalcaboverde.com/item2_detail.php?lang=1&id=100&id_page=95&id_channel=33, acesso em 23/02/2019

da Boavista e do Maio, com 51%, 35% e 14% do capital social, respetivamente. O objetivo da SDTIBM consiste no planeamento físico, na gestão e administração das Zonas Turísticas Especiais (ZTE) nas Ilhas da Boavista e do Maio, constituídas por Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e por Zonas de Reserva e Proteção Turística (ZRPT), com vista à promoção e desenvolvimento do turismo[22].

A partir de 2011/12 assistiu-se ao retorno gradual de investidores como os britânicos TRG-The Resort Group, o Grupo RIU e marcas de gestão hoteleira como o HILTON e a MELIÁ. O seu destino tem sido exclusivamente as ilhas do Sal e da Boavista, apresentando um bom conjunto de investimento previstos para os próximos anos.

Os empresários caboverdeanos, atentos ao potencial e evolução positiva do setor e cada vez mais conscientes do seu papel no desenvolvimento de Cabo Verde têm aumentado os seus investimentos em estabelecimentos de pequeno porte (20 a 30 quartos) oferecendo sensações diferentes ao inserir os visitantes nas comunidades dando-lhes a conhecer os costumes e tradições com vantagens para a economia local. A aposta estende-se à restauração, ao artesanato, à animação cultural e aos transportes rodoviários

Em 2007 o turismo atingiu um volume de receitas correspondente a 23% do PIB do país, e foi responsável por 90% dos investimentos externos . O país recebeu de 333 mil turistas em 2007, quando em 1990 havia recebido pouco mais e 21 mil turistas (INECV, 2015). Esta rápida ascensão demonstra o impacto de uma aposta de fundo no setor. No ano seguinte, os principais emissores de turistas foram o Reino Unido, Itália e Portugal, estes totalizando 56,7% do total de turistas (INECV, 2015).

Para fazer face às limitações em termos de quadros qualificados foi inaugurado em 2011 a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV). O setor do Turismo conheceu uma forte expansão em Cabo Verde e o Governo, com base na sua política de desenvolvimento socioeconÓmico do país, tem feito fortes investimentos no setor, que constitui a principal fonte geradora de oportunidades de emprego, principalmente para os jovens . A EHTCV surge para colmatar as lacunas existentes no mercado turístico cabo-verdiano, que carece de mão de obra qualificada e contribuir para a melhoria qualitativa da oferta turística no país. A escola atualmente oferece quatro cursos profissionalizantes, nas áreas de cozinha e pastelaria, Restaurante e bar, receção hoteleira e técnico de agência de

[22] Fonte: http://www.sdtibm.cv, acesso em 19/12/2018.

viagens e turismo. A duração dos cursos varia de 9 a 10 meses e funcionam em período diurno. Destinam-se a jovens que procuram um ensino mais prático e voltado para o mundo do trabalho, tendo em vista uma rápida integração no mercado.[23]

Figura 22 - Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde

Fonte: http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=17850

É no quadro na VII Legislatura (2006-2011) que é posto em prática, o primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (PEDT), que vigorou entre 2010 e 2013 e traduziu-se na visão do governo de Cabo Verde de se ter um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, que contribua efetivamente para melhorar a qualidade de vida dos caboverdianos, sem pôr em risco os recursos para a sobrevivência das gerações futuras (MINISTÉRIO DA ECONOMIA CRESCIMENTO COMPETITIVIDADE, 2010). Essencialmente, o PEDT previa alcançar, até 2013, quatro

[23] Fonte: http://www.ehtcv.edu.cv/, acesso em 23/10/2018

propósitos principais: atingir um fluxo anual de 500 mil turistas estrangeiros; aumentar o emprego direto em cerca de 60%; aumentar a participação do setor no PIB; e aumentar substancialmente os seus benefícios para a população.

Porém, mesmo os setores de crescimento rápido, tal como o turismo, são afetados negativamente pelos constrangimentos que a economia cabo-verdiana enfrentava na altura. Neste sentido o Programa de Governo para a VIII legislatura (2011-2016) aponta dois objetivos fundamentais a serem alcançados. Primeiro, passar do turismo de massa para o turismo de elevado valor acrescentado; segundo, aumentar a contribuição do turismo para a economia nacional. Neste sentido, era importante reforçar a ligação do turismo com a economia nacional e assegurar uma participação cabo-verdiana mais alargada no setor (GOVERNO DE CABO VERDE, 2011).

Coloca-se, ainda, a necessidade de diversificar as ofertas, de implementar uma promoção turística sofisticada e eficiente e de assegurar que todas as ilhas participem no desenvolvimento do setor do turismo (figura 24). Neste sentido foi revisto o quadro institucional do setor para uma melhor racionalização das Instituições existentes e para reforçar a capacidade de coordenação, planeamento e gestão do desenvolvimento do setor do turismo.

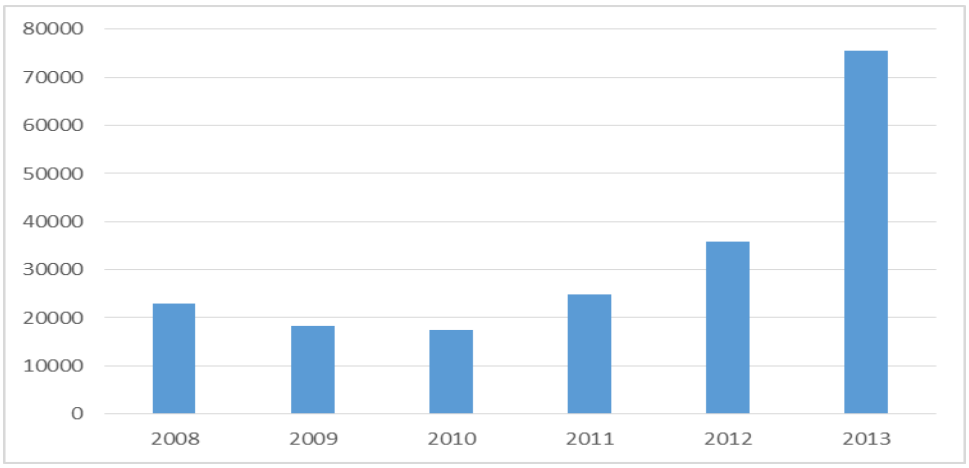
Figura 23 - Slogan de Promoção Turística lançado em 2010

Fonte: http://www.almalusaviajes.com/almalusa/viajes-alma-lusa-cabo-verde

Igualmente importante durante a VIII legislatura seria a preocupação com a integração das áreas rurais no processo de transformação económica do país. Duas ideias fundamentais se sobresaem no Programa do Governo: o empoderamento dos pobres e o dos que vivem nas zonas rurais, para aumentarem a sua capacidade produtiva. Aqui se incluem programas para facilitar a capacitação, para promover o acesso a recursos financeiros e às infraestrutura e serviços sociais; desenvolvimento de programas específicos para ligar as áreas rurais ao setor do turismo através da cadeia de valor e para promover o turismo rural e ecológico. A expansão do turismo às áreas rurais seria feito através da promoção de *linkages* com as políticas e programas de habitação, permitindo aos pobres e aos habitantes das zonas rurais participar no turismo e noutros setores da economia. Do leque de áreas priorizadas, de acordo com o gráfico 5, o turismo de cruzeiro foi o segmento que mais cresceu ao longo da legislatura passando de 22.909 passageiros em 2008 para 75.643 em 2013. Aliás o ano de 2013 apresentou valores superiores aos esperados para o turismo de cruzeiros do país com um crescimento de 111% face a 2012, no que respeita ao número de passageiros. Porto Grande (Mindelo, Ilha de São Vicente)

continua a liderar os indicadores de turismo de cruzeiros de Cabo Verde, mas nos últimos anos tem visto o seu peso no total reduzido. Tal explica-se pelo aumento de tráfego nas restantes ilhas, nomeadamente na Ilha de Santiago e na Ilha de Santo Antão.

Gráfico 5 - Total de número de passageiros de navios-cruzeiro (2008-2013)



Fonte: http://www.enapor.cv/page/estatisticas-consolidada

As eleições legislativas de 2016 ditaram o regresso do MPD ao poder, contudo, a linha de atuação e as prioridades para o desenvolvimento do turismo não sofrem grandes alterações. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021, documento que materializa o Programa do Governo da IX Legislatura, no seu segundo objetivo "Garantir a Sustentabilidade Económica e Ambiental", relata a importância do turismo para Cabo Verde, uma vez que, sendo este setor o atual motor da economia, deve ser o catalisador ao qual os outros setores deverão ser atrelados (GOVERNO DE CABO VERDE, 2017).

Nesta sequência o PEDS aponta dois objetivos a atingir pelo turismo de Cabo Verde ao longo da legislatura: O primeiro objetivo, é continuar a contribuir para equilibrar a Balança de Pagamentos, nomeadamente como alternativa à redução dos fluxos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Para se alcançar este objetivo, segundo o PEDS, será essencial agir, no imediato e com perseverança, para corrigir os efeitos indesejáveis dos fluxos migratórios intensos para as Ilhas do Sal e da Boavista, designadamente nos domínios do emprego, da saúde, da educação, da habitação, da água, da energia, do saneamento e do urbanismo. É essencial, ainda, garantir, nestes dois destinos, elevados

padrões de segurança turística e minimizar os impactes ambientais negativos decorrentes, em particular, da ação do homem.

O segundo objetivo é fazer de Cabo Verde um destino de referência mundial de turismo sustentável, conhecido dos cidadãos dos mercados emissores, com produtos diversificados e alicerçados na geografia de cada uma das ilhas e na História, na Cultura e na Natureza. No âmbito desta segunda dimensão, a diversificação de mercados emissores, de destinos, de operadores, de produtos, de infraestruturas de acolhimento e a redução/eliminação de sazonalidades são objetivos essenciais.

Paralelamente ao desenvolvimento do turismo, setores-chave identificados devem ser desenvolvidos, numa ótica de promoção da produção interna e exportações. São estes setores: as pescas, a agricultura, a indústria ligeira e as industria criativas. A interligação destes setores com o turismo tem um potencial incalculável para a sustentação económica de Cabo Verde, assim como um contributo inestimável para o bem-estar da população cabo-verdiana.

Para completar o objetivo de garantir a sustentabilidade da economia nacional, as estratégias particulares para infraestrutura e transportes, energia, ordenamento territorial, ambiente e biodiversidade, são descritas. O desenvolvimento de infraestruturas e meios de transporte está definido como uma das prioridades, de modo a garantir a segurança, eficiência e qualidade na circulação de pessoas e bens.

7.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO TURISMO EM CABO VERDE

Na sequência da remodelação governamental ocorrida a 5 de janeiro de 2018[24] foi criado o Ministério do Turismo e Transportes (MTT). Em consequência, a Lei Orgânica do Governo[25] determinou que incumbe a este Ministério prosseguir atribuições em matéria de políticas de turismo, transporte aéreo, segurança aérea e comunicações postais. Assim as estruturas do turismo e do transporte aéreo que faziam parte do extinto Ministério da Economia e do Emprego, passaram para a tutela do novo ministério.

[24]Fonte:http://www.governo.cv/index.php/destaques/8818-remodelacao-governamental-estamos-mais-fortes-para-servir-e-desenvolver-cabo-verde-primeiro-ministro, acesso em 1 de março de 2019

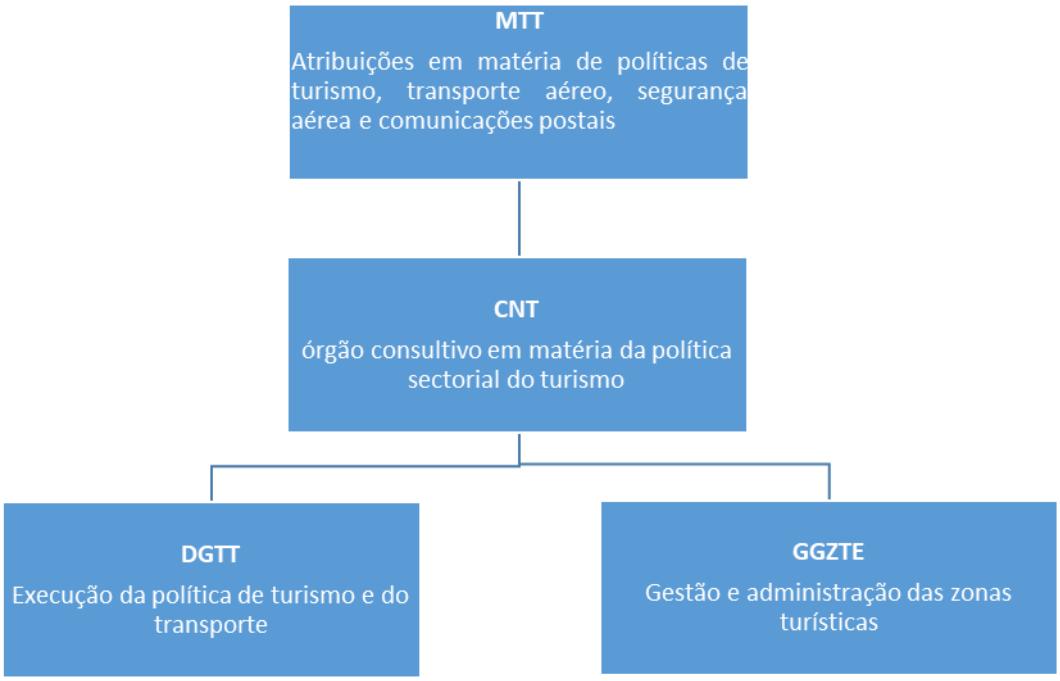
[25] Decreto-lei nº 18/2018 de 23 de abril

Atualmente a estrutura institucional do turismo de Cabo Verde tem a seguinte composição:

- O Conselho Nacional do Turismo (CNT) - órgão consultivo em matéria da política setorial do turismo, composto por representantes dos diferentes subsetores da atividade económica respetiva, e tem por função assessorar o membro do Governo responsável pelo setor.
- A Direção Geral do Turismo e Transportes (DGTT) - é responsável pela conceção, avaliação e execução da política de turismo e do transporte aéreo, em estreita articulação com os serviços e organismos do setor. É ainda responsável pela dotação do setor de um corpo de normas adequado e sua conseqüente fiscalização. A DGTT conta na sua estrutura interna com uma direção de serviço (DST) que opera em estreita articulação com os demais serviços e organismos do setor.
- Gabinete de Gestão das Zonas Turísticas Especiais (GGZTE) - é o serviço responsável pela gestão e administração das zonas turísticas, nos termos da lei.

O MTT tem ainda competências de superentendência no toca à gestão do Fundo de Sustentablidade Social para o Turismo.

Figura 24 - Estrutura Institucional do Turismo



Fonte: adaptado de (MINISTÉRIO DA ECONOMIA CRESCIMENTO COMPETITIVIDADE, 2010)

Contudo, apesar das várias medidas de re-estruturação o quadro institucional tem apresentado sérias deficiências no desempenho das suas funções na busca pelo desenvolvimento sustentável do turismo, como atividade económica relevante para Cabo Verde.

De acordo com o diagnostico levado a cabo no âmbito da elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010/2013),

> A DGTT não tem recursos nem estrutura capaz de assumir todas as responsabilidades de administrar o turismo, não obstante o turismo ser considerado uma atividade motora do desenvolvimento de Cabo Verde. A Direção Geral de Turismo possui um quadro de pessoal reduzido e não tem um orçamento autónomo – o que restringe a sua capacidade quanto à realização das suas funções de maneira adequada (MINISTÉRIO DA ECONOMIA CRESCIMENTO COMPETITIVIDADE, 2010).

Acrescentariamos ainda que à par da carência de quadros qualificados, os existentes estão concentrados na Cidade da Praia. A inexistência de estruturas descentralizadas, sobretudo nas ilhas com maior dinamica turística, acaba por ser um reflexo das ineficiências de todo o setor.

Também ao nível da promoção e divulgação do destino Cabo Verde nos países emissores de turismo há ajustes a serem feitos. A *CV tradeinvest*, entidade criada com a extinção da Cabo Verde Investimentos (CI), a quem tem sido atribuída essa responsabilidade, desempenha funções e objetivos com caraterísticas diferentes e passíveis de confusão. A *CV tradeinvest,* tem priorizado a atração de investimento direto estrangeiro, o que é natural; Evidência-se a falta de estudos de mercado quantitativos e qualitativos e alguns dos dados disponíveis, tais como os dados alfandegários, não estão segmentados de forma a serem incluídos nas estatísticas de turismo produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística; O quadro de política legal está desatualizado e precisa ser revisto.

Figura 25 - Logótipo e slogan da Cabo Verde Tradeinvest

Fonte: https://cvtradeinvest.com/

Igualmente é importante ressaltar que as Câmaras Municipais que atualmente têm poderes para aprovar ou licenciar empreendimentos turísticos que não requeiram a aplicação do Estatuto de Utilidade Turística, devem atuar em conformidade com as diretrizes de uma Política Nacional de Turismo, definida pelo Governo Central.

Um outro órgão que pode desempenhar um papel importante no planeamento do turismo, no país, é o Conselho Nacional do Turismo (CNT). O CNT é um importante órgão consultivo, que inclui personalidades de diversas instituições públicas e privadas, cujo papel é assegurar a participação dos representantes da atividade económica privada na conceção, acompanhamento e avaliação das políticas prosseguidas pelo Ministério, contudo é preciso que o mesmo funcione em pleno e realize regularmente as reuniões ordinárias.

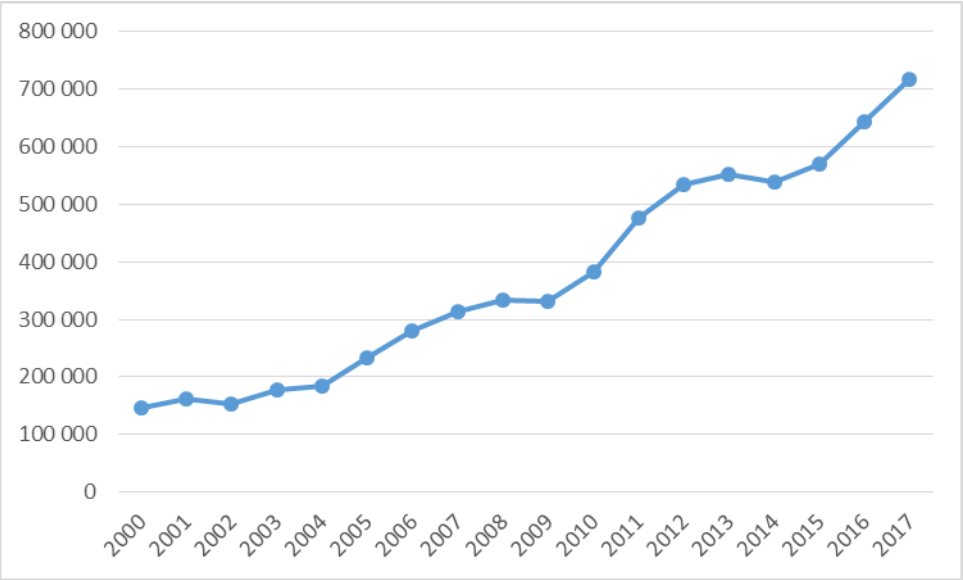
7.2 A OFERTA E A PROCURA TURÍSTICA CABO-VERDIANA

De acordo com o gráfico 6, de 2000 a 2017, a procura turística cresceu cerca de 494% (145.076 para 716.775), registando um crescimento positivo todos os anos, à exceção dos anos 2002 (-6,2%), 2009 (-0,9%) e 2014 (-2,3%). Por outro lado, 2005 e 2011 foram os anos em que se atingiu o pico, com taxas de crescimento de 26,4% e 24,5% respetivamente, face aos anos anteriores.

Esses números revelam que depois de um período de abrandamento (2012 a 2015) o fluxo turístico tem-se caraterizado por uma certa estabilidade, com tendência de crescimento nos últimos anos. Apesar de não ser consensual os possíveis efeitos negativos da crise financeira mundial de 2008/2009 sobre o mercado emissor de turistas poderá estar na origem da redução de entradas nos anos em cima apontados e que nos anos seguintes se pontuam pela recuperação de alguns mercados tradicionais mais afetados pela crise, designadamente Itália e Portugal (MORAIS, 2016).

Entretanto vários outros fatores, nomeadamente a deficiente diversidade de oferta turística complementar, a reconquista da estabilidade política e social por parte de alguns destinos concorrenciais do Norte de África, o aumento da carga fiscal para o setor, consubstanciado pela introdução da Taxa Turística e pelo aumento do IVA, e até o temor provocado pelo vírus do Ébola, epidemia que, embora não tenha afetado o país, atingiu alguns países vizinhos da África Ocidental, poderão ter tido influência na oscilação do fluxo de entrada de novos turistas (MORAIS, 2016; SANTOS, 2009).

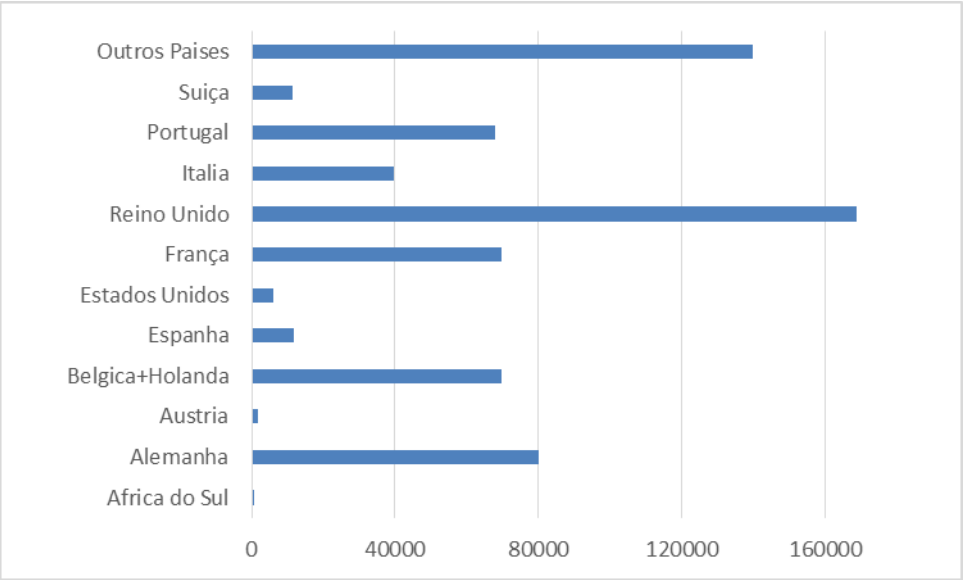
Gráfico 6 - Evolução da procura turística em Cabo Verde (2000-2017)



Fonte: Inquérito Mensal à Movimentação de Hóspedes (INECV)

A procura turística cabo-verdiana tem sido historicamente concentrada sobretudo na Europa Ocidental. Até 2001 a maioria dos turistas que visitaram o país era de origem Portuguesa (FERREIRA, 2008; MORAIS, 2016). Entretanto a partir de meados do ano 2000 o número de entrada de turistas provenientes da italia superou os portugueses. Entretanto, de 2007 a 2012 os principais mercados emissores passaram a ser o Reino Unido (25,6%), Itália (14,4%), Alemanha (14,1%) e Portugal (12,9%). Segundo os dados do INECV, Reino Unido continua a ser o principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde (com 23,6% do total das entradas em 2017), seguido pela Alemanha (11,2%), França e paises baixos (ambos com 9,7%) e Portugal (9,5%). O mercado italiano parece estar em declinio, representando atualmente apenas 5,5%. Os residentes em Cabo Verde representam apenas 6,6% dos hóspedes (INECV, 2017)

Gráfico 7 - Hóspedes por país de residência (2017)



Fonte: (INECV, 2017

Quanto às dormidas, o Reino Unido também lidera, tendo registado 31,3% do total das dormidas nas unidades hoteleiras em 2017, seguido pela Alemanha e os Paises Baixos (ambos com 11,5%), Portugal (7,8%) e França (7,7%). As dormidas dos residentes no país equivalem a apenas 2,8% do total (ver tabela 13).

Tabela 13 - Dormidas por país de residência (2017)

País de residência habitual	Total	%
Cabo Verde		
Cabo-verdianos	130 504	2,8
Estrangeiros	7 655	0,2
Estrangeiros		
Africa do Sul	1 090	0,0
Alemanha	526 985	11,5
Áustria	8 618	0,2
Belgica+Holanda	529 271	11,5
Espanha	47 605	1,0
Estados Unidos	16 782	0,4
França	353 888	7,7
Reino Unido	1 440 460	31,3
Itália	277 231	6,0
Portugal	356 868	7,8
Suíça	59 521	1,3
Outros Países	840 999	18,3
Total	**4 597 477**	**100,0**

Fonte: (INECV, 2017)

Por razões historicas já apontadas, a ilha do Sal tem dominado em todos os dominios no que se refere à atividade turística, exceto em três anos (2011, 2012 e 2013) em que a ilha da Boavista conseguiu interromper esse longo ciclo, entretanto novamente recuperado pelo Sal nos anos seguintes, tendo acolhido 47,9% do total das entradas em 2017, enquanto para a Boavista fixou-se nos 28,8%. Portanto em conjunto estas duas ilhas representam um total 76,7% das entradas no país, o que comprova a existência de uma grande concentração dos investimentos turísticos num reduzido número de ilhas.

A ilha de Santiago, apesar de ser a maior do país (em termos territoriais e demográficos) representa atualmente apenas 10,9% das entradas de turistas, seguido por São Vicente (o segundo maior centro urbano de Cabo Verde) com 6,3%. As demais ilhas apresentam números residuais e no total são recetoras apenas cerca de 6% das entradas (ver tabela 14).

Estes dados nos indicam que sol e praia é ainda de longe o segmento dominante, apesar da aposta em segmentos alternativos, nomeadamente, no turismo de natureza, cultural, de cruzeiros e desportivo.

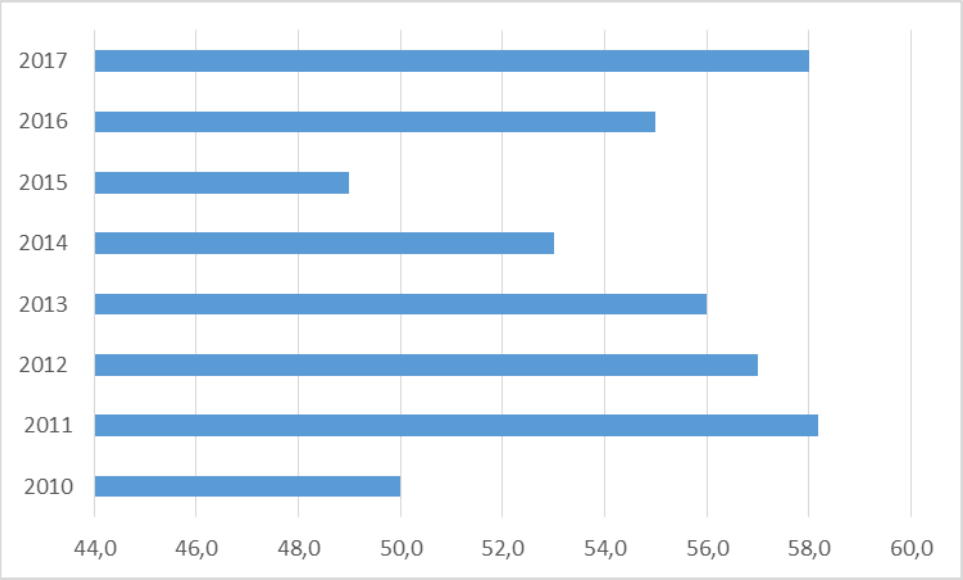
Tabela 14 - Hóspedes por ilha e país de residência (2017)

País de residência habitual	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total	%
Cabo Verde											
Cabo-Verdianos	5 180	7 780	758	11 461	3 479	919	14 205	2 857	744	**47 383**	**6,6**
Estrangeiros	80	480	1	202	408	67	450	9	2	**1 699**	**0,2**
Estrangeiros											
Africa do Sul	6	50	6	36	1	0	463	0	2	**564**	**0,1**
Alemanha	3 737	4 265	121	29 470	33 027	132	6 666	2 524	129	**80 071**	**11,2**
Áustria	80	449	8	440	314	1	492	129	11	**1 924**	**0,3**
Belgica+Holanda	2 000	4 778	127	39 392	20 480	32	2 504	329	38	**69 680**	**9,7**
Espanha	547	2 002	54	4 546	678	24	3 754	330	17	**11 952**	**1,7**
Estados Unidos	50	885	2	813	567	18	3 283	282	58	**5 958**	**0,8**
França	11 366	12 005	445	20 669	13 268	213	7 781	3 521	449	**69 717**	**9,7**
Reino Unido	296	1 429	78	86 731	78 091	9	1 787	464	11	**168 896**	**23,6**
Itália	255	986	64	24 795	11 595	85	1 553	205	19	**39 557**	**5,5**
Portugal	638	4 140	73	25 886	16 382	59	20 279	373	52	**67 882**	**9,5**
Suíça	615	1 698	49	4 853	1 744	66	1 894	472	16	**11 407**	**1,6**
Outros Países	1 230	4 525	55	93 917	26 580	44	13 274	425	35	**140 085**	**19,5**
Total	**26 080**	**45 472**	**1 841**	**343 211**	**206 614**	**1 669**	**78 385**	**11 920**	**1 583**	**716 775**	**100,0**
%	**3,6**	**6,3**	**0,3**	**47,9**	**28,8**	**0,2**	**10,9**	**1,7**	**0,2**	**100,0**	

Fonte: (INECV, 2017

A taxa de ocupação-cama também tem tido uma evolução que tem sido positiva. Em 2010, este indicador, que permite avaliar a capacidade média hoteleira utilizada, gerou um resultado de 50%. Já em 2014, no cômputo geral essa taxa foi de 53%, valor, ainda assim, ligeiramente inferior ao de 2013 (56%). Em 2017 registou-se uma taxa de ocupação de 58%, valor que se aproxima do pico maximo até agora alcançado e que foi de 58,2% no ano de 2011.

Gráfico 8 - Evolução da Taxa de Ocupaçâo dos Estabelecimentos Hoteleiros (2010-2017)



Fonte: (INECV, 2017)

Os dados referentes a 2017 nos indicam que Boavista lidera com uma taxa de ocupação de 85%, seguido por Sal com 66%. Santiago, Santo Antão e São Vicente seguem a asseguir com 19%, 21% e 23% respetivamente. Ainda conforme a tabela 15 os principais centros urbanos representam uma importante fatia do turismo de negocios enquanto que Santo Antão e Fogo (14%) têm apresentado uma evolução positiva no segmento do turismo rural e de montanha. São Nicolau é a ilha com a taxa de ocupação mais baixa do país.

Tabela 15 - Taxa de ocupação (%) por ilha e tipo de estabelecimento (2017)

Ilha	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Residenciais	Total
S. Antão	27	16	27	-	44	18	**21**
S. Vicente	26	27	18	12	-	23	**23**
S. Nicolau	-	9	-	17	-	13	**10**
Sal	71	20	-	29	46	22	**66**
Boavista	91	19	-	17	-	20	**85**
Maio	-	17	-	8	-	21	**13**
Santiago	21	18	20	17	5	19	**19**
Fogo	20	7	45	2	19	10	**14**
Brava	-	16	25	-	-	8	**13**
Total	**69**	**16**	**25**	**21**	**37**	**19**	**58**

Fonte: (INECV, 2017)

O dominio das ilhas do Sal e Boavista está diretamente ligado ao facto de acolherem um maior número de hoteis e com maior capacidade de alojamento. De modo geral os hoteis são os estabelecimentos que mais turistas recebem (83%) e que consequentemente apresentam uma taxa de ocupação mais alta (69%). No extremo oposto encontra-se as pensões com apenas 16% de ocupação (tabela 15).

Tabela 16 - Hóspedes por tipo de estabelecimento (2017)

	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Residenciais
Total	618 774	22 950	4 618	17 734	21 821	30 878
%	86,3	3,2	0,6	2,5	3,0	4,3

Fonte: (INECV, 2017)

O Preço médio dos quartos varia consoante o tipo de estabelecimento e em função da época (alta ou baixa). Na tabela 16 podemos constatar que os hotéis, que são os estabelecimentos utilizados pela maioria dos turistas, praticam os preços mais elevados. No entanto, na tabela 17, podemos verificar que os preços variam consoante o tipo de quartos e as épocas. Um quarto individual na época alta custa em média cerca de 72 euros por dia e na época baixa custa menos 17 euros, ou seja, 54 euros, um quarto duplo na época alta normalmente tem um preço a rondar os 58 euros, menos 9 euros na época baixa. No

que diz respeito a uma suite, na época alta o preço ronda os 140 euros e na época baixa cerca de 112 euros;

Nos outros tipos de estabelecimentos os preços, por tipo de quartos geralmente são inferiores aos hotéis, excetuando os casos das suites e apartamentos no caso das pousadas, que apresentam preços mais elevados que os hotéis.

Tabela 17 - Preço Médio(euros) por tipo estabelecimento e tipo de quartos 2017

	TIPO DE QUARTO									
	Época Baixa					Época Alta				
Tipo de Estabelecimento	**Suite**	**Quarto Duplo**	**Quarto Individ.**	**Apartamento**	**Bungalow**	**Suite**	**Quarto Duplo**	**Quarto Individ.**	**Apartamento**	**Bungalow**
Hotéis	12.450	8.471	6.525	10.976	20.671	15.539	10.478	7.973	15.314	27.716
Pensões	6.793	3.869	2.870	5.300	-	7.051	4.061	3.058	5.700	-
Pousadas	20.951	5.039	3.938	20.406	-	20.951	5.285	4.095	22.053	-
Hotéis-apartamentos	5.281	6.612	5.103	7.287	-	5.558	7.352	5.565	9.109	-
Aldeamentos Turísticos	5.950	6.392	4.754	5.580	6.070	6.200	7.090	5.380	9.620	6.070
Residenciais	6.386	3.801	2.898	3.985	-	6.723	4.310	3.084	4.093	-
TOTAL	**9.916**	**5.238**	**3.986**	**7.266**	**17.021**	**11.692**	**6.058**	**4.510**	**9.115**	**22.304**

Fonte: (INECV, 2017)

Analisando os preços por ilha, verifica-se que, nas ilhas de Sal e Boavista, independentemente do tipo de quartos, o preço médio é superior a outras ilhas. Por exemplo no Sal, um quarto individual varia entre 88-66 euros (consoante estivermos na época alta ou baixa) e na Boavista entre 60-49 euros, enquanto que na ilha de Santiago, para mesma tipologia de quarto, o preço varia entre 64-50 euros, e em São Vicente entre 40-30 euros. Nas restantes Ilhas, independentemente do tipo de quartos, o preço tende a ser inferior que no Sal, Boavista, Santiago e São Vicente (tabela 18).

Tabela 18 - Preço Médio(euros) por Ilha, segundo tipologia de quartos 2017

	TIPO DE QUARTO									
	Época Baixa					Época Alta				
Ilha	Suite	Quarto Duplo	Quarto Individual	Apartamento	Bungalow	Suite	Quarto Duplo	Quarto Individual	Apartamento	Bungalow
S. Antão	7.125	3.698	2.720	2.367	-	7.951	4.417	2.963	2.433	-
S. Vicente	8.675	5.183	3.945	7.286	22.053	9.109	5.532	4.116	7.780	27.566
S. Nicolau	4.000	3.178	2.353	3.925	-	5.000	3.303	2.478	4.425	-
Sal	14.952	9.873	7.382	8.396	22.075	20.725	13.199	9.667	13.642	29.500
Boavista	12.483	7.337	5.512	8.370	13.672	15.858	9.328	7.057	10.370	20.729
Maio	-	4.350	3.129	3.900	-	-	4.350	3.129	3.900	-
Santiago	10.681	5.831	4.536	9.128	6.070	11.973	6.246	4.888	9.690	6.070
Fogo	6.367	3.861	3.134	3.500	-	6.700	4.067	3.319	3.500	-
Brava	5.000	4.038	3.236	-	-	5.500	4.260	3.280	-	-
TOTAL	**9.916**	**5.238**	**3.986**	**7.266**	**17.021**	**11.692**	**6.058**	**4.510**	**9.115**	**22.304**

Fonte: INECV (2017)

De acordo com a tabela 19 em 2017 Cabo Verde tinha um total de 275 estabelecimentos, com capacidade de alojamento constituido por 12.463 quartos e 20.421 camas. Em coerência com os demais indicadores já apresentados o número de alojamentos tem crescido de forma consistente de ano para ano. De 2.391 alojamentos em 2000, o país duplicou a sua capacidade em 2005, passando a dispor de 4.406 alojamentos. No periodo de 2005 a 2010 regista-se um crescimento mais moderado mas que contudo é retomado em 2010, quando ultrapassamos a marca dos dez mil estabelecimentos.

Tabela 19 - Evolução da Capacidade de Alojamento (%)

	2000	2005	2010	2015	2017
Estabelecimentos	88	132	178	226	275
Nº de Quartos	2 391	4 406	5 891	10 626	12463
Nº de Camas	4 475	8 278	11 397	18 055	20 421
Capacidade de Alojamento	5 249	10 342	13 862	22 954	26 987

Fonte: (INECV, 2017)

Em 2017 os estabelecimentos hoteleiros do país declararam contar com a colaboração de 8.825 trabalhadores, na sua maioria mulheres (59,3%). Mais de metade dos trabalhadores do ramo hoteleiro encontram-se a laborar na ilha do Sal (55,9%). De seguida temos a ilha da Boavista com 21,7%. No computo geral as duas ilhas empregam um total de 6.854 individuos. As ilhas da Brava, do Maio e de São Nicolau são as que menos trabalhadores empregam (tabela 20).

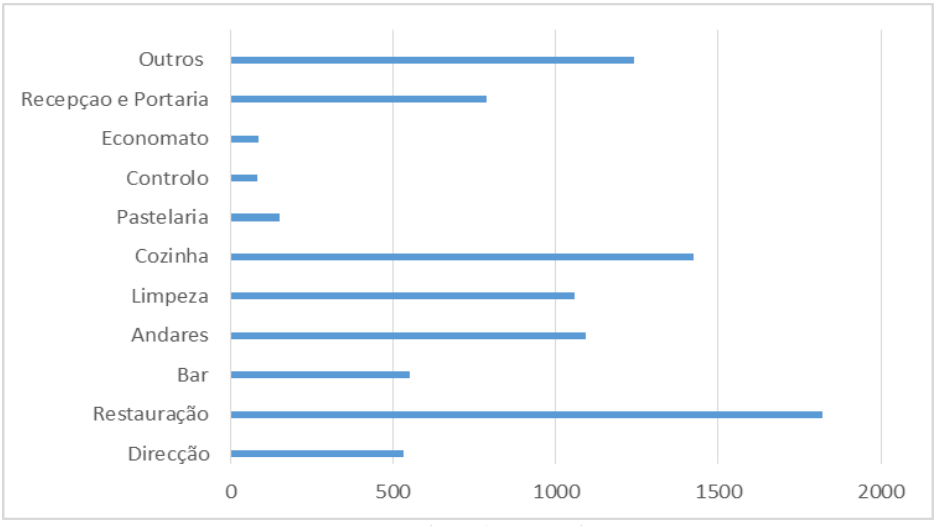
Tabela 20 - Pessoal ao Serviço, por Gênero e Ilha (2017)

	Homem		Mulher		Total	
Ilha	**Nº**	**%**	**Nº**	**%**	**Nº**	**%**
S. Antão	111	3	285	5	**396**	**4,5**
S. Vicente	207	6	304	6	**511**	**5,8**
S. Nicolau	9	0	27	1	**36**	**0,4**
Sal	2105	59	2831	54	**4 936**	**55,9**
Boavista	776	22	1142	22	**1 918**	**21,7**
Maio	9	0	19	0	**28**	**0,3**
Santiago	322	9	522	10	**844**	**9,6**
Fogo	43	1	89	2	**132**	**1,5**
Brava	9	0	15	0	**24**	**0,3**
TOTAL	**3 591**	**100**	**5 234**	**100**	**8 825**	**100,0**
%	**40,7**		**59,3**		**100,0**	

Fonte: (INECV, 2017)

Ao analisarmos o gráfico 9 constatamos que por categoria de serviços a Restauração é o que emprega mais colaboradores, com um total de 1.820 individuos (20,6%). De seguida temos a Cozinha com 1.424, (16,1%), os Andares com 1.901 (12,4%) e nos Serviços de Limpezas identificamos um total de 1.058 trabalhadores (12%). Portanto o grosso dos trabalhadores é constituido sobretudo por mulheres e que ocupam funções que exigem pouca qualificação. As funções de direção respresentam apenas 6% do efetivo.

Gráfico 9 - Pessoal ao Serviço segundo a Categoria (2017)

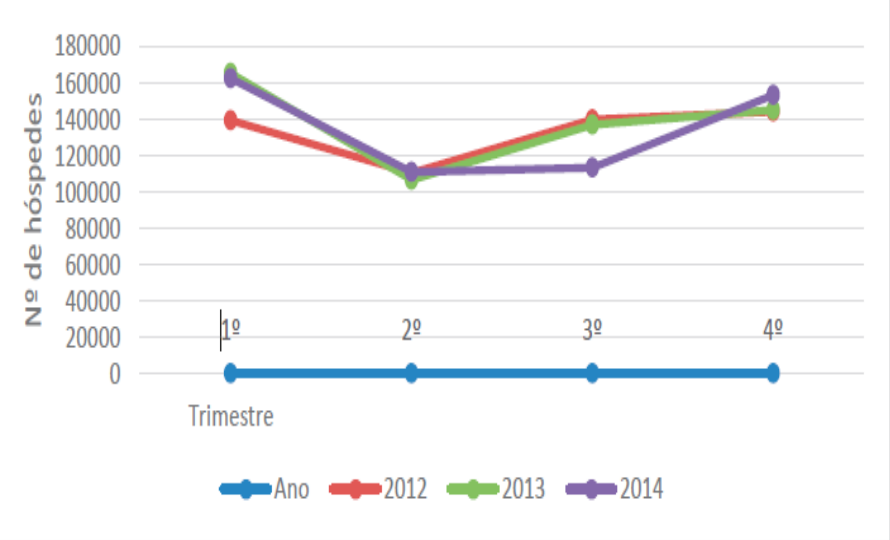


Fonte: (INECV, 2017)

A distribuição temporal da procura turística nacional ao longo do ano demonstra que a sazonalidade é também uma particularidade do turismo cabo-verdiano (MORAIS, 2016). Com base na análise dos dados trimestrais, disponíveis no gráfico 10, referentes ao movimento dos hóspedes, nos anos de 2012 a 2014, verifica-se que esse desequilíbrio é, antes de mais, provocado por fatores climatéricos e influenciado pelos movimentos dos turistas do norte da europa, que visitam o país com maior veemência nos seus meses de inverno, coincidentes aos primeiro e quarto trimestres. Em sentido contrário o segundo e terceiro semestre (que compreende os meses de abril de setembro) registam valores inferiores em termos de procura, o que tradicionalmente designa-se por "época baixa".

Entre janeiro a março e de novembro e dezembro, o número de turistas tende a ascender aos 55 mil por mês. Em sentido contrário, de abril a outubro o número de turistas por mês geralmente não ultrapassa os 50 mil por mês. Nos meses de maio, junho e setembro, tendem a receber menos de 40 mil por mês, às vezes um pouco mais que 30 mil/mês.

Gráfico 10 - Índice de sazonalidade dos hóspedes (2012 a 2014)



Fonte: (MORAIS, 2016)

A estada média é de cerca de 6,4 dias na globalidade, mas existem grandes diferenças entre as ilhas, na ilha da Boavista é de 8 dias no Sal é ligeiramente superior a 7 dias, mas nas restantes ilhas não ultrapassa os 3-5 dias. A taxa de crescimento médio das entradas nos últimos 5 anos, foi de 6,2% nas entradas e 6,7% nas dormidas. Em média, o

país recebe cerca de 59 mil hóspedes por mês, entretanto devemos ter em atenção a sazonalidade.

Relativamente à movimentação de passageiros a tendência tem sido de crescimento contínuo[26]. A taxa de crescimento médio de 2011 a 2016 foi de 4,6%. Em 2016, pela primeira vez os aeroportos de Cabo Verde movimentaram mais de 2 milhões de passageiros, tendo verificado um aumento de 11,5% em relação a 2015. Desde de 2011 que os aeroportos de Cabo Verde movimentam mais passageiros internacionais do que nacionais, o que demonstra a importância do turismo neste aspeto. Em 2017, a percentagem dos movimentos de passageiros internacionais, representou 64% do total (tabela 21).

Tabela 21 - Evolução número de passageiros em Cabo Verde

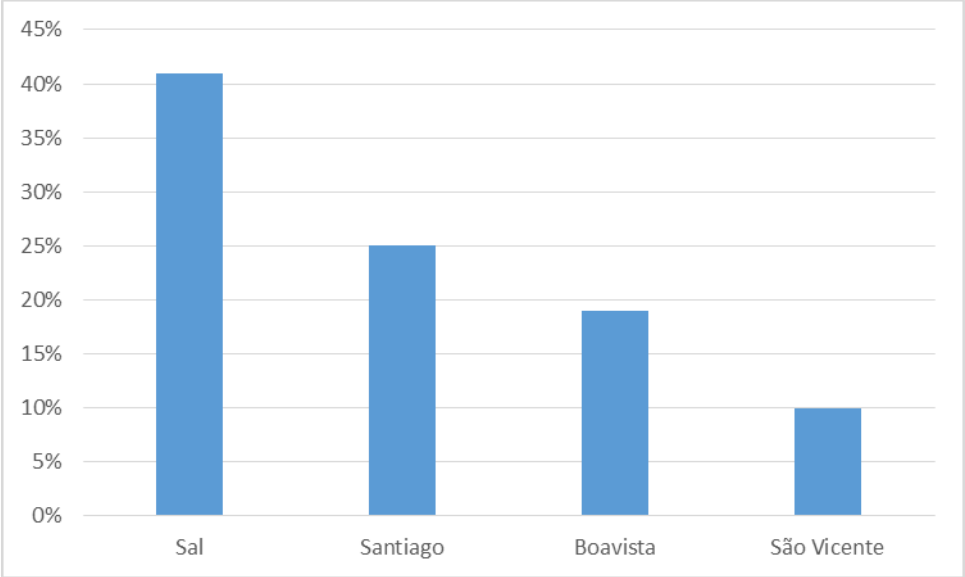
Ano	Total	Tx Cres	Passageiros internacionais	Tx Cres	Passageiros domésticos	Tx Cres	% passageiros internacionais	%passageiros Domésticos
2010	1.700.702		836.153	864.549			***49,2%***	***50,8%***
2011	1.895.101	***10,3%***	1.009.180	***20,7%***	885.921	***2,5%***	***53,3%***	***46,7%***
2012	1.849.455	***-2,5%***	1.019.922	***1,1%***	829.533	***-6,4%***	***55,1%***	***44,9%***
2013	1.905.355	***2,9%***	1.200.427	***17,7%***	704.928	***-15,0%***	***63,0%***	***37,0%***
2014	1.915.285	***0,5%***	1.202.213	***0,1%***	713.072	***1,2%***	***62,8%***	***37,2%***
2015	1.986.882	***3,6%***	1.288.097	***7,1%***	698.785	***-2,0%***	***64,8%***	***35,2%***
2016	2.215.892	***10,3%***	1.451.607	***12,7%***	764.285	***9,4%***	***65,5%***	***34,5%***
2017	2.649.231	***16,4%***	1.719.636	***18,5%***	929.595	***21,6%***	***64,9%***	***35,1%***

Fonte: (ASA, 2018)

Os aeroportos que mais movimentam passageiros são o do Sal, Praia, Boavista e São Vicente. De acordo com o gráfico 11, em 2016, estes 4 aeroportos juntos movimentaram cerca de 96% de todos os passageiros do país: Sal, 41%, Santiago 25%, Boavista 19% e São Vicente 10%. Só o Sal e a Boavista juntos representam 62% do total de passageiros do país, e são os dois únicos aeroportos que movimentam mais passageiros internacionais que domésticos.

[26] Fonte: Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (2018)

Gráfico 11 - Percentagem de passageiros por aeroporto 2016



Fonte: (ASA, 2018)

Nos aeroportos que mais movimentam turistas, predominam as companhias áreas que efetuam voos charters. Na ilha do Sal a principal é a THOMSONFLY que transporta essencialmente passageiros provenientes do Reino Unido e as várias companhias pertencentes à TUI, que realizam voos para o Sal e a Boavista. Existem ainda outros importantes como o NEOSPA, TRANSAVIA e a THOMASCOOK. A nível das companhias regulares, destacam-se a TAP e a TACV (tabela 22).

Tabela 22 - Principais companhias áreas internacionais

Principais Operadoras Internacionais		
Companhias aéreas	**Tipo**	**Ilhas**
THOMSOMFLY	Charter	Sal
TAP	Regular	Sal, Santiago, S. Vicente
TUIFLYGMBH	Charter	Sal
TACV	Regular	Sal, Boavista, S. Vicente, Santiago
ARKEFLY (TUI Fly Neetherlands)	Charter	Sal, Boavista
NEOSSPA	Charter	Sal, Boavista
TUIFLYNORDIC	Charter	Sal, Boavista
TUIAIRLINESBELGIUM	Charter	Sal, Boavista
TRAVELSERVICE	Charter	Sal, Boavista
THOMASCOOKAIR.(UK)	Charter	Sal
THOMASCOOKSCANDINAVIA	Charter	Sal
TRANSAVIA	Charter	Sal, Boavista, São Vicente
TUI NORDIC	Charter	Sal, Boavista
XLAIRWAYSFRANCE	Charter	Sal , Boavista
LUXAIRSA	Charter	Sal, Boavista
ROYALAIRMAROC	Regular	Santiago
SENEGALAIRLINES	Regular	Santiago

Fonte: (ASA, 2018)

Existe atualmente uma oferta diversificada de voos provenientes de vários pontos do mundo, de várias regiões da Europa, principalmente dos provenientes dos principais mercados emissores de turismo para o país e ainda para regiões de África, EUA e Brasil.

Da Europa existem ligações que partem das principais cidades europeias: de Inglaterra existem voos que partem de 4 aeroportos internacionais, incluindo Londres e Manchester; da Alemanha existem voos a partir de Dussdeldorf e Hamburgo; do Benelux a partir de Bruxelas, Amesterdão, de França, Paris e Mulhouse; de Itália de 4 aeroportos, incluindo Roma; de Portugal de Lisboa, Porto, Faro e ainda da Madeira; da Suécia a partir de Estocolmo; de Espanha a partir de Madrid; da República Checa a partir de Praga; Ainda existem voos disponíveis a partir dos Estados Unidos da América (EUA), Boston e Providence, do Brasil a partir de Fortaleza, e ainda de várias cidades africanas nomeadamente: Casablanca, Dakar, Bandjul e Bissau.

A dinâmica de crescimento do mercado turístico acaba assim por ter efeitos sobre todos os demais segmentos do mercado. Conforme a tabela 23, existem no país cerca de 93 agências de viagens, mais 46% na ilha de Santiago, 14% no Sal, 13% na Boavista e 11% em São Vicente .

Tabela 23 - Agências de viagens por Ilhas (2017)

Agências de viagens	Nº	%
Ilhas		
Sal	13	14%
Boavista	12	13%
Santiago	43	46%
São Vicente	10	11%
Santo Antão	3	3%
Fogo	6	6%
São Nicolau	2	2%
Maio	3	3%
Brava	1	1%
Total	**93**	**100%**

Fonte: (DGTT, 2018)

8 TURISMO E RECURSOS HÍDRICOS: UMA ANÁLISE DA ILHA DA BOAVISTA

8.1 CRESCIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E O CONSUMO DE ÁGUA NA BOAVISTA.

Conforme a tabela 24 podemos constatar que tem havido um aumento crescente em termos de consumo de água na Ilha da Boavista a uma média de 5% por ano. De 595.804 m3 em 2014 para 724.018 m3 em 2018, ou seja, em 5 anos registou-se um aumento de 128.214 m3. O ano de 2016 se destaca como o ano de maior aumento de consumo (10,1%).

Tabela 24 - Evolução do Consumo de água da Ilha da Boavista (2014-2018)

Ano	Consumo de água (m3)	Variação (%)
2014	595804	_
2015	610367	2,4
2016	672124	10,1
2017	691012	2,8
2018	724018	4,7

Fonte: (AEB, 2018)

A evolução da entrada de turistas para o mesmo período apresenta um comportamento em muitos aspetos semelhante ao consumo da água (tabela 25). O número de entradas cresceu a uma média de 4% nos últimos 5 anos, sendo que o ano de 2016, tal como no consumo de água, foi a que registou o maior aumento (11,8%).

Tabela 25 - Evolução da Entrada de Turistas na Ilha da Boavista (2014-2018)

Ano	Entrada Turistas	Variação (%)
2014	177.476	_
2015	181.771	2,4
2016	203.331	11,8
2017	206 614	1,6
2018	206.236	- 0,18

Fonte: (INECV, 2018)

De acordo com a tabela 26 os dados apontam para uma forte correlação entre a entrada de turistas e o aumento do consumo de água. Contudo, apesar desta evidência o aumento do consumo de água tem apresentado um comportamento regular, mesmo em anos de menor aumento de turista ou até de uma ligeira diminuição.

Tabela 26 - Consumo de água e entrada de turistas (2017)

Período	Consumo de Água (m3)	Entrada de turistas
1º Trimestre	167835	56156
2º Trimestre	157055	49514
3º Trimestre	186051	50688
4º Trimestre	180071	50256
Total do ano	691012	206614

Fonte: Fonte: (INECV, 2017; AEB, 2018)

Ao analisarmos em detalhe os dados referentes ao ano de 2017 (tabela 26) constatamos que o primeiro trimestre foi o período que registou o maior número de entradas. Os primeiros meses do ano representam a época alta do turismo de sol e praia em Cabo Verde. Apesar de não ser o período mais quente do ano é o período que demanda mais procura em grande medida por ser inverno no nosso principal mercado emissor, que é a europa.

Por outro lado, o segundo trimestre registou o menor número de entradas do ano, (-11,2% face ao primeiro trimestre) com uma ligeira subida no trimestre seguinte, mas de uma forma geral os restantes trimestres apresentaram resultados muito próximos, com oscilações residuais.

Apesar de se ter registado maior entrada de turistas no primeiro trimestre o maior consumo regista-se no 3º trimestre. Isto justifica-se sobretudo por ser a altura mais quente do ano em que se atinge o pico em termos de temperaturas. Este aumento dá-se de forma generalizada em todas as atividades económicas e formas de consumo de água.

Tabela 27 - Consumo de água por setores de atividade (2017)

Turismo	488 442	70,60%
Industria, comércio e domicílios	202 570	29,40%
Total	691 012	100%

Fonte: (AEB, 2018)

A forte correlação existente entre a atividade turística e o consumo de água se comprova ao analisarmos os dados de consumo por setores de atividade. Tomando como exemplo o ano de 2017 podemos constatar que 70,6% do total da água consumida na Boavista foi destinada às unidades hoteleiras. Os demais setores, nomeadamente, o consumo doméstico e as demais atividades económicas representaram apenas perto de 30% do consumo total de água da ilha (tabela 27).

Ao segregarmos os dados de consumo de água das unidades hoteleiras podemos constatar que os últimos trimestres foram os que mais consumiram água. Independentemente das variações na entrada de turistas o consumo de água aumentou de forma regular ao longo do ano de 2017 (tabela 28).

Tabela 28 - Consumo de água dos estabelecimentos hoteleiros e entrada de turistas (2017)

Período	Consumo de Água (m3)	Entrada de turistas
1º Trimestre	110089	56156
2º Trimestre	113864	49514
3º Trimestre	128686	50688
4º Trimestre	135803	50256
Total do ano	488 442	206614

Fonte: Fonte: (AEB, 2018; INECV, 2017)

A precipitação média anual em Cabo Verde não ultrapassa 300 mm para as zonas situadas a menos de 400 m de altitude, com tendência de redução desde a década de 60 do século passado (NEVES, 2011). Portanto trata-se de ilhas carentes de cursos de água em consequência da grande escassez de chuvas.

Dentro do contexto Cabo-verdiano a Boavista faz parte de um conjunto de ilhas planas e que apresentam condições pluviométricas ainda mais débeis que a média nacional. Assim constata-se que a pluviosidade média anual da ilha fica-se pelos 75,8 mm, distribuídos de forma muito desigual ao longo do ano. Os maiores volumes de precipitação ocorrem durante os meses de agosto e setembro, podendo registar-se ocasionalmente a ocorrência de fenómenos pluviométricos de reduzido impacto nos meses de outubro, novembro e dezembro. No sentido oposto os meses de março, abril, maio e junho podem ser classificados como meses em que a precipitação é inexistente, seguindo o patrão pluviométrico prevalecente no restante arquipélago.

Neste sentido ao analisarmos os dados médios relativamente às precipitações nos últimos anos em comparação com o número de entrada de turistas na ilha, conforme a tabela 29 podemos concluir que objetivamente não é possível dar resposta a toda demanda de água gerada pela atividade hoteleira e serviços complementares apenas com recurso à água proveniente das precipitações (subterrâneas e superficiais).

Tabela 29 - Precipitação média trimestral e entrada de turistas (2017)

Período	Precipitação (mm)	Entrada de turistas
1º Trimestre	4	**56156**
2º Trimestre	0	49514
3º Trimestre	62	50688
4º Trimestre	10	50256

Fonte: https://cv.freemeteo.com /INECV, 2017

De uma forma geral as grandes unidades hoteleiras (tabela 30), com capacidade superior a mil camas apresentam uma média de consumo de água anual por cama superior às demais categorias. No Hotel A 5* o consumo médio por cama no ano de 2017 foi de 136,3 m3, e no Hotel B 5* é de 71,3m3. O Hotel de 4* apresenta uma média de consumo de 25,9 m3.

Tabela 30 - Consumo de água e número de camas (2017)

Empreendimento	Nº de Camas	Consumo total anual (m3)	Media de consumo anual por cama (M3)
Hotel A 5*	1750	238416	136,3
Hotel B 5*	2515	179 511	71,3
Hotel 4*	650	16842	25,9
Hotel 3*	60	2220	37
Residencial	49	1548	31,6
Pensão	13	240	18,5

Fonte: (AEB, 2018; INECV, 2017)

As unidades de menor dimensão (menos de 100 quartos) apresentam uma média de consumo anual entre 12 a 31 m3.

Podemos assim afirmar, de uma forma genérica, que quanto maior for o empreendimento mais água consome por cama. Contudo encontramos disparidades entre empreendimentos que se encontram na mesma categoria. Por exemplo o Hotel B 5*, apesar de ter quase dobro de número de camas do Hotel A 5*, apresenta uma média de consumo de água por cama quase 50% inferior ao Hotel B 5*.

Esta disparidade deve-se ao facto do nosso estudo ter-se cingido apenas aos dados de consumo disponibilizados pela AEB. Entranto os dados recolhidos nas entrevistas permitiu-nos constatar que o Hotel B 5* possui um sistema próprio de produção de água (cujos dados de produção não nos foi possivel apurar com rigor) e que só recorre à AEB apenas para complementar o seu défice. Portanto podemos assim concluir que o consumo do Hotel B 5* é seguramente muito superior ao do Hotel A 5*.

De todo modo é importante termos sempre em conta que o número de camas é um elemento importante na análise do consumo de água, mas que não é o único determinante na definição do padrão de consumo de uma unidade hoteleira. Políticas de gestão e poupança de água, serviços e recursos adicionais como piscinas, jardins, etc., representam seguramente um papel importante na definição do padrão do consumo de cada estabelecimento.

O empreendimento de maior consumo consumiu 7 vezes mais do que o empreendimento de menor dimensão e de menor consumo.

Apesar de ter ficado evidente que há outros elementos a se ter em conta em futuros estudos, podemos considerar que existe uma relação direta entre o tamanho dos empreendimentos e o nível de eficiência no consumo de água, ou seja, quando maior é o empreendimento mais probabilidade tem de consumir mais água por cama.

8.2 PERSPETIVAS E POSICIONAMENTOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, DOS OPERADORES E DA SOCIEDADE CIVIL BOAVISTENSE

O turismo é uma atividade consumidora de paisagens e de recursos naturais. Neste sentido há uma crescente preocupação em se avaliar os impactos da atividade turística sobre o meio ambiente. Essas preocupações estão centradas especialmente no processo de degradação que pode afetar os recursos naturais que são utilizados no desenvolvimento destas atividades e a irreversibilidade deste processo (RUSCHMANN, 1997; KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010).

Os territórios insulares, pelas suas especificidades, possuem recursos naturais limitados, o que acaba por restringir as possibilidades de produção económica em larga escala. Assim sendo a reduzida dimensão das ilhas implica necessáriamente uma menor capacidade de carga natural para a implementação de atividades consumidoras de recursos naturais (KÖRÖSSY N. , CORDEIRO, WIDMER, & MELO, 2010; OLMO, 2006).

De entre os recursos naturais impactados pelo turismo a água, pela sua importância na manutenção da vida na terra, justifica o aprofundamento de estudos sobre o seu consumo e os impactos que a sua expansão tem provocado face a escassez hídrica e a crescente demanda por este precioso recurso numa das ilhas mais áridas do arquipélago.

Com 22 empreendimentos turísticos, que oferecem um total de 3.056 quartos, 5.629 camas com 6.531 capacidade de alojamento. A ilha teve um rapido crescimento populacional face ao aumento de empreendimentos turísticos e ao incremento do número de visitantes, que neste momento altrapassa os 200 mil por ano. De pouco mais de 3 mil habitantes no inicio da decáda de 1990 prespetiva-se que em 2030 venha a ter cerca de 30 mil residentes. Neste sentido a mobilização de água, em quantidade e qualidade, afigura-se assm como um importante desafio ao processo de crescimento economico e demográfico da Ilha.

É neste contexto que optei por auscultar, através de entrevistas semi-estruturadas, os diversos atores envolvidos na gestão, distribuição e consumo de água na ilha da Boavista, nomeadamente, os serviços públicos, os operadores turísticos e as organizações da sociedade civil. De acordo com Quivy & Campenhoudt (2008), as entrevistas são fundamentais enquanto instrumento de recolha de dados que permite abrir novas pistas de reflexão, alargar e precisar novos horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspetos de um dado problema, nos quais o investigador não teria decerto pensado espontaneamente. Permite também não nos lançarmos em falsos problemas e as divergências de pontos de vista entre os interlocutores são mais fáceis de detetar. A atenção que se deve dar aos mais pequenos detalhes são fundamentais na revelação de aspetos ocultos ou menos evidentes do problema que se pretende investigar.

As representações das organizações da sociedade civil quando questionadas sobre como é que a ilha se encontra atualmente em termos de consumo e abastecimento de água foram unanimes na afirmação de que há problemas quer na qualidade quer na equidade no acesso a este importante bem de consumo. A falta de qualidade é referênciada em casos em que a água disponibilizada apresenta níveis de salinidade acima dos parâmetros recomendados mas também o sistema de transporte, armazenagem e distribuição foram considerados como sendo deficientes pelos nossos entrevistados. Existe deficiências na distribuição nos centros urbanos. Contudo a precariedade nas formas de distribuição e acesso à água é ainda maior quando descrevem o sistema de abastecimento utilizado para algumas comunidades rurais e para os bairros de assentamento informal, que não estão contemplados pela rede pública de distribuição de água.

> *Necessita melhorar em termos de qualidade e preço, pois existe desigualdades em termos de preço por tonelada e qualidade da água que é fornecida às diferentes localidades* (Bios.CV).

> *Não temos água na rede 24 horas por dia. Porém o serviço de água tem melhorado em relação há uns anos atrás. Contudo há desigualdades na distribuição da água em termos de preço por tonelada. Num mesmo bairro o preço varia de condomínio para condomínio* (CV-Natura 2000).

> *Não é o ideal porque a água é autotransportada em poucas condições de higiene e mesmo os reservatórios não se encontram nas melhores condições. Muitas pessoas ainda não têm água canalizada e pagam muito caro para obter esse recurso. Na zona norte a qualidade da água é ainda pior porque é muito salobra. Em termos de quantidade AEB tem dado resposta mas a qualidade não. Na localidade de Estância de Baixo situação também é crítico. No bairro da Boa Esperança os privados é que fornecem a água e é transportada em más condições* (Associação Onze Estrelas).

> *A maior parte das povoações ainda não têm acesso a água potável canalizada e pagam muito caro para obter esse recurso. O acesso é também desigual porque ainda existem pessoas que vão para o chafariz comprarem água e o preço vária de localidade para localidade. A qualidade da água também é diferente* (Associação Varandinha).

Quando questionados se com o aumento do turismo tem havido melhorias no abastecimento e qualidade da água disponibilizada à população, o posicionamento dos moradores da Cidade de Sal Rei não é diferente da perspetiva apresentada pelos representantes das associações e ONG's. Todos reconhecem que a ilha teve melhorias em vários domínios, mas estas melhorias não têm tido o devido impacto sobre as pessoas. Conforme afirmou um dos nossos entrevistados "*a ilha da Boavista cresceu e muito, mas não se desenvolveu*" (morador, 54 anos, Cidade de Sal Rei).

> *Não porque antes do desenvolvimento do turismo estávamos muito melhor. O desenvolvimento do turismo não acompanhou o crescimento do turismo na ilha* (Moradora, 50, Cidade de Sal Rei).

> *Antigamente a qualidade da água era muito melhor. Com a criação da AEB houve um retrocesso na água fornecida a população local. A água que a AEB distribui para os hotéis tem melhor qualidade* (Morador, 61 anos, Cidade de Sal Rei).

Face aos novos projetos em carteira prevê-se que até 2030 a ilha poderá ter cerca de 30 mil habitantes, o dobro da população residente atualmente. Quando questionados sobre que impactos este aumento demográfico terá sobre o consumo de água, os nossos entrevistados consideram que seguramente serão negativos. Apesar da criação de um conjunto de instrumentos de gestão (delimitação das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado, criação de Planos de Ordenamento Turísticos, etc.) não há grandes expetativas que os mesmos irão ser devidamente implementados e que se reverterão na melhoria das condições de vida dos residentes na ilha.

> *Qualidade da água pode piorar porque atualmente não cumpre com os padrões de qualidade. Para 2030, a meu ver, as perspetivas não são otimista* (Associação onze estrelas).

> *Penso que os impactos serão seguramente negativos. Porém se o que consta no Plano de Ordenamento Turístico (POT) for concretizado pode ser que venha a ser positivo* (Bios.CV).

Relativamente aos riscos de agravamento das condições de acesso à água face às perspetivas de crescimento da população e aumento do fluxo de entrada de turistas nos próximos 10 anos, tanto a Câmara Municipal da Boavista (CMB) como a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio (SDTIBM) também se mostram preocupados e que é preciso que haja melhorias na planificação e execução dos projetos de expanção do parque hoteiro da ilha. Contudo consideram que a responsabilidade maior cabe à empresa responsável pelo abastastecimento de água e energia da ilha.

> *Atualmente cerca de 50% da população da ilha não beneficia da água na rede. A AEB tem de estar preparado para dar resposta terá de reforçar as suas maquinas de produção da água e sobretudo na melhoria de qualidade da água* (CMB).

> *Sim. Nenhum projeto pode ser aprovado sem respeitar o quadro juridico nacional e sem o respetivo Estudo de Impacto Ambiental. Para os proximos anos prevemos a construção de novos hoteis (TUI, Hotel Barcelo, Hotel Landu, The Laggon Resort, etc). Quanto ao abastecimento de água a AEB terá que estar preparada para dar*

> *resposta e seguramente terá que aumentar a sua capacidade de produção* (SDTIBM).

Ao analisarmos os vários posicionamentos acima relatados podemos confirmar que os nossos dados se coincidem com a pesquisa realizada por Bernardo (2015) sobre o planeamento turístico e os impactos percecionados pela população da Boavista. Este pesquisador demonstou que a ilha tem passado por um processo de "crescimento descontrolado" que se traduz no aumento da população residente e visitante, acima da capacidade de carga da ilha, nomeadamente, ao nível de infraestruturas, serviços básicos e outros garantidos pela constituição de Cabo Verde aos seus cidadãos e residentes legais. Para Bernardo (2015) exemplo icónico deste tipo de descontrolo é o da malha urbana, mormente o surgimento e expansão exponencial dos bairros de lata ilegais da Cidade de Sal Rei, concretamente o bairro da Boa Esperança e o bairro da Farinação.

O grande foco de críticas é, sem dúvida, o surgimento de bairros degradados sem acesso a serviços básicos como água potável canalizada e saneamento básico, na sua maioria sem acesso à rede elétrica (de forma legal ou ilegal), recheado de habitações e pequenos negócios situados em condições precárias de segurança e higiene. Lugares que dependem de cisternas públicas e que provocam filas diárias para a obtenção de água potável para consumo e higiene pessoal. (BERNARDO, 2015).

Da entrevista realizada com os responsáveis da AEB foi possivel reconfirmar a forte correlação existente entre a atividade turística e o consumo de água e o mesmo se comprova nos dados de consumo apresentados pela empresa. A faturação da AEB depende em grande medida do consumo das unidades hoteleira. À volta de 70% do total da água consumida na Boavista tem sido destinada às unidades hoteleiras.

> *A produção anual global da AEB no último ano foi de 755.280 m3 o que em média corresponde a 2080 m3 por dia. A capacidade de produção de água da AEB diária e 4450 m3. As unidades hoteleiras consomem mais ou menos 60 a 70% da água produzida pela empresa* (AEB).

Relativamente às queixas da população os responsáveis da empresa asseguram que a AEB está em condições de dar resposta às necessidades da ilha, sobretudo nos aglorados urbanos que estão servidos pela rede pública de distribuição de água.

> *Se as maquinas não tiverem problemas a nossa capacidade actual é suficiente para dar resposta a ilha. Onde tem rede a água está disponivel 24 horas por dia. Atualmente possuimos duas máquinas de produção de água e neste momento só trabalhamos com um* (AEB)

Contudo, conforme comprovado no estudo levado à cabo por Bernardo (2015) a pressão de consumo de água e de outros recursos de forma excessiva (para a capacidade atual) por parte das grandes cadeias hoteleiras dificulta e atrasa o abastecimento das populações residentes. Para agravar a situação deve-se recordar que o consumo de qualquer dos hotéis de turismo massificado da ilha é superior a toda a população residente, o que acaba por colocar a prioridade da empresa privada nos seus principais clientes, os grandes hotéis.

Relativamente às entrevistas realizadas com os operadores foi possivel reconfirmar a interpretação que já tínhamos feitos do dados de consumo de água fornecidos pela AEB, ou seja, há claras diferenças entre os grandes hotéis e as pequenas unidades hoteleiras. As primeiras consomem muito mais água em relação às segundas e podemos constatar que a água também apresenta um peso maior na estrutura de custos das pequenas unidades. Apesar de estar muito longe dos valores apontados em estudos internacionais que indicam uma média de consumo à volta de 5 mil litros por hóspede/noite, os hoteis de cinco estrelas apresentam valores muito elevados para a realidade nacional.

> *Em média o nosso consumo diario por cliente é de 381 litros por cliente. Em média recebemos cerca de 25.000 turistas por mês* (HOTEL A 5*).

> *Varia consoante a ocupação quanto mas cliente mais consumo e também de acordo com a época de calor ou frio. No verão gastamos mais de água devido ao calor Os clientes gastam por dia cerca de 400 litros água* (HOTEL B 5*)

Para os gestores dos grandes empreendimentos é mais barato utilizar os sistemas públicos de distribuição de energia eléctrica e abastecimento de água do que implementar sistemas próprios tendo em conta os custos de instalação, manutenção dos equipamentos e contratação de técnicos especializados. Por isso encontramos poucos casos de empreendimentos com sistemas internos de produção de água e mesmo os que o possuem

afirmam não compensar a montagem de um sistema que os dispense da aquisição de água na AEB.

Nas pequenas unidades hoteleiras nota-se que há uma grande preocupação com a poupança de água, sobretudo pelo seu peso na estrutura de custos dos empreendimentos.

> *O nosso consumo médio mensal de água é de 147m3 para um total de 33 quartos, o que é bastante e tem um peso considerável no nosso orçamento* (HOTEL 3*).
>
> *Quando estamos com muita procura a nossa média de consumo mensal custuma atingir 24 toneladas. Nas épocas de menos procura o nosso consumo baixa para 15 toneladas* (RESIDENCIAL)

Quando questionados sobre que medidas têm implementado com vista à diminuição do consumo da água junto dos colabores e clientes as unidades hoteleiras da ilha da Boavista apresentam um comportamento em tudo identico à que a literatura sobre esta temática tem apontado em outras paragens, ou seja, há maior aposta na sensibilização do cliente e menos investimento na implementação de programas de poupança de água junto dos seus colaboradores. Assim, e acordo com Cashman & Moore (2012), embora essas medidas possam ser potencialmente eficazes, elas são abordagens passivas e de alcance limitado.

> *Sim. Colocamos avisos sobre mudança de toalhas nos quartos e da importância que a preservação da água tem num pais como cabo Verde. Nos colaboradores temos focado particularmente na lavandaria para que não coloquem as máquinas com pouco roupa* (HOTEL 4*).
>
> *Reutilização da água para rega e sanitas, Folheto nos quartos para a poupança de água e menos lavagens de toalhas e roupas de cama* (HOTEL 5*).
>
> *Reutilização da água para rega e sanitas. Torneiras temporalizado; Folheto nos quartos para a poupança de água e menos lavagens de toalhas e roupas de cama* (PENSÃO).

9 CONCLUSÕES

Esta tese teve como principal objetivo analisar, através do consumo da água, os desafios e problemas que a sustentabilidade da atividade turística enfrenta para poder se manter e os impactos que a sua expansão tem provocado sobre o consumo de água na ilha da Boavista.

Apesar de ser a terceira ilha do País em dimensão, Boavista apresenta das piores condições hidrológicas quando comparadas com as outras ilhas do arquipélago. Cerca de 58% da população residente não tem acesso à rede pública de abastecimento de água e abastece com recursos a autotanques, chafarizes ou outras formas menos seguras de acesso á água.

Entretanto, apesar das limitações hídricas da ilha, a mesma se encontra na linha da frente em termos de procura turística, com uma média anual de entradas superior a 200 mil turísticas por ano, apenas ultrapassada pela ilha do Sal. Este aumento foi impulsionado por avultados investimentos do governo na insfraestruturação da ilha (construção de estradas, aeroporto internacional, etc) e que atraiu o investimento privado estrangeiros das grandes cadeias hoteleiras internacionais.

A dinâmica de crescimento da atividade turística se reflete de forma contundente na evolução demográfica da ilha. De pouco mais de 3 mil habitantes no início da decáda de 1990 Boavista conta atualmente com cerca de 15 mil habitantes e perspetiva-se que em 2030 venha a ter cerca de 30 mil residentes e uma média de visitas de 700 mil turistas por ano.

Neste sentido definimos como hipótese de partida que o uso excessivo de água, provocado pelo aumento da atividade turística, para além de efeitos indesejáveis sobre as populações locais, pode ser responsável pelo colapso de um destino turístico, sobretudo se o destino em questão se encontrar num ambiente.

Conforme os dados fornecidos pela AEB constamos que tem havido um aumento crescente em termos de consumo de água na ilha da Boavista a uma média de 5% por ano. Paralelamente o número de entradas cresceu a uma média de 4% no mesmo intervalo temporal, sendo que o ano de 2016, tal como no consumo de água, foi a que registou o maior aumento (11,8%). Portanto a evolução da entrada de turistas apresenta um comportamento semelhante ao consumo da água.

A forte correlação existente entre a atividade turística e o consumo de água é ainda reforçada ao analisarmos os dados de consumo por setores de atividade. Tomando como exemplo o ano de 2017 constatamos que 70,6% do total da água consumida na Boavista foi destinada às unidades hoteleiras. Os demais setores representaram apenas perto de 30% do consumo total de água da ilha.

Os moradores e as representações das organizações da sociedade civil quando questionados sobre como é que a ilha se encontra atualmente em termos de consumo e abastecimento de água foram unanimes na afirmação de que há problemas quer na qualidade quer na equidade no acesso à água. A falta de qualidade é referênciada em casos em que a água disponibilizada apresenta níveis de salinidade acima dos parâmetros recomendados mas também o sistema de transporte, armazenagem e distribuição foram considerados como sendo deficientes sobretudo nas zonas rurais e nos bairros de assentamentos informais. Portanto, o aumento do turismo não tem trazido melhorias no abastecimento e qualidade da água disponibilizada à população. Todos reconhecem que a ilha teve melhorias em vários domínios, mas estas melhorias não têm tido o devido impacto sobre as pessoas.

Apesar da criação de um conjunto de instrumentos de gestão (delimitação das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado, criação de Planos de Ordenamento Turísticos, etc.) não há grandes espetativas que os mesmos irão ser devidamente implementados e que se reverterão na melhoria das condições de vida dos residentes na ilha.

Relativamente aos riscos de agravamento das condições de acesso à água face às perspetivas de crescimento da população e aumento do fluxo de entrada de turistas nos próximos 10 anos, as entidades gestoras da ilha (CMB e SDTIBM) também concordam que é preciso que haja melhorias na planificação e execução dos projetos de expansão do parque hoteiro da ilha. Contudo consideram que a responsabilidade maior cabe à empresa responsável pelo abastastecimento de água e energia da ilha (AEB).

De uma forma geral as grandes unidades hoteleiras, com capacidade superior a mil camas apresentam uma média de consumo de água anual por cama superior às demais categorias. Podemos assim afirmar que quanto maior for o empreendimento mais água consome por cama e por hóspede.

De todo modo é importante termos sempre em conta que o número de camas é um elemento importante na análise do consumo de água, mas que não é o único determinante na definição do padrão de consumo de uma unidade hoteleira. Políticas de gestão e poupança de água, serviços e recursos adicionais como piscinas, jardins, etc., representam seguramente um papel importante na definição do padrão do consumo de cada estabelecimento.

Apesar de ter ficado evidente que há outros elementos a se ter em conta em futuros estudos, podemos considerar que existe uma relação direta entre o tamanho dos empreendimentos e o nível de eficiência no consumo de água, ou seja, quando maior é o empreendimento mais probabilidade tem de consumir mais água por cama e por hóspede.

Relativamente às entrevistas realizadas com os operadores foi possivel reconfirmar a interpretação que já tínhamos feitos do dados de consumo de água fornecidos pela AEB, ou seja, há claras diferenças entre os grandes hotéis e as pequenas unidades hoteleiras. Apesar de estar muito longe dos valores apontados em estudos internacionais que indicam uma média de consumo à volta de 5 mil litros por hóspede/noite, os hotéis apresentam valores muito elevados para a realidade nacional.

Para os gestores dos grandes empreendimentos é mais barato utilizar os sistemas públicos de distribuição de energia eléctrica e abastecimento de água do que implementar sistemas próprios tendo em conta os custos de instalação, manutenção dos equipamentos e contratação de técnicos especializados. Por isso encontramos poucos casos de empreendimentos com sistemas internos de produção de água e mesmo os que o possuem afirmam não compensar a montagem de um sistema que os dispense totalmente da aquisição de água na AEB.

Em relação às medidas que os operadores têm implementado com vista à diminuição do consumo da água junto dos colabores e clientes as unidades hoteleiras da ilha da Boavista apresentam um comportamento em tudo identico à que a literatura sobre esta temática tem apontado em outras paragens, ou seja, há maior aposta na sensibilização do cliente e menos investimento na implementação de programas de poupança de água junto dos seus colaboradores. Assim, embora essas medidas possam ser potencialmente eficazes, elas são abordagens passivas e de alcance limitado.

Com base no quadro apresentado podemos concluir que o turismo desempenha um papel relevante na disponibilidade hídrica da ilha da Boavista. Caso se venha a

confirmar o atual cenário de crescimento da atividade turística sem que haja melhorias na qualidade e no acesso à água, poderá acentuar-se os conflitos pelo uso da água entre os empreendimentos turísticos e os demais segmentos da sociedade Boavistence, sobretudo os grupos sociais mais vulneráveis. Se por um lado o turismo é frequentemente visto como um meio para diversificação da economia das ilhas, por outro, é um facto que essa mesma atividade tem um potencial significativo para degradar os recursos e desencadear conflitos locais. Por forma a diminuir os efeitos negativos da atividade, é necessário que se implemente uma gestão integrada dos recursos naturais da ilha. Sendo assim, a conservação e a correta gestão dos recursos hídricos devem ser encarados como fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável do turismo.

Para que a atividade turística desenvolvida na Boavista seja efetivamente sustentável é fundamental que se implemente mecanismos de participação informada de todos os *stakeholders* relevantes (residentes, organizações da sociedade civil, autoridades, operadores, etc.), assim como uma liderança política forte para assegurar uma ampla participação e a criação de consensos sobre os vários desafios que a ilha enfrenta atualmente. A prossecução da sustentabilidade do turismo é um processo contínuo eque requer a constante monitorização dos seus impactos e a atempada introdução das medidas necessárias em termos preventivos e/ou corretivos.

10 BIBLIOGRAFIA

AGENCIA NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO. (2015). *Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS)*. Praia: ANAS.

ALBUQUERQUE, L. D., & SANTOS, M. E. (1991). *História geral de Cabo Verde,*. Lisboa: Instituto de Investigação Cientifica Tropical; Direcção Geral do Património de Cabo Verde.

AMARAL, I. (1964). Santiago de Cabo Verde. A terra e os homens. *Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 2ª série*, pp. 11-444.

AYUSO, S. (2007). Comparing Voluntary Policy Instruments for Sustainable Tourism: The Experience of the Spanish Hotel Sector. *Journal of Sustainable Tourism, 15*(2), pp. 144-159. doi: 10.2167/jost617.0

BARROS, J. M. (2007). *IMPACTE DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: o caso da ilha do Sal.* Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Aveiro: Dissertação de Mestrado. Obtido em 17 de Junho de 2018, de https://ria.ua.pt/bitstream/10773/4675/1/213443.pdf

BERNARDO, E. (dezembro de 2015). Planeamento Turístico e Impactos Percecionados na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde. *Turismo em Analise, 26*(4), pp. 817-842. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i4p817-842

BORBA, C., & ANJOS, J. C. (Abri/Maio de 2012). Questão Fundiária em Cabo Verde: Posse Tradicional x Propriedade da Terra em São Salvador do Mundo. *Revista Conjuntura Austral, 3*, pp. 39-57. doi: https://doi.org/10.22456/2178-8839.25993

BRITO, B. R., LOLOUM, B., RAMOS, P. Q., ALARCÃO, N., & DUARTE, A. (2010). *Turimo em meio ambiente insular africano: potencialidades, constrangimentos e impactos.* Lisboa: Centro de Estudos Internacionais. Obtido de http://books.openedition.org/cei/336

BURGEAP. (1974). *La mise en valeur des eaux souterraines dans l´archipel du Cap Vert.* Cidade da Praia.

CABRAL, J. C. (2005). *O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde. Turismo e Combate à Pobreza: Nu djunta-mô.* Lisboa: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional apresentado ao Instituto Superior de

Economia e Gestão da Universidade de Lisboa para obtenção do Grau de Mestre. Obtido em 23 de fevereiro de 2019, de https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/16216

CAMMARATA, E. B. (2006). El turismo como práctica social y su papel en la apropiación y consolidación del territorio. Em A. I. Lemos, M. Arroyo, & M. L. Silveira., *América Latina: cidade, campo e turismo* (pp. 351-366). San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Obtido de http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/20cammar.pdf

CARVALHEIRO, J. D. (2015). Água e saúde: Bens publicos da humanidade. *Estudos avançados*. doi:10.1590/S0103-40142015000200009

CARVALHO, R. G., DECOL, F., GIL, L. F., & LANZER, R. M. (jan./abr. de 2016). Um estudo sobre as atividades turísticas em seis ilhas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.* , pp. 173-188. doi:http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v10i1.879

CASHMAN, A., & MOORE, W. (2012). A market-basedproposalforencouragingwateruseefficiencyinatourism-based economy. *International Journal of Hospitality Management, 31*, pp. 286–294. doi:10.1016/j.ijhm.2011.05.007

CHARARA, N., CASHMAN, A., BONNELL, R., & GEHR, R. (2011). Water use efficiency in the hotel sector of Barbados. *Journal of Sustainable Tourism, 19*(2), pp. 231-245. doi:http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2010.502577

CORDEIRO, I. D., KÖRÖSSY, N., & SELVA, V. (jan-abr de 2013). Determinação da Capacidade de Carga Turística a partir do método Cifuentes et al. (1992): Aplicação à Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE). *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, 15*, pp. 57-70.

CUNHA, L. (2009). *Introdução ao Turismo* (4 ed.). Lisboa - São Paulo: Editorial Verbo.

CUNHA, L., & JACINTO, R. (2013). Turismo e desenvolvimento dos territórios insulares: apontamentos para uma geografia do turismo de Cabo Verde. Em F. CRAVIDÃO, & N. SANTOS, *Turismo e Cultura: Destinos e Competitividade* (pp. 507-545). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Obtido em 01 de fevereiro de 2019, de URI:http://hdl.handle.net/10316.2/37381

DRESNER, S. (2002). *The Principles of Sustainability.* London: Earthscan.

EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA. (2018). *Relatório e Contas 2017.* Praia. Obtido em 3 de março de 2019, de https://www.asa.cv/wp-content/uploads/2018/12/Relat%C3%B3rios-e-Conta-2017-sem-anexos-ilovepdf-compressed.pdf

FARIA, D. S., & CARNEIRO, K. S. (2001). *Sustentabilidade Ecológica no Turismo.* Brasilia: Editora UnB.

FENNELL, D. A. (2002). *Ecoturismo, uma introdução.* São Paulo: Editora Contexto.

FERMINO, F. B., FERMINO, G. C., & RHODEN, A. C. (out./dez. de 2017). Os impactos das atividades turísticas, recreativas e esportivas na bacia hidrográfica do rio das antas, bacias contíguas e afluentes do rio peperi-guaçu. *R. gest. sust. ambient, 6,* pp. 465-485.

FERREIRA, V. (2015). *Conflitos e Participaçâo no Uso da Água da Barragem de Poilão.* Cidade da Praia: Imprensa Nacional.

FERREIRA., E. (2008). *O turismo sustentável como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares: o caso de Cabo Verde.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

GIDDENS, A. (2013). *Sociologia.* Lisboa: Gulbenkian.

GÓIS, P. (2006). *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão.* Coimbra: Dissertação de Mestrado. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Obtido em 26 de janeiro de 2019, de https://www.academia.edu/599262/Emigra%C3%A7%C3%A3o_Cabo-verdiana_para_e_na_Europa_ea_sua_Inser%C3%A7%C3%A3o_em_Mercados_de_Trabalho_Locais_Lisboa_Mil%C3%A3o_Roterd%C3%A3o_Teses_5_Observat%C3%B3rio_da_

GOMINHO, M. (2010). *Gestão dos Recursos Hídricos no Processo de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde: Uma Proposta.* Lisboa: Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas. Obtido em 22 de janeiro de 2019, de http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/124/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Marize_Gominho_2011.pdf

GÖSSLING, S. (2001). The consequences of tourism for sustainable water use on a tropical island: Zanzibar, Tanzania. Journal of environmental management. *Journal of environmental management, 61*, pp. 179-191.

GÖSSLING, S. (2005). Tourism's contribution to global environmental change: space, energy, disease, and water. Em C. M. Hall, & J. E. Higham, *Tourism, Recreation, and Climate Change* (pp. 286-300). Clevedon: Channel View Books.

GÖSSLING, S. (2015). New performance indicators for water management in tourism. *Tourism Management, 46*, pp. 233-244. doi:http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2014.06.018

GÖSSLING, S., PEETERS, P., HALL, C. M., CERON, J.-P., DUBOIS, G., LEHMANN, L. V., & SCOTT, D. (2012). Tourism Management. pp. 1-15. Obtido em 6 de nov. de 2018, de http://www.ftf.lth.se/fileadmin/ftf/Course_pages/Faff15/Filer/Goessling_Vatten_och_turism.pdf

GOVERNO DE CABO VERDE. (2011). *Programa de Governo VIII Legislatura 2011-2016.* Praia. Obtido em 24 de fevereiro de 2019, de http://www.reformadoestado.gov.cv/index.php/component/docman/cat_view/65-estrategias/380-programa-de-governo-viii-legislatura-2011-2016?limit=5&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=37

GOVERNO DE CABO VERDE. (2016). *Programa do Governo - IX Legislatura.* Praia. Obtido em 5 de janeiro de 2019, de http://www.governo.cv/images/Programa_do_Governo_da_IX_Legislatura_2016-_2021.pdf

GOVERNO DE CABO VERDE. (2017). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021.* Praia. Obtido em 24 de fevereira de 2019, de http://www.governo.cv/index.php/rss/8763-plano-estrategico-de-desenvolvimento-sustentavel-2017-2021

HADJIKAKOU, M., CHENOWETH, J., & MILLER, G. (2013). Estimating the direct and indirect water use of tourism in the eastern Mediterranean. *Journal of Environmental Management, 114*, pp. 548-556. doi:http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvman.2012.11.002

HASSETT, K., & METCALF, G. (1995). Energy tax credits and residential conservation investment: Evidence from panel data. *Journal of Public Economics, 2*, pp. 201-217. doi:https://doi.org/10.1016/0047-2727(94)01452-T

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. (2007). *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar - QUIBB.* Praia: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2010). *Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH).* Praia: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. (2011). *Recenseamento da população de 1900-2010.* Praia: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. (2017). *Cabo Verde, Anuário Estatístico 2016.* Praia: INE. Obtido em 26 de janeiro de 2019, de http://ine.cv/wp-content/uploads/2017/11/aecv-2016.pdf

INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. (2010). *Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos – 2008.* Praia: INGRH.

KÖRÖSSY, N., CORDEIRO, I. D., & SELVA, V. F. (2008). Turismo e Desenvolvimento Sustentável em Fernando de Noronha (Pernambuco – Brasil): Uma Análise a partir do. *Revista Turimo & Desenvolvimento*, pp. 107-121.

KÖRÖSSY, N., CORDEIRO, I., WIDMER, G. M., & MELO, A. J. (2010). Impactos Ambientais do Turismo em Destinos Insulares: Uma Discussão sobre a Problemática da Disponibilidade Hídrica. *VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.* São Paulo: VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Obtido em 19 de Janeiro de 2019, de https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/91.pdf

KÖRÖSSY, N., SELVA, V. S., & BRAGA, R. A. (2008). Turismo e Recursos Hídricos no Arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco/Brasil): Nexos e perspectivas de sustentabilidade. *10*, pp. 107-121.

LEVÍ, M. J. (2012). O TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa. Lisboa, Portugal: Dissertação de Mestrado em Turismo apresentado na Universidade Lusófona das Humanidades e Tecnologias de Liversidade de Lisboa para obtenção do Grau de Mestre.

doi:https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/5075/1/Margarida_Levi_dissertação.pdf

LIMA, A. G. (2002). *Boavista, Ilha da Morna e do landu.* Praia: Instituto Superior de Educação.

LIMA, A. G. (2017). *Boavista: Historia, Economia, Sociedade e Cultura.* Praia: Livraria Pedro Cardoso.

LOPES FILHO, J. (2003). *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana.* Praia: Instituto Superior de Educação.

LUZ, N. (2013). O Contributo do Turismo para o Desenvolvimento Sustentável. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Turismo apresentado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Liversidade de Lisboa para obtenção do Grau de Mestre.
doi:https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/5072/1/NÉLIDA%20DO%20ROSÁRIO%20DA%20LUZ.pdf

LUZ, N. (JUL/Dez de 2019). TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Uma análise a partir do consumo da água na ilha da Boavista, Cabo Verde. *KWANISSA*, pp. 110-125.

LUZ, N. D., & FERREIRA, V. (2016). Turismo e Conservação Ambiental em Cabo Verde: Números, Políticas, programas e ações na Ilha da Boavista. *Sensos, 5*, pp. 108-125.

MARSILY, G. (1997). *Água.* Lisboa: Instituto Piaget.

MARTINS, J. F. (2004). Turismo em ilhas: sustentabilidade e globalização. *Estudos I - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve*, pp. 13-22. Obtido em 24 de janeiro de 2019, de https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/5114/1/Martins_Turismo.pdf

MILANEZ, B. (out/dez de 2015). Dialogues between social and natural sciences: contribution to the debate on socio-environmental conflicts. *An. Acad. Bras. Ciênc, 87*, pp. 2335-2348. doi:http://dx.doi.org/10.1590/0001-3765201520140724

MILLER, G., & TWINING-WARD, L. (2005). *Monitoring for a sustainable tourism transition: the challenge of developing and using indicators.* CABI Publishing. .

MINISTÉRIO DA ECONOMIA CRESCIMENTO COMPETITIVIDADE. (2010). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010/2013.* Praia.

Obtido em 20 de fevereiro de 2019, de http://www.governo.cv/documents/plano_estrategico_do_turismo.pdf

MINISTERIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO. (2013). *Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde.* Praia.

MINISTERIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO. (2013a). *Esquema Regional do Ordenamento do Território da Ilha da Boavista.* Praia: DGOT.

MONIZ, A. I. (2006). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores.* Ponta Delgada: Tese Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais, apresentada à Universidade do Açores para obtenção do grau de doutor.

MORAIS, C. F. (2016). *Turismo e Empreendedorismo Social em Cabo Verde: Estudo exploratório sobre as condições e perspetivas de intervenção das Organizações do Terceiro Setor.* Coimbra: Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Economia e Ciência da Educação da Universidade de Coimbra para obtenção do Grau de Mestre. Obtido em 25 de fevereiro de 2019, de https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30718/3/Turismo%20e%20empreendedorismo%20social%20em%20Cabo%20Verde.pdf

MOURA, M. Â., OLIVEIRA, V. P., & ARAÚJO, R. C. (2017). A problemática da escassez hídrica numa perspectiva econômica em Cabo Verde. Em V. P. OLIVEIRA, J. M. NASCIMENTO, J. M. SÓNIA SILVA VICTÓRIA, & J. M. SEMEDO, *Observatório de estudos ambientais: vulnerabilidade e riscos ambientais em Cabo Verde* (pp. 217-254). Fortaleza: Expressão Gráfica.

MUNIZ, A. C., & OLIVEIRA, H. P. (2012). Cabo Verde: aspectos naturais, históricos e econômicos do potencial da atividade turística no arquipélago de Cabo Verde. Em V. P. OLIVEIRA, I. G. GOMES, I. BAPTISTA, & L. S. RABELO, *Análise socioambiental e perspectivas para o desenvolvimento sustentável em áreas semiáridas* (pp. 247-261). Fortaleza: Edições UFC.

NAGLE, G. (1999). *Tourism, Leisure and Recreation.* Nelson Thornes.

NEVES, D. J. (2011). *Aspectos gerais do clima do arquipélago de Cabo Verde-Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Meteorologia) - Universidade Federal de.*

NEVES, D. J., Silva, V. d., Almeida, R. S., Sousa, s. d., & Silva, B. B. (2017). Aspectos gerais do clima do arquipélago de Cabo Verde. *Ambiência Guarapuava*.

OLIVEIRA, A. G., ASSIS, O. F., TAVARES, J. C., FROTA, A. J., & SANTANA, J. F. (5 de DEZEMBRO de 2016). Turismo e Desenvolvimento Sustentável em Morro de São Paulo/BA, Brasil. *ENGEMA*, p. 16. Obtido em 24 de Fevereiro de 2018, de http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/436.pdf

OLMO, R. M. (2006). Desarrollo sostenible, insularidad y gobierno del territorio: la experiencia del PTI de Menorca. *Boletín de la A.G.E*, pp. 183-198.

PEARCE, D. (2003). *Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens.* São Paulo: Aleph.

PERDIGÃO, C. S. (2013). TURISMO EM TERRITÓRIOS INSULARES: modelo territorial vs turismo na Região Autónoma da Madeira. *V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires*. Obtido em 17 de Junho de 2018, de https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14783/097_Perdigao_Cristina.pdf?sequence=1&isAllowed=y

PINA, A. L., FREIRE, G. S., PINA, A. P., & MELO, M. T. (2012). Hidrologia da Ilha de Santiago, Cabo Verde. Em V. P. OLIVEIRA, I. G. GOMES, I. BAPTISTA, & L. S. RABELO, *Cabo Verde: análise socioambiental e perspectivas para o desenvolvimento sustentável em áreas semiáridas* (pp. 177-197). Fortaleza: Edições UFC.

QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva.

REIS, P. (2012). Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local. *exedra*, *6*, pp. 155-172.

RUSCHMANN, D. (1997). *Turismo e Planejamento Sustentável.* Campinas, São Paulo: Papirus.

SANCHEZ, L. H. (2013). *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.* São Paulo, Brasil: Oficina de Textos. Obtido em 10 de junho de 2018, de http://ofitexto.arquivos.s3.amazonaws.com/Avaliacao-de-impacto-ambiental-2ed-DEG.pdf

SANTOS, M. D. (2009). *Turismo em Cabo Verde: Um Estudo Exploratório.* Lisboa: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre. Obtido em 23 de fevereiro de 2019, de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/297/1/20585_ulsd_dep.17915_M_1.pdf

SELVA, V. (2019). Territórios Turísticos em Áreas Protegidas Costeiras: conflitos e busca de consensos para a sustentabilidade ambiental. Em M. J. CURY, E. MAGANI, & R. d. CARVALLHO, *Ambiente e território: Abordagens e transformações sociais.* Foz de Iguaçu.

SEMEDO, J. M. (2012). Evolução histórica da desertificação em Cabo Verde. Em V. P. OLIVEIRA, I. G. GOMES, I. BAPTISTA, & L. S. RABELO, *Cabo Verde: análise socioambiental e perspectivas para o desenvolvimento sustentável em áreas semiáridas* (pp. 65-78). Fortaleza: Edições UFC.

SHAHIDIAN, S., SERRALHEIRO, R., SERRANO, J., & SOUSA, A. (2014). O desafio dos recursos hídricos em Cabo Verde. Em F. C. Pinto, *Cabo Verde – Agronomia e Recursos Naturais* (pp. 217-236). ISA-Press. Obtido em 30 de janeiro de 2019, de https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/12489/1/Os%20recursos%20hidricos%20em%20Cabo%20Verde.pdf

SHANG, J., BASIL, D. Z., & WYMER, W. (2010). Using social marketing to enhance hotel reuse programs. *Journal of Business Research, 63*(2), pp. 166-172. doi:10.1016/j.jbusres.2009.02.012

SILVA, E. V. (2012). Semiaridez e desenvolvimento sustentável: estratégias de educação ambiental e ecoturismo para o arquipélago de Cabo Verde. Em V. P. OLIVEIRA, I. G. GOMES, I. BAPTISTA, & L. S. RABELO, *Cabo Verde: análise socioambiental e perspectivas para o desenvolvimento sustentável em áreas semiáridas* (pp. 263-282). Fortaleza: Edições UFC.

SILVA, R., BARBOSA, J., & ALTHERRE, J. (1990). *Abastecimento de água à Vila de Sal Rei e as outras aldeias de Boavista.* Cidade da Praia: CNAG-JRH.

TEIXEIRA, J. (2011). *Hidrossedimentologia e Disponibilidade Hídrica da Bacia Hidrográfica de Poilão, Cabo Verde.* Ceará: Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias .

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. (2015). *Water Supply and Sanitation. World Water Day*. Obtido em 6 de nov de 2018, de http://www.undp.org/content/undp/en/home.html

VENTURA, J. E., & MASCARENHAS, J. (2009). A Problemática dos Recursos Hídricos em Santiago. in. *1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde*, (pp. 409-435). Praia. Obtido em 27 de janeiro de 2019, de http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%205/200A.pdf

WORLD TOURISM ORGANIZATION. (2017). *Tourism and the sustainable development goals – Journey to 2030, Highlights.* UNWTO. Obtido de https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419340

WORLD TOURISM ORGANIZATION. (2018). *UNWTO Annual Report 2017.* UNWTO Annual Report 2017. Retrieved maio 20, 2018

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

Decreto-Lei nº 37/82, de 17 de abril

Decreto-Lei nº 68/98, de 31 de dezembro

Decreto-Lei N.Aº 3/2013 de 24 de fevereiro - Regime Juridico dos Espaços Naturais

Decreto-Lei n.º 18/2018 de 23 de abril – Estabelece a estrutura, a organização e o funcionamento do Ministério do Turismo e Transportes

SITES CONSULTADOS:

http://ine.cv/

http://municipiodomaio.cv/

http://www.anmcv.com/

http://www.bcv.cv/

http://www.enapor.cv

http://www.governo.cv

http://www.iea.usp.br

http://www.inbs.com.br

http://www.municipiodaBoavista.com/
http://www.sdtibm.com/
https://cv.freemeteo.com
https://cvtradeinvest.com/
https://dtudo1pouco.com
www.vivendashotel.com.br
www.worldbank.org
http://www.ehtcv.edu.cv/
https://www.buala.org/
http://www.vivendashotel.com.br/frinape/blog/2
https://www.eturbonews.com/182539/galapagos-tour-operators-no-more-tourism-growth/
http://media.unwto.org/en/press-release/2012-06-19/tourism-development-opportunity-small-island-states-finds-unwto-report
https://www.booking.com/hotel/sc/hilton-seychelles-northolme-resort-spa.pt-br.html
https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview
http://www.bcv.cv/Conteudos/Artigos/detalhe.aspx?idc=22&idl=1&idi=2344
https://www.alamy.es/foto-chimenea-de-la-antigua-fabrica-de-ceramica-en-praia-de-chaves-boa-vista-islas-de-cabo-verde-168756334.html;
https://www.brava.news/pt/noticias/general/http-anacao-cv
https://dtudo1pouco.com/governo-assegura-que-as-obras-de-requalificacao-do-bairro-da-boa-esperanca-na-boa-vista-arrancam-em-breve/
http://www.municipiodaBoavista.com/servicos/saude/centro-de-saude/

ANEXOS

ANEXO A - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA ÁGUA EM CABO VERDE

TEMA		LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
Legislação Específica do setor		Lei n.º 41/II/84 de 18 de junho	Aprova o Código de Águas (Estabelece as bases gerais do regimejurídico de propriedade, proteção, conservação, desenvolvimento,administração e uso dos recursos hídricos.
		Decreto-Legislativo n.º 5/99 de 13	Altera alguns artigos do Código de Águas.
		Decreto-Lei n.º 75/99 de 30 de dezembro	Define o regime jurídico de licenças ou concessões de utilização dosRecursos Naturais
		Decreto n.º 82/87 de 1 de agosto	Estabelece as normas destinadas a evitar a obstrução, esgotamento,inutilização, contaminação ou poluição dos recursos hídricos e
		Decreto n.º 84/87 de 8 de agosto	Regulamenta o registro de águas.
		Decreto n.º 165/87 de 31 de dezembro	Regulamenta a execução de estudos, projetos e construção, assimcomo a exploração, conservação, modificação e inutilização das
		Decreto n.º 166/87 de 31 de dezembro	Regulamenta a aquisição, exercício e extinção dos direitos do uso dosrecursos hídricos, em conformidade com o disposto no capítulo IV
		Decreto n.º 167/87 de 31 de dezembro	Fixa as normas pelas quais se deve orientar a determinação, pagamentoe cobrança de cânones, taxas, tarifas e emolumentos relacionadosdiretamente com a utilização de recursos hídricos, assim como
		Decreto n.º 168/87 de 31 de dezembro	Estabelece as normas pelas quais se regem os serviços públicos de
		Decreto-Lei n.º 7/04 de 23 de fevereiro	Estabelece as normas de descarga das águas residuais provenientesde habitações isoladas, de aglomerados populacionais e de todos ossetores de atividade humana que originam águas residuais produzidas
		Decreto-lei n.º 8/2004 de 23 de fevereiro	Estabelece os critérios e normas de qualidade da água e sua classificação,bem como os sistemas de controlo, o regime sancionatório e medidas desalváguarda e proteção do meio aquático, tendo como objetivo proteger o meio aquático e melhorar, na generalidade, a
		Decreto-lei n.º 56/05 de 22 de agosto	Aprova a Orgânica do Ministério do Ambiente, Agricultura e
	CNAG	Deliberação n.º 1/02 de 22 de abril	Aprova o Regimento do CNAG
	INGRH	Decreto-Regulamentar nº1/02 de 3 de	Aprova os Estatutos do INGRH
		Portaria nº 20/03 de 8 de setembro	Aprova o Regulamento Orgânico do INGRH
DE	CONTRATOS CONCESSÃO	Anúncio BO n.º 12 de 1 de abril de 2005 (III Série)	Contrato Geral de Concessão de transporte e distribuição de energiaeléctrica e água e de recolha e tratamento das águas residuais parareutilização entre o Estado de Cabo Verde e a ELECTRA, SARL.
		Anúncio BO n.º 12 de 1 de abril de 2005 (III Série)	Contrato Específico de Concessão transporte e distribuição de água ede recolha e tratamento das águas residuais para reutilização entre oEstado de Cabo Verde e a ELECTRA, SARL.
	TARIFAS	Despacho ARE n.º 2/06 de 1 de junho	Procede ao aumento das tarifas de venda ao público de energia
		Despacho ARE n.º 10/2006 da ARE de	Procede à correcção do preço das tarifas de electricidade e
		Despacho ARE n.º 01/07 de 13 de janeiro	Procede à correcção das tarifas de venda ao público de energia eléctrica eágua.
	OUTROS	Despacho da ARE n.º 5/06	Aprova o regulamento de devoluções das cauções nos serviços defornecimento de energia eléctrica e água.
		Despacho da ARE n.º 6/06	Aprova o regulamento de cálculo das cauções nos serviços

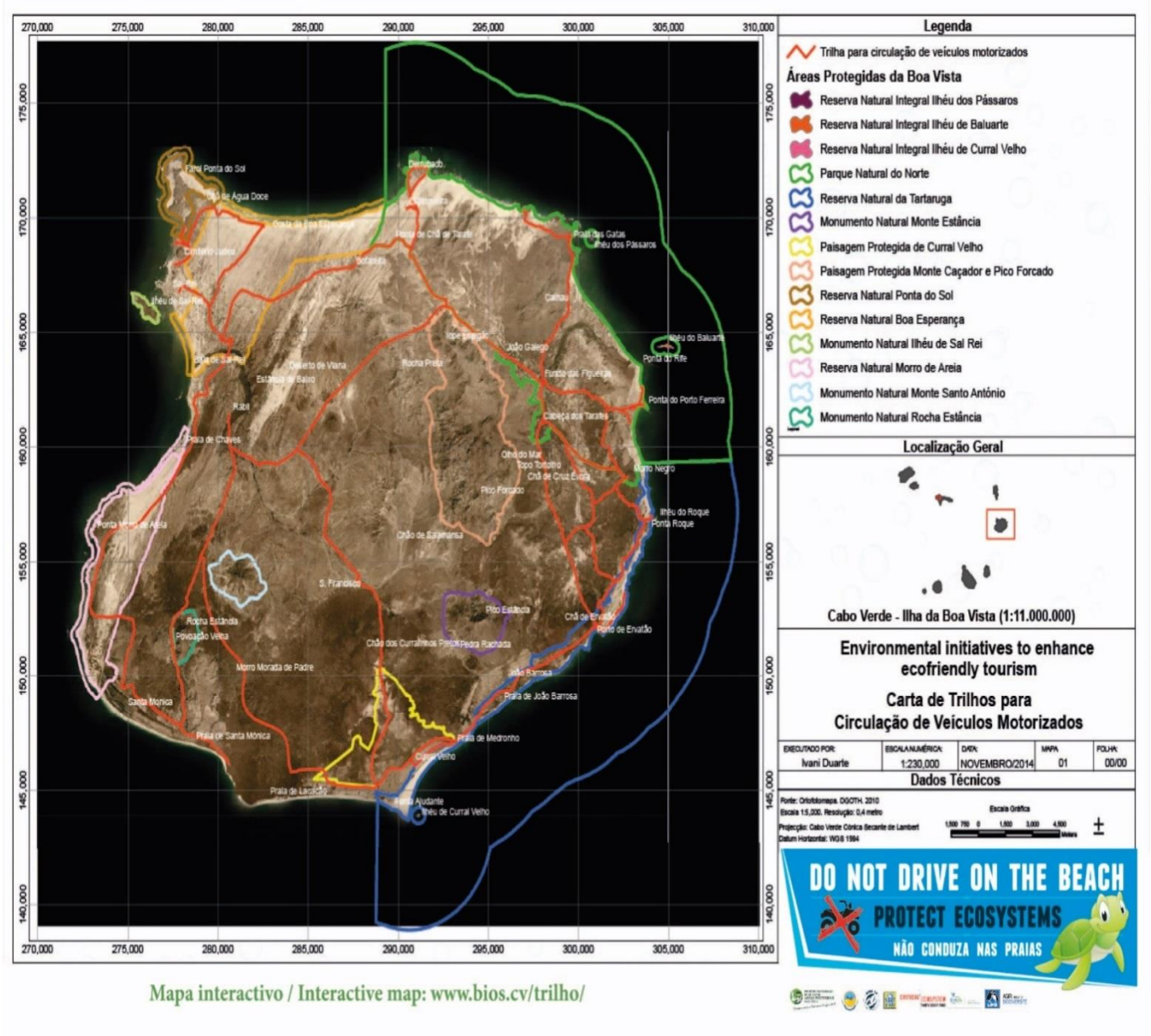
Fonte: (Gominho, 2010)

ANEXO B - CRONOLOGIA DA BASE LEGAL E INSTITUCIONAL DO SETOR HÍDRICO EM CABO VERDE

Documento	Observação
1946 maio19 46 - Decreto Lei n.º 35666	O Governo da República Portuguesa é autorizado a criar e enviar a Cabo Verde, Brigadas Técnicas para Estudos de problemas de Hidráulica, Fomento Agrário, Estradas, defesas contra erosão.Ao abrigo destafaculdade e por despacho do Ministro do Ultramar criou-se a Brigada Técnica dos Estudos e Trabalhos Hidráulicos (B.T.E.T.H), com domínio de actuação em : Hidráulica Agrícola e Urbana, Fomento Agrícola,Silvícolas e Pecuária, levantamentos topográficos e cadastrais, etc.
1956 novembro 1956 - Decreto Lei n.º 40869	O Governo da República Portuguesa extingue a Brigada Técnica de Estudos e Trabalhos Hidráulicos (B.T.T.E.H.) de Cabo Verde, criado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35666, de 27 de Maio de 1946, e são criadas em sua substituição, as Brigadas de Estudo e Execução de Melhoramentos Agrícolas, Silvícolas e Pecuários (B.E.E.M.A.S.P.) e de Estudo de Construção de Obras Hidráulicas (B.E.C.O.H.), ambas de carater temporário.
1960 outubro 1960 – Portaria n.º 18000	Criação da Brigada de Estudos e Construção de Obras Hidráulicas (B.E.C.O.H.) com atribuições no estudo e execução dos trabalhos de Pesquisa, Captação e Aproveitamento dos Recursos Hídricos (subterrâneos e superficiais) com vista ao abastecimento de água à população e para rega.
1970 abril 1970 - Decreto Lei n.º 32/70	O Ministério do Ultramar cria a Inspecção Geral de Minas e pela Portaria 691/70, de 31 de Dezembro, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério do Ultramar, nos termos do artigo 22º do Decreto Lei 32/70, de 17 Janeiro, criar na dependência directa da Inspecção Geral de Minas, com carater temporário, para actuar na Província de Cabo Verde, a Brigada de Águas Subterrâneas de Cabo Verde (B.A.S.), à qual competirá o estudo e trabalhos relativos à pesquisa, captação e defesa do potencial Aquífero
1975 setembro 1975 – Decreto Lei n.º 23/75	A Brigada de Águas Subterrâneas (BAS) é integrada na Direção Nacional de Águas do Ministério da Agricultura e Águas de Cabo Verde.
1977 junho 1977 - Decreto Lei n.º 56/77	Extinção da BAS e criação, em substituição, da Direção de Serviço de Exploração e Gestão de Águas Subterrâneas (DSEGAS) que é integrada na Direção Geral de Conservação e Melhoramento dos Recursos Naturais.
1984 junho 1984 - Decreto Lei 41/II/84	Aprovação do Código de Água e dos órgãos de administração dos Recursos Hídricos que passam a ser : a)Conselho Nacional de Águas (CNAG) b) Comissões de Água (CA) c) Junta dos Recursos Hídricos (JRH) d) Registo Nacional de Águas (RNA)
1985 fevereiro de 1985 - Decreto Lei n.º 11/85	Extinção da DSEGAS e criação, em substituição, da Comissão Instaladora da Junta dos Recursos Hídricos (JRH).
1987 julho de 1987 – Decreto Lei 78/87	Regulamentação do Conselho Nacional de Águas (CNAG) como órgão Central de Gestão dos Recursos Hídricos, dependendo diretamente do Conselho de Ministros.
julho de 1987 - Decreto Lei 79/87	Regulamentação da Comissão de Água como órgão local de Gestão dos Recursos Hídricos, sob tutela do CNAG.
julho de 1987 - Decreto Lei 80/87	Regulamenta a Junta dos Recursos Hídricos (JRH) como organismo central de execução em matéria de recursos hídricos.
1992 novembro 1992 - Decreto Regulamentar n.º 126/92	Aprovação dos Estatutos do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH), como pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Funcionando sob tutela do membro do Governo responsável pelo setor da agricultura, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional de Águas (CNAG).
novembro 1992 - Decreto Lei 131/92	Extinção da Junta dos Recursos Hídricos (JRH) e das Comissões de Água e transferência das suas competências técnicas parcialmente para o Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH). A execução dos trabalhos de construção foi reservada ao Instituto Nacional de Engenharia Rural e Floresta (INERF).
1998 dezembro 1998 - Resolução Governo 70/98	Criação da Agência de Regulação Multisetorial (ARM).
1999 Dezembro de 1999 - Decreto Legislativo n.º 5/99	Revisão do Código de Água (CA) para possibilitar o acesso e o exercício da atividade de produção e de distribuição de água para abastecimento das populações ao setor privado e estabelece uma nova arquitectura para o setor : a) Conselho Nacional de Águas (CNAG) b) Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) c) Agência de Regulação Multisetorial (ARM), na sua componente água e saneamento .

Fonte: (Gominho, 2010)

ANEXO C – MAPAS INTERATIVO (ILHA DA BOAVISTA)



Fonte: INGT

APÊNDICES

APÊNDICE A - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM CABO VERDE

TEMA	LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
Legislação específica da atividade turística	Decreto-Regulamentar n.º 4/94 de 14 de março	Aprova as instalações dos estabelecimentos.
	Lei n.º 55/VI/2005 de 10 de janeiro	Estabelece o regime do estatuto de Utilidade Turística e define os critérios e requisitos para a sua atribuição, suspensão e revogação.
	Lei n.º 85/VII/2011 de 10 de janeiro	Estabelece as bases das politicas publicas de turismo, define os objetivos e principios que lhes subjazem e identifica os instrumentos destinados à sua execução.
	Decreto-Lei n.º 6/2011 de 24 de janeiro	Regula o acesso e exercício da atividade dos prestadores de serviços de turismo.
	Lei n.º 26/VIII/2013 de 21 de janeiro	Consagra os principios e regras gerais aplicavéis aos beneficios fiscais, estabelece o seu conteúdo e fixa as respetivas regras de concessão e controlo.
	Resolução nº 94/2013 de 14 de agosto	Cria o Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo.
	Decreto-Regulamentar n.º 20/2013 de 24 de setembro	Aprova o Estatuto do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo.
	Decreto-Lei n.º 34/2014 de 17 de julho	Estabelece o regime jutidico dos empreendimentos turísticos.
	Decreto-Lei n.º35/2014 de 17 de julho	Estabelece o regime do exercício da atividade turística no espaço ou zona rural.
	Decreto-Lei n.º 32/2014 de 27 de 27 de julho	Estabelece o regime de acesso e de exercicio da atividade das agências de viagens.
	Decreto-Lei n.º 42/2014 de 14 de agosto	Estabelece o regime jurídico da atividade de turismo de natureza.
	Decreto-Lei n.º 37/2015 de 29 de julho	Eatabelece o regime das atividades de recreio e turismo naútico e da sua exploração económica.
	Decreto-Lei n.º 61/2016 de 29 de novembro	Regula a organização e o modo de funcionamento do Fundo da Sustentabilidade Social para o Turismo
	Lei n.º 102/VIII/2016 de 6 de janeiro	Procede à primeira alteração à Lei n.º 26/VIII/2013, de 21 de janeiro, que aprova o Código dos Beneficios Fiscais.
	Decreto-Lei n.º 44/2017 de 21 de setembro	Aprova o Regime Juridico da Contribuição Turística.

APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTAS

AEB

1. Qual é o total de água produzida pela AEB e qual é o percentual que é consumida pelas unidades hoteleiras?
2. A vossa capacidade de produção atual consegue dar resposta a todas as demandas da população e das demais atividades económicas da ilha?
3. Em caso negativo que projetos existem e como está a ser perspetivado suprir os eventuais aumentos de consumo?
4. Há diferenças no padrão de consumo entre as grandes unidades e as pequenas unidades hoteleiras?
5. Quais são as vossas principais fontes de mobilização de água (subterrânea, dessalinização, etc)?

CMB/SDTIBM

1. O processo de aprovação dos novos empreendimentos tem tido em conta os seus impactos sobre o consumo de água?
2. que projetos existem e como está a ser perspetivado suprir os eventuais aumentos de consumo?
3. Há diferenças no padrão de consumo entre as grandes unidades e as pequenas unidades hoteleiras
4. Preve-se que até 2030 a ilha poderá ter cerca de 30 mil habitantes. Que impactos este aumento da população terá sobre o consumo de água?

Gestores de Unidades Hoteleiras

1. Qual tem sido o peso do consumo de água na vossa estrutura de custos
2. Têm implementado algumas medidas de diminuição do consumo de água junto dos vossos colabores e clientes?
3. O vosso estabelecimento tem algum sistema de captação/produção ou reutilização de água?

Líderes Associativos e Comunitários

1. Como é que a ilha se encontra atualmente em termos de abastecimento de água?
2. Há desigualdades na distribuição da água entre as localidades?
3. Com o desenvolvimento do turismo tem melhorado o abastecimento e qualidade de água disponibilizada à população?
4. Preve-se que até 2030 a ilha poderá ter cerca de 30 mil habitantes. Que impactos este aumento da população terá sobre o consumo de água?